

*Severino Bezerra da Silva*

1900

**A TERRA PROMETIDA: A QUEM?  
UM ESTUDO DE CASO SOBRE RIBEIRINHOS-  
COLONOS  
E ESPAÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO.  
PERÍMETRO IRRIGADO DE CURAÇÁ - JUAZEIRO-BA**

CAMPINA GRANDE-PB

1994

CDU  
CAMPINA GRANDE-PB

1994

1994

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL

*Severino Bezerra da Silva*

## A TERRA PROMETIDA: A QUEM?

Um estudo de caso sobre ribeirinhos-colonos  
e espaço social na política de irrigação.

Perímetro Irrigado de Curaçá - Juazeiro-BA

---

Dissertação apresentada ao programa  
de Pós-Graduação em Sociologia,  
Área de Concentração em Sociologia  
Rural, da Universidade Federal da  
Paraíba, como requisito parcial à  
obtenção do grau de Mestre.

Orientadoras:

Profa. Dra. Fanny Rúbio Lorza  
Profa. Lúcia Helena de Oliveira  
Cunha

CAMPINA GRANDE - PB

1994



S586t Silva, Severino Bezerra da.  
A terra prometida : a quem? um estudo de caso sobre ribeirinhos-colonos e espaço social na política de irrigação. Perímetro irrigado de Curaçá - Juazeiro-BA / Severino Bezerra da Silva. - Campina Grande, 1994.  
251 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1994.  
"Orientação : Profa. Dra. Fanny Rúbio Lorza, Profa. Lúcia Helena de Oliveira Cunha".  
Referências.

1. Sociologia Rural - Irrigação - Curaçá - Juazeiro (BA). 2. Ribeirinhos - Colonos. 3. Irrigação - CODEVASF. 4. Dissertação - Sociologia Rural. I. Lorza, Fanny Rúbio. II. Cunha, Lúcia Helena de Oliveira. III. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). IV. Título  
CDU 316.334.55:631.67(814.12)(043)

*Severino Bexerra da Silva*

## **A TERRA PROMETIDA: A QUEM?**

**Um estudo de caso sobre ribeirinhos-colonos  
e espaço social na política de irrigação.**

**Perímetro Irrigado de Curaçá - Juazeiro-BA**

Dissertação aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 1994

---

PROF<sup>ª</sup> DR<sup>ª</sup> FANNY RUBIO LORZA  
ORIENTADORA

---

PROF<sup>ª</sup> LÚCIA HELENA DE OLIVEIRA CUNHA  
CO-ORIENTADORA

---

PROF<sup>ª</sup> DR<sup>ª</sup> GHISLAINE DUQUÉ

---

PROF. DR. ÁLDER JÚLIO FERREIRA CALADO

- A todos os ribeirinhos de Curaçá, pelo apoio e paciência em propiciar que nós entrássemos nos seus cotidianos.

- A memória do Prof. Dr. Sílvio Frank Alem, do Curso de História da UFPB, pela competência e valor que dava à relação teoria e prática: no ensino, na pesquisa e na luta sindical.

## AGRADECIMENTOS

As Professoras Fanny Rubio e Lúcia Helena pela orientação desta dissertação.

Ao colonos do Perímetro Irrigado de Curaçá, especialmente a seu Juraci e Dona Beth (pela acolhida e hospedagem) e a seu Antonio Chorochô e Chiquinho pelo acompanhamento durante parte da pesquisa.

A Zé Rocha, Aparecida Rocha e filhos, pelo apoio e amizade e pelo trabalho conjunto.

A Ana Gorette Correia de Melo, Assistente Social, pelo companheirismo e as inúmeras hospedagens.

Ao Dr. Érico Cavalcante (na época, gerente do Perímetro), pelo trabalho que realizamos juntos e por sua competência e seriedade.

Aos técnicos agrícolas: Luís Carlos André, Luís Correia, Edson e Geraldinho, este último pela hospedagem.

Ao Prof. Dr. Alder Júlio Calado, pelas conversas que tivemos sobre a pesquisa.

A Prof<sup>a</sup> Maria Cristina de Melo Marin, por encontrar sempre um tempo para conversarmos sobre o meu trabalho, dando ótimas contribuições.

A Luiz Carlos Dantas de Melo, que auxiliou na pesquisa, sobretudo no resgate fotográfico.

A Prof<sup>â</sup> Suelly Maux, pela contribuição na revisão e acertos finais deste estudo.

Aos amigos que construí neste Mestrado, entre: os alunos, professores e funcionários. Eles sabem, especialmente minha turma: Socorro, Adriano, Lucinete, Humberto, Paulo, Neurize e Sandra.

A Joãozinho e Vera, funcionários do Mestrado, pela competência e amizade.

Ao aluno de História da UFPB, Carlos Pessoa e a Ramalho, pelo trabalho gráfico.

Agradeço o apoio financeiro do CNPq, no momento em que cursávamos os créditos do Mestrado e da Fundação Interamerican/ANPOCS que financiaram a fase de pesquisa e parte do relatório.

## RESUMO

O presente estudo realizado no submédio da Região do Vale do Rio São Francisco, no Perímetro Irrigado de Curaçá-Juazeiro-BA, desenvolveu uma análise evidenciando a relação entre os ribeirinhos-colonos e Espaço Social na política de irrigação da Codevasf.

A investigação ocorreu a partir da observação e participação do cotidiano do grupo social, no sentido de resgatarmos suas trajetórias de vidas configuradas na terra (espaço social), nas atividades produtivas e nas práticas socioculturais, com o objetivo de percebermos como essa interação homem-terra-rio, acontecia antes (passado-velho-tradicional) e durante a política de irrigação (presente-novo-moderno). Também como isto veio interferir na relação dos ribeirinhos com o Espaço Social.

Ainda, destacamos como os colonos (ex-ribeirinhos e camponeses), apesar de envolvidos na política de modernização da área, expressavam suas formas de vida e trabalho e mantinham suas sobrevivências como também da própria política de irrigação.



## RÉSUMÉ

La présente étude porte sur les conditions de vie des riverains qui habitent la région moyenne inférieure baignée par le fleuve São Francisco. Il s'agit d'analyser les rapports entre la population locale et l'espace social, dans le cadre de la politique d'irrigation menée par Codevasf, à Curaçá-Juazeiro (Bahia).

Appuyée sur l'observation et la participation au quotidien du groupe social concerné, la recherche tâche de mettre en relief la relation de la population locale avec la terre (l'espace social), les activités productives et les pratiques socioculturelles, permettant de connaître l'interaction homme-terre-fleuve ayant lieu avant (passé-vieux-traditionnel) et durant la mise en oeuvre de la politique d'irrigation (présent-nouveau-moderne), ainsi que d'évaluer les résultats d'une telle relation.

On souligne également la façon dont les actuels habitants (ex-riverains et paysans), malgré leur engagement dans la politique de modernisation mise en oeuvre dans cette région, arrivent quand même à exprimer leurs manières de vie et de travail, tout en assurant leur survie en dépit de la politique d'irrigation en cours.

## S U M Á R I O

	Página
INTRODUÇÃO.....	1
1 O contato com o objeto de estudo .....	2
2 As razões motivadoras do estudo .....	11
2.1 Objetivos do estudo .....	20
3 A opção teórico-metodológica .....	21
3.1 Metodologia do trabalho .....	31
3.2 Os entrevistados .....	38
4 A estrutura do trabalho .....	41
CAPÍTULO 1 - O Rio São Francisco ou Velho Chico: um fenômeno de inspiração de vida .....	45
1.1 O "Velho Chico" desafiando o sertão nordestino .....	46
1.2 Ocupação do espaço: povoados, vilas e cidades .....	52
1.3 Antecedentes da política de irrigação no vale Sanfranciscano .	58
1.4 A construção de uma identidade espacial e social .....	67
1.5 O "Velho Chico" delimitando seu próprio espaço e tempo .....	72
CAPÍTULO 2 - Práticas sociais dos ribeirinhos antes da irrigação .	76
2.1 A seca e a enchente - dois modos de vida (des)iguais .....	77
2.2 Os usos da terra pelos ribeirinhos .....	91
2.3 Os usos da água .....	107
CAPÍTULO 3 - A irrigação entra em cena .....	112
3.1 Colonos, a terra e a irrigação .....	113
3.2 Os usos da terra na irrigação .....	142
3.3 A água e a irrigação .....	158

CAPÍTULO 4 - O novo e o velho em relação: uma alternativa de so- brevivência .....	169
4.1 Formas do trabalho camponês na irrigação .....	170
4.2 O criatório .....	186
4.3 Culturas permanentes: uma proposta de valorização da terra ...	200
4.4 Culturas de subsistência e a manutenção do cotidiano camponês.	208
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	219
BIBLIOGRAFIA .....	239
ANEXOS .....	252
1 Visão global da política de irrigação da Codevasf na região do Vale do Rio São Francisco	
2 Documento de fazendas. Total de ha. (Cartório do Registro de Imóveis, Hipotecas e Anexos.)	
3 Relação geral dos proprietários e respectivos códigos	
4 Relação dos colonos - Perímetro Irrigado de Curaçá	
5 Relação da Diretoria da Campic	
6 Relação da Diretoria do Distrito Irrigado de Curaçá	

## LISTA DE MAPAS

Página

MAPA n. 1 - Projetos de irrigação da Codevasf - 3ª Diretoria .....	4
MAPA n. 2 - Projetos de irrigação no Vale do São Francisco .....	66

## LISTA DE QUADROS

	Página
Quadro n. 1 - Número e perfil dos entrevistados no Espaço Social de Curaçá durante a pesquisa .....	40
Quadro n. 2 - As fazendas e as propriedades no Espaço Social de Curaçá - antes da irrigação .....	94
Quadro n. 3 - Sobrenome dos proprietários das fazendas e sua distribuição em cada uma .....	96
Quadro n. 4 - Terras destinadas aos colonos - Perímetro Irrigado de Curaçá - Codevasf .....	120
Quadro n. 5 - Terras destinadas às empresas no Perímetro Irrigado de Curaçá - Codevasf .....	121
Quadro n. 6 - Distribuição atual das fazendas entre colonos e agroindústrias no Perímetro Irrigado de Curaçá - Codevasf .....	130
Quadro n. 7 - Assentamento dos colonos (1982-1985) - Perímetro Irrigado de Curaçá - Codevasf .....	132
Quadro n. 8 - Origem dos camponeses assentados no Perímetro Irrigado de Curaçá .....	133
Quadro n. 9 - Representação das famílias Dantas, Gonçalves, Moreira e Passos, após a irrigação .....	136
Quadro n. 10 - Sobrenomes de colonos em Curaçá após a irrigação .....	138
Quadro n. 11 - Débito de água dos "colonos" .....	161
Quadro n. 12 - Quadro dos "colonos" que devem água há mais de dois anos .....	162
Quadro n. 13 - As relações sociais de trabalho na irrigação .....	179

## INTRODUÇÃO

## 1 O contato com o objeto de estudo

O trabalho compreende uma estrutura distribuída da seguinte forma: esta mesma introdução, a qual está dividida em quatro partes. A primeira mostra como ocorreu o nosso contato com o objeto de estudo; a segunda aponta as razões e indagações que nos motivaram a realizá-lo; a terceira aborda quais as categorias teóricas e metodológicas, como também os recursos técnicos que nortearam este trabalho e a quarta apresenta como o texto foi estruturado.

Nosso contato com a realidade social, onde objetivamente desencadeou-se este estudo, aconteceu no ano de 1983. Foi quando assumimos um trabalho de assessoria ligado a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), órgão do Ministério da Irrigação.

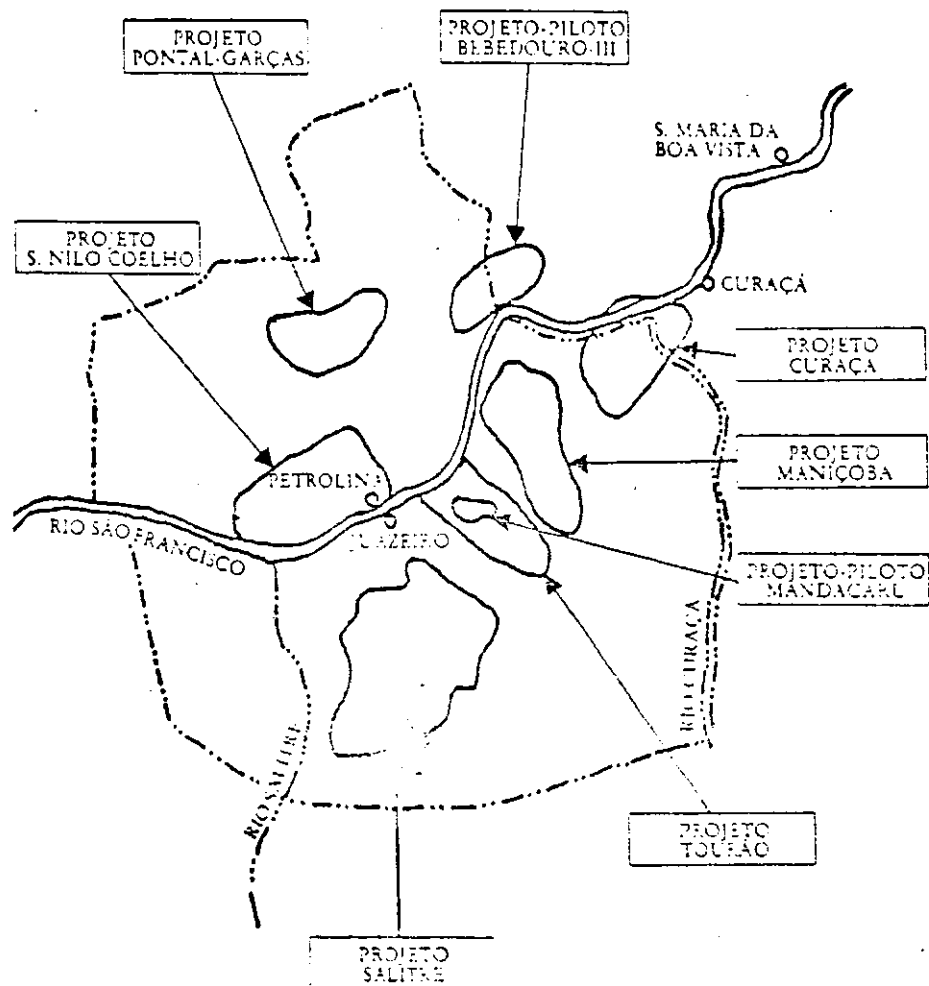
Esta assessoria era composta por quatro técnicos de áreas diversificadas do conhecimento científico cujo objetivo estava centrado na criação de canais formativos e organizacionais entre os colonos, tecnocratas (assistentes sociais, agrônomos, técnicos

agrícolas, administradores de empresa, engenheiros, etc) e os representantes das instituições de financiamento e assessoria aos perímetros irrigados, no sentido de implementar o processo de autonomia dos Perímetros de Irrigação da 3ª Diretoria da Codevasf.

Essa Diretoria abrangia oito perímetros, "perfazendo uma área total em operação de 27,2 mil hectares em março de 1985, com 1.252 colonos e 172 empresários". (Revista Econômica do Nordeste, v. 19, n. 1 - jan./mar., 1988 - BNB S.A.). Situada no submédio do Rio São Francisco, era composta pelos referidos Perímetros Irrigados, apresentados no mapa (n. 1), abaixo, tendo como sede o dipolo Petrolina-PE e Juazeiro-BA.



MAPA Nº 1  
Projetos de irrigação da Codevasf  
3ª Diretoria



Observando-se o mapa acima, podemos perceber que o trabalho de assessoria, do qual fazíamos parte, correspondia a área denominada de submédio do Rio São Francisco e particularmente aos perímetros irrigados dos projetos: Bebedouro III, Nico Coelho, Manicóba, Mandacaru, Tourão e Curaçá.

O Projeto Irrigado de Curaçá, localizado à margem direita do Rio São Francisco, no município de Juazeiro-BA, a 70 Km de sua sede, e situado no semi-árido do Nordeste, com precipitação pluviométrica média anual de 400 mm, possuía, portanto, uma área irrigável de 4.454 ha. Desse total, os colonos (ex-ribeirinhos e camponeses) ocupavam 1.964 ha., e pequenas, médias e grandes empresas agroindustriais, 2.490 ha. O sequeiro se estendia por 10.623 ha.

Operacionalizado desde o ano de 1982, e sob nossa responsabilidade (só a partir do segundo semestre de 1988), o Projeto tinha, entre tantas, uma exigência: que fixássemos moradia (e o fizemos, por um período de nove meses) no Perímetro de Curaçá; isso devido a sua distância das cidades-sede (Petrolina-PE e Juazeiro-BA).

O sistema de irrigação predominante no Projeto Irrigado de Curaçá era o de gravidade, através de sulcos de infiltração; feita, ainda, irrigação por via de aspersão (pivô central) e gotejamento.

E como foi gratificante compartilharmos enquanto profissionais e agentes sociais neste processo. De um lado era um universo extremamente novo para nós, de outro as coisas pareciam bastante familiares, era mais uma amostragem do que seria a ação estatal no campo, ou melhor, era o Estado brasileiro comprometido com o

projeto de modernização da agricultura, algo bastante conhecido na história do nosso país, sobretudo nos fins dos anos 50.

Mas, essa familiaridade com a problemática agrária, direcionada à política de irrigação, ocorreu mais no plano acadêmico, enquanto que a prática nos sugeriu questionamentos, sobretudo, a partir das contradições detectadas por nós no Projeto Irrigado de Curaçá, como: riquezas e misérias, colonos e empresários rurais, saber técnico e saber dos colonos, abundância e ausência, água e seca. Enfim, parecia que ocorriam dois tempos, dois mundos, várias culturas, algo em determinados momentos transparentes e, em outros, obscuros.

Debruçados neste universo permeado de contradições, atuávamos enquanto assessores, buscando criar meios de organizar sobretudo os colonos, para estudarmos os mecanismos norteadores da política de irrigação como: o cooperativismo, a irrigação, o financiamento agrícola, a organização dos colonos, o planejamento participativo e tantos outros.

Neste sentido, nosso trabalho culminou no surgimento de conselhos de colonos, por lotes, para aprofundarem questões pertinentes à sua vida cotidiana e aos temas abordados acima. Dessa forma num universo de 267 colonos, por aproximação geográfica, emergiram

oito grupos com seus devidos representantes, atuando como agentes mediadores entre os colonos, tecnocratas e a administração.

Um trabalho que tinha como meta conscientizar os colonos do seu papel no processo da política irrigada, como o nosso, enfrentava uma série de dificuldades e as conquistas tendiam a ser sufocadas a cada instante pela "monstruosidade" que representava essa política, ou seja, os sinais de organização que surgiam no meio dos colonos ainda se apresentavam fracos diante da irrigação.

A maior "fragilidade" consistia nos colonos não se sentirem sujeitos históricos ativos no processo, pelo fato da orientação da política de irrigação os colocar numa condição de agentes passivos, humildes e incapazes, ocupando a função de receptores de informações. E, como consequência, essa postura legitimaria a política de irrigação?

Os tecnocratas, em grande maioria, usufruíam do status de "doutores", dificultando o entendimento do processo pelos colonos. Era como disse um tecnocrata: "um mundo engolindo o outro", "o doutor sabe tudo, o colono não sabe nada".

Nossa proposta partia do princípio de encontrar meios de construir entre os agentes sociais, inseridos no processo da política de irrigação no Espaço Social

de Curaçá, veículos de participação desses agentes nas instâncias do Perímetro Irrigado, fosse na direção e decisões da administração, fosse nos planos técnicos e relações financeiras e comerciais, no planejamento produtivo, etc. Enfim, contribuir para a construção de um espaço de participação desses agentes, sobretudo dos colonos, já que os tecnocratas detinham este Espaço mesmo de forma doutrinária, fragmentada e hierarquizada, enquanto os colonos participavam diretamente no processo de produção e legitimação das propostas elaboradas e expostas pelos responsáveis pela política de irrigação.

Mediante esta separação entre o saber dos colonos (saber prática-manual-passivo) e o saber dos tecnocratas (saber científico-ativo) pautava-se nossa maior preocupação, sobretudo no aspecto da historicidade da terra, que passo a passo ia cedendo espaço à cultura de irrigação, frente a paulatina redução da cultura dos colonos.

Isto se constituía uma preocupação para a assessoria, pois a medida que aumentava o espaço irrigado em Curaçá, os colonos (ex-ribeirinhos) iam perdendo suas histórias de vida, e isto não representava melhorias para eles. Alguns percebiam o empobrecimento de suas condições de vida e o

enriquecimento dos agentes relacionados a irrigação (sobretudo os agroindustriais).

A terra, de um lado, revelando uma paisagem que de um certo modo, evidenciava a "magia" da irrigação e, de outro, a beleza da região. Por entre o "mágico" e o "belo", ocorriam diversas veredas tristes, violentas, degradantes e estas nos tocavam mais do que o encanto com o belo.

Mergulhados neste contexto, enquanto técnico, assumimos uma relação com essa realidade, buscando superar o lado meramente técnico-profissional. Foi esta concepção de trabalho que delineamos nossas intervenções no Espaço Social de Curaçá.

Nossa postura profissional assumia também um compromisso de pesquisador, ou melhor, quando exercíamos as obrigações pertinentes aos desenvolvimento do Projeto, desencadeávamos uma pesquisa, optando por uma metodologia que procurava observar e participar do cotidiano, do campo de trabalho onde estávamos inseridos.

Com base nessa dupla identidade no contexto social (técnico-pesquisador), vivenciamos uma situação privilegiada, buscando constantemente descobrir através dos contatos a essência das questões. Isto propiciava um relacionamento bastante próximo entre os agentes sociais envolvidos no trabalho, resultando numa

vivência recheada pelos conhecimentos dos colonos e dos tecnocratas. E o interessante era que não havia uma proposta formal de pesquisa, era mais uma estratégia técnico-profissional, e nesta postura, desencadeamos um processo de conhecimento e participação na realidade social que nos indicavam dados para uma futura pesquisa.

A forma como nos aproximamos do objeto social de estudo lembra uma música de Milton Nascimento e Fernando Brant, gravada no ano de 1981, intitulada NOS BAILES DA VIDA. Praticamente eles resgatam a relação entre o artista, a profissão e a realidade social, quando dizem: "Foi nos bailes da vida ou num bar em troca de pão, que muita gente boa pôs o pé na profissão..." "Com a roupa encharcada, a alma repleta de chão todo artista tem de ir onde o povo está, se foi assim, assim será..."

Foi nesta conquista pela profissão, morando no campo com os colonos e alguns tecnocratas, ora "encharcados" de chão e de saudades das cidades, que brotou o desejo de abstrair, aprofundar e sistematizar aquela realidade compartilhada por nós. Daí a escolha pelo Mestrado em Sociologia Rural, no ano de 1989.

## 2 As razões motivadoras do estudo

O Espaço Social de Curaçá, na nossa concepção, representava um entrelaçado de situações mediadas por dois mundos: um irrigado (externo) e outro dos colonos (não-irrigado/interno). No universo de cada mundo, sobretudo no plano da aparência, evidenciava-se um conjunto de práticas sociais, que em determinados momentos se complementavam; noutros se excluíam e em outros se anulavam. Como exemplo desses movimentos, tínhamos, na própria paisagem desenhada na terra o retrato dessas multiplicidades de situações.

Cada mundo, apesar de proporcionar as três dimensões apontadas acima (complementação, exclusão e anulação), carregava em seu interior sua especificidade, explícita através de uma simbologia peculiar, configurando-se em ritmos variados no meio da dinâmica socioespacial de Curaçá.

Essa diversidade de práticas sociais era reflexo dos vários grupos inseridos no Espaço Social de Curaçá, como: representantes do capital financeiro (Banco do Brasil S.A. e Banco do Nordeste do Brasil S.A.); os tecnocratas do Estado, responsáveis pela implementação e operacionalização do projeto de irrigação em Curaçá; os colonos e seus familiares que representavam os ex-ribeirinhos que habitavam nas margens do Rio São



Francisco e os camponeses oriundos de outras localidades; os moradores, que às vezes foram ex-ribeirinhos, ou camponeses que não adquiriram lote e viviam como moradores; os assalariados rurais permanentes e temporários do local, que excluídos do projeto habitavam nas cidades vizinhas ou nas vilas que surgiram na periferia do Projeto Irrigado de Curaçá.

Essa categoria ex-ribeirinho, representava os antigos habitantes que ocupavam as margens do Rio São Francisco, seja na condição de fazendeiro/proprietário, seja como pequeno produtor/sitiante, vaqueiro, barqueiro, morador, etc. Portanto, esse grupo social incorporava uma formação bastante heterogênea, pois cada categoria de trabalhador incluindo também os fazendeiros e proprietários (que não são trabalhadores, ou quando são assumem trabalhos mais administrativos), apresentavam formas variadas de relacionamentos: enquanto categoria profissional, como grupo ribeirinho e também na interação com o espaço social (Terra/Rio).

Nesse contexto, os moradores enfrentavam uma forma de trabalho, sobretudo antes da irrigação, semelhante às condições apontadas por Duqué (1985, p. 194), estudando sobre a estrutura fundiária e pequena produção no Cariri Paraibano:

*"O morador, por sua condição de residente na Fazenda, é sujeito às exigências mais diversas*

*do proprietário. Vivendo sob os olhares do capataz, ele não tem espaço para se afirmar nem para discutir seus problemas com gíausi..."*

Os trabalhadores rurais do Perímetro Irrigado de Curaçá, que trabalhavam nas condições de moradores, em alguns casos habitavam no próprio lote e dedicavam-se as culturas irrigadas e as criações de pequenos portes (galinha, porco, cabra, etc). Mas, enfrentavam relações de trabalhos que evidenciavam traços de submissões aos colonos, proprietários dos lotes.

Os camponeses, os mais identificados com pequenos produtores familiares, ligados a um sítio, como notou Duqué (op. cit., 198),

*"trabalham a terra pessoalmente, geralmente com ajuda de familiares, sua tecnologia é rudimentar, e sua produção (culturas de subsistências, algodão, palma) visa diretamente - ou indiretamente via mercado - prover a família de alimentos e bens de consumo imediato".*

Os camponeses, como podemos observar apresentavam um modo de vida articulado com o mundo do trabalho, no qual as práticas produtivas envolviam o grupo familiar e serviam a sua reprodução, enquanto grupo social e categoria de trabalhadores. Esse tipo de camponeses era mais representativo no período que antecede a política de irrigação, no caso dos ribeirinhos.

Já os assalariados rurais, permanentes e temporários trabalhavam mediante um acordo verbal ou

contrato escrito pago em forma de dinheiro, situação parecida com os trabalhadores urbanos. Caso que ocorria com frequência no Espaço Social de Curaçá, após a irrigação.

Vislumbramos, pois, na definição dessas várias categorias de trabalhadores - principais agentes produtivos do Espaço Social de Curaçá, com práticas sociais de trabalho diferenciadas, entrelaçando-se num mesmo Espaço Social, o emergir dos colonos, que são trabalhadores criados a partir da política de irrigação, com histórias de vidas ligadas a diversas raízes sócioeconômicas e culturais, representadas em diversas formas de trabalhos e vidas, como: fazendeiro/proprietário, pequeno produtor/ sitiante, morador, vaqueiro, camponês, e no caso específico de Curaçá existem até profissionais liberais como: agrônomos, técnicos agrícolas.

Como podemos perceber, a política de irrigação, não procurou selecionar entre os vários trabalhadores, quais os mais identificados com a proposta de trabalho, pelo contrário, ela negou a historicidade da área e introduziu além do específico a tecnologia irrigada, uma conceituação nova para caracterizar os proprietários dos lotes, os colonos.

Então, os colonos são trabalhadores rurais criados a partir da política de irrigação, apresentando

raízes culturais bastante heterogêneas, apesar de serem tratados pelos responsáveis em modernizar a área de forma homogênea.

Existiram também aqueles que migraram à procura de abrigo e trabalho por causa das secas que assolam diversas regiões do Nordeste. Estes representavam uma espécie de mendigo, morando debaixo dos juazeiros (vegetação típica); procurando meios para manter a sobrevivência, viviam mais como retirantes. Também neste cenário os empresários rurais, representantes de empresas agroindustriais com padrão elevado de mecanização, que se instalaram no Espaço Social após a irrigação.

Como podemos vislumbrar, o universo onde ocorreu a pesquisa era permeado por uma demanda de agentes sociais que contribuiu para um entrelaçado de interesses e propostas no Espaço Social, resultando em uma diversidade calcada nos projetos de cada grupo social detectado.

O Espaço Social de Curaçá representava um reflexo dessa multiplicidade de propostas, pelo fato dele significar o palco de suas realizações, registrando e reagindo a cada tipo de interação num sentido dinâmico, como define Ianni (1984, p. 174), estudando a relação homem-terra:

"Na relação homem e terra "há um intercâmbio entre o homem e a terra, em busca de elementos da sobrevivência e necessidades humanas, o homem se apropria da terra e transforma e se transforma com ela".

Essa inserção humana na terra vai propiciando uma reordenação da própria terra enquanto espaço, redefinindo sua estrutura socioespacial. Neste sentido, pode-se dizer que cada grupo cria e recria seu espaço social, que vai simbolizar as suas práticas e valores vivenciados por ele. Sendo assim cada espaço criado representa as várias lógicas incutidas pelos diversos grupos que o animam. É uma relação permeada e mediada por lógica e lógicas sociais.

Era bastante visível essa relação entre os colonos e os agentes responsáveis pela política de irrigação, que no processo de configuração da terra, em última instância, tendia realçar mais as necessidades dos agentes externos, tais como: o Estado, os agroindustriais, os políticos locais, e os capitais financeiro e comercial. Isto culmina num movimento "dialético de construção e destruição de valores", conforme Moraes (1987).

Esta luta de "construção e destruição de valores" pautava-se num movimento estruturado em interesses antagônicos: de um lado os colonos e de outro os agentes patrocinadores e realizadores da política de

irrigação. Portanto, nesta relação, ocorriam momentos de aceitação e rejeição por parte dos agentes diretamente envolvidos no processo, construindo uma dinâmica com junções e separações entre os novos e velhos valores.

Nossa intervenção enquanto técnico abarcava o universo de todos esses grupos sociais, quando procurávamos implementar canais organizacionais entre eles, com o intuito de redimensionar a concepção e prática do projeto de irrigação, que era embasada numa prática verticalizadora, ou melhor, "de cima para baixo", desconsiderando as contribuições dos outros grupos sociais inseridos no processo, sobretudo os colonos. De certa forma, essa foi nossa trajetória quando atuávamos inicialmente como técnico e posteriormente pesquisador, de modo acentuado, ao direcionarmos mais nossa atenção ao grupo social colono (os ex-ribeirinhos e os camponeses).

Com o olhar mais focalizado no modo de vida dos colonos (ex-ribeirinhos e camponeses), emergiam questionamentos específicos do cotidiano desse grupo antes de conviverem com a política de irrigação e depois de nela inserido. Aí começamos a traçar o recorte do nosso estudo, tomando como categoria social de análise os colonos, que se constituíram nos sujeitos

centrais da observação, e os outros segmentos como sujeitos secundários.

A opção em concentrar o estudo de forma mais precisa no grupo social colono, revela um interesse mais amplo desta pesquisa: resgatar a relação colono-terra-espaço social, por entendermos que ele representava uma categoria social que mais apresentava vínculos com a terra. Essa convivência resultou na construção de um estilo de vida e de trabalho que perpassou a lógica mercantil. O modelo de trabalho introduzido pela irrigação no Espaço Social era baseado nesta separação entre vida e trabalho, na qual esse tomava um caráter técnico-produtivo, esquecendo sua lógica cultural.

O colono seria o grupo social que nos proporcionaria mais elementos em sua história de vida, expressando-se em sua cotidianidade, tendo como base a relação terra-rio e depois a irrigação, não apenas no aspecto de extrair as riquezas naturais, mas sob um prisma de reconstruir o espaço, o ambiente, o lugar. Conforme Mayer (1991, p. 94):

*"Lugar é aquele onde o indivíduo se encontra ambientado, no qual está integrado. Ele faz parte do seu mundo, dos seus sentimentos e afeições e é o Centro de significância ou um foco de ação emocional do homem. O lugar não é toda e qualquer localidade, mas aquela que tem significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas".*

Definimos, portanto, como lugar, as áreas de produção da agricultura, de criação do rebanho, da pesca, dos rituais culturais e religiosos, segundo o calendário sociocultural (como a procissão do padroeiro que acontece sobre as águas do Velho Chico). É uma história de vida registrada na terra de forma ampla, ou melhor, em suas diversas dimensões: socioeconômicas, políticas e culturais.

Compartilhando com essa vida cotidiana e com o objetivo de resgatar a trajetória de vida dos colonos, configurada no Espaço e em suas práticas sociais, fundamentais à construção da memória popular da região do Rio São Francisco, fortaleceríamos a cultura local e também ofereceríamos, especialmente aos colonos, uma análise da historicidade daquele Espaço (inserido na região do Rio São Francisco) que poderia contribuir no desenvolvimento regional. Pelo que percebemos, essa história local, de certa forma, não foi considerada pela política de irrigação, pois para essa a história da terra começa a partir do momento que ela se instala no espaço.

Nossa pretensão desencadeou-se no sentido de resgatar a relação dos colonos com a terra (Espaço Social) antes e depois de incorporados à irrigação, delimitando a análise às práticas produtivas desse



grupo, como alternativas de manutenção de suas sobrevivências social e física.

Compreendemos que essa relação ocorria mediada por duas lógicas predominantes, de um lado as formas de vida na terra e de outro a vida no Rio São Francisco, reorganizadas pelo ritmo das águas e das transformações ecológicas e culturais; ora as enchentes (as águas subiam), ora as secas (as águas baixavam) e depois o desvio das águas e os novos contornos da terra e a introdução de práticas e concepções de trabalho orientadas pela irrigação.

O grande desafio da pesquisa seria encontrar um mecanismo que interpretasse o tempo/espço que antecedeu a política de irrigação, plissando o que sobreviveu daquele estilo de vida (dos ribeirinhos) mesmo depois de incorporados à política de irrigação.

## 2.1 Objetivos do estudo

UFMG

Para alcançarmos as questões abordadas no item anterior, elencamos algumas, que nortearam o estudo realizado no Espaço Social de Curaçá, como:

- as transformações ocorridas na vida dos ribeirinhos após a presença da irrigação,

especialmente no tocante às práticas produtivas, acesso a terra e as novas formas de trabalho que diferiam do estilo de vida anterior;

- a convivência dos ribeirinhos com a terra e o Rio São Francisco, antes e depois (agora colonos) da intervenção da política de irrigação no Espaço;

- como se desencadeou o relacionamento entre as práticas produtivas "tradicionais" e as "modernas", ou melhor, entre o "velho" e o "novo" modos de organizar as práticas econômicas;

- quais estratégias e alternativas os colonos (ex-ribeirinhos) "recriaram" e "criaram" enquanto trabalhadores e grupo social que permitiram sobreviver no espaço, mesmo com a irrigação.

### 3 A opção teórico-metodológica

Optamos, metodologicamente, para que o desenvolvimento desta dissertação fosse construído, tomando como base a relação entre os dados empíricos

sistemizados e as reflexões teóricas. Este encaminhamento reformula a tradicional concepção de estruturação de um texto, a qual norteia grande parte dos trabalhos científicos, nos quais o tratamento das questões teóricas são elencadas num capítulo específico e as considerações pertinentes ao objeto de estudo são agrupadas noutros capítulos.

Ressaltamos que tal divisão, entre a teoria e a reflexão prática do empírico, acarreta uma certa desarticulação que, em determinados trabalhos, privilegia os aspectos teóricos e, em outros, os da realidade investigada. O mais preocupante é a ausência de uma interação entre as duas partes, tendo em vista que os procedimentos teóricos e os dados empíricos apresentam-se entrelaçados no processo de interpretação e sistematização da realidade social.

Sugerimos uma correlação entre estes dois momentos, partindo do princípio que eles se aglutinam para permitir a compreensão da problemática estudada.

Preferimos abordar essas duas dimensões (teórica e prática) em nossa dissertação de forma articulada. Portanto, na organicidade e reflexão que constituem o texto, desde a introdução às considerações finais, travamos um diálogo entre a teoria e o objeto de análise, ou seja, as arguições teóricas estão diluídas no corpo do trabalho, juntamente com os dados

interpretativos da realidade social, objeto deste estudo.

A respeito dessa desvinculação entre os pressupostos teóricos e a realidade empírica, Gohn (1985, p. 8) infere (esta reflexão subsidiou nossa opção em tratarmos essa questão):

*"A divisão estanque 'teoria e prática' ciência teórica e ciência prática aplicada só faz reforçar as estruturas de dominação existentes, entre os que pensam, e os que trabalham e produzem a riqueza. A articulação destas duas dimensões da realidade social, na pesquisa sociológica, é uma necessidade na qual precisamos superar a nível discursivo".*

Tomamos como caminho teórico-metodológico para este estudo uma análise alicerçada na relação homem (ribeirinho, colono e camponês) - terra (Espaço Social de Curaçá) - política pública de modernização da agricultura (política de irrigação). Esses três eixos da realidade estão articulados num primeiro momento tendo como base a terra e o Rio São Francisco. A terra enquanto espaço social portador de riquezas naturais; e o Rio, além de ser um elemento natural inserido na terra.

O Rio expressa, nessa relação, um papel estratégico devido o seu grande volume de águas perenes, cortando uma região de clima semi-árido com problemas de seca - o grande alvo da política de

modernização e da sobrevivência do homem sertanejo e ribeirinho.

A terra, num primeiro momento, é espaço físico. Mediante a intervenção humana ela vai assumindo uma configuração social, dando-lhe ritmos e dinâmicas. Dessa forma ocorre uma transformação num sentido de construção e reconstrução. Portanto, tal entendimento só é percebido quando compreendemos a terra pela ótica da relação homem-natureza e natureza-homem.

Através da ação humana, a terra vai adquirindo um perfil socializador e humano, apesar dessa socialização acontecer em diversos casos históricos, por meio de mecanismos de dominação e exploração entre os homens e a natureza, como é o caso do Espaço Social de Curaçá, objeto desse estudo.

A terra assume uma configuração diversificada, não de forma absoluta, homogênea. Mas como aponta Esterici (1981, p. 11), ela não é um espaço indiferenciado, portanto precisa-se resgatar distintamente os "diversos momentos da luta como confrontos relativos a distintos segmentos do espaço". Neste sentido, ela aponta para uma questão pertinente: a atenção aos diversos espaços sociais com caracteres específicos peculiares àquele recorte espacial, apesar de articulado à composição espaço territorial global.

Os "recortes espaciais" ou espaços sociais, e aqui delimitamos de recortes espaciais os vários espaços, lugares diferenciados, apesar de articuladas com outras dimensões espaciais maiores, em âmbito estadual, regional, nacional, etc., assumem especificidades próprias. Ao depender da interação homem-natureza (terra) e natureza (terra)-homem, correspondem concretamente às práticas cotidianas da ação humana, em determinado espaço social, e, por outro lado, a própria natureza contribui ao orientar esta intervenção humana. Tal relação aflora, pois, na construção de identidades socioespaciais e humanas.

Pensar a questão do espaço social implica enveredar por uma concretude representada através de uma diversidade aparente e visível, revelando-se na paisagem, nas culturas, nas raças, nos grupos sociais, nas práticas religiosas, no mundo do trabalho, etc. Isto já revela uma diversidade no aspecto da aparência e quando mergulhamos no âmbito da essência deparamo-nos com uma multiplicidade de expressões espaciais, fruto das concepções e práticas dos homens, como mostra Musumeci (1988, p. 225) ao entender espaço social pela seguinte dimensão: "São distintas formas de relação entre os homens e destes com a natureza".

Partindo daí, percebemos que a variedade espacial resulta da inserção do próprio espaço nas atividades

humanas, criando e redefinindo uma configuração tanto social quanto espacial, como aponta Musumeci (1988, p. 305):

*"Um espaço social é um cenário de mobilidades em que contam laços de parentesco, vizinhanças e compadrio; alianças e rivalidades, barganhas, espertezas, manipulação das 'regras do jogo' e violência".*

O espaço social representa-se mediado por uma simbologia realçada na cotidianidade - que na opinião de Heller (1989) é um conceito analítico que estuda a lógica do cotidiano, ou melhor, todo cotidiano se faz representar através da sua cotidianidade - da vida cotidiana, na qual os homens e a natureza interagem de forma dinâmica, construindo a historicidade do espaço e do imaginário popular, como demonstrou Gohn (1992, p. 20), em seus estudos:

*"As categorias tempo e espaço são muito importantes no imaginário popular. As datas, as festas religiosas, os espaços comunitários 'da roça', da unidade doméstica, etc. São representações fortes na mentalidade coletiva popular. O espaço e o tempo tem dimensões amplas no meio rural, à medida que fazem parte do universo de referência do cotidiano vivido...".*

Para os colonos do Espaço Social de Curaçá, mesmo aqueles envolvidos no universo da política de irrigação

(sobretudo os ex-ribeirinhos) era difícil a negação de suas histórias de vida e convivência que ocorriam entre eles e a natureza antes da irrigação. Mesmo que quisessem apagar este passado, ele se fazia presente na configuração da terra, do Rio e da cultura, reportando um tempo e um espaço ora vivido e que sobrevive ao novo tempo e forma que vai delineando-se paulatinamente como sinal de um moderno tempo/espacial. Gramsci apud Gohn (1992, p. 21) conclui essa reflexão sobre tempo-espaço com o seguinte pensamento:

*"...a dimensão espaço-tempo resgata elementos da consciência fragmentada das classes populares, ajudando sua articulação, no sentido gramsciano da construção de pontos de resistência à hegemonia dominante, construindo lentamente a contra-hegemonia popular".*

O espaço social representa o elemento propiciador das relações entre o homem e a natureza. Sendo, pois, o palco dessa convivência. Partindo deste entendimento enveredamos nossa pesquisa, resgatando a historicidade do Espaço Social de Curaçá no tempo em que antecede e se insere a política de irrigação naquele município.

Por outro lado, analisamos que existe uma perspectiva diferente de ver a questão do espaço, privilegiando analiticamente o conceito de região. Essa discussão regional vem evidenciar as relações sociais de produção de cada espaço regional, tendo como



parâmetro o modo de produção capitalista e suas diversas configurações regionais. Como exemplo dessa postura metodológica, Oliveira (1981, p. 129) aponta a seguinte definição do conceito de região:

*"Uma 'região' seria em suma o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição".*

Esse conceito de região, traça um contorno na análise focalizando o recorte regional pelas relações produtivas e políticas, ou seja, pela forma como os homens organizam o mundo do trabalho e como isto se representa na paisagem e nas relações com o capital.

No entender do autor supra citado, essa configuração regional vai de encontro com a tradicional divisão regional baseada em critérios político-administrativos, negando as várias regiões econômicas e sociais. Neste sentido o estudo de Silveira (1984) resulta numa contribuição eximia na compreensão dos vários espaços regionais cristalizados no território nordestino.

Perceber a questão regional apenas pela dimensão das relações de produção, representa um certo direcionamento da análise que enfatiza apenas um

aspecto na região. Sendo assim, essa concepção reduz as diversidades especiais existentes numa devida configuração regional. Seriam os chamados espaços sociais, que simbolizam várias dimensões da relação homem-natureza, sejam: econômicas, culturais, políticas, religiosas, etc.

O Espaço Social está contido na região, assumindo o papel mais íntimo na relação homem-natureza, extrapolando aquelas visões pautadas em critérios economicistas, deixando para segundo plano as expressões do cotidiano realçadas nos vários espaços e lugares, caracterizando de forma mais íntegra as relações homem-natureza e natureza-homem. Esta vivência homem-natureza reporta a uma relação dos homens em si, resultando no processo de sociabilidade da terra, como podemos perceber em Lipietz (1977, p. 26):

*"A definição da terra como espaço social é fruto, ou melhor é um instrumento de 'reprodução social' e é neste sentido que o espaço social em si é um reflexo das relações sociais".*

Reconhecer a terra enquanto um conjunto de espaços sociais articulados, implica metodologicamente adentrar no cotidiano das relações entre os homens, percebendo como esse leque de ações acontecem e se representam na terra, delimitando os vários espaços.

O Espaço Social pode ser interpretado por várias dimensões, pelo motivo dele expressar simbolicamente o conjunto das práticas dos agentes sociais nele inserido. Dessa forma entendemos que nas ações os homens não estabelecem vínculos apenas "formais e utilitários", mas estas são regidas por normas, regras e critérios estabelecidos entre os homens e a natureza que dinamizam suas práticas sociais. Afirma Wolf (1976, p. 20) que:

*"As relações sociais nunca são exclusivamente utilitárias ou instrumentais, elas são regularizadas por construções simbólicas que servem para explicá-las e regulá-las".*

Apesar da análise de Wolf, partir do estudo de sociedades primitivas, percebemos que a forma como ela caracterizou as práticas sociais deixa indicativos importantes a análises de outros padrões socioculturais, como exemplo de uma sociedade camponesa, pois busca resgatar essas práticas como inseridas no cotidiano dos agentes, expressando-se nos símbolos que "explicam e regulam" esse modo de vida.

Compactuando com esta concepção, na qual a região em si engloba uma demanda socioespacial, representada por diversas microrrealidades pertinentes aos variados modos de vida específicos, e debruçados nesta

especificidade preferimos trabalhar com um fragmento da região sanfranciscana: o Espaço Social de Curaçá. No interior deste Espaço, delimitamos um contorno como alvo de nossa atuação: verificar as práticas econômicas do grupo social ribeirinho antes da irrigação e dos ex-ribeirinhos (atuais colonos) após a irrigação, enveredando a análise no sentido de resgatarmos a relação desses agentes sociais com a terra, averiguando os aspectos apontados no item 2 desta introdução.

### 3.1 Metodologia do trabalho

Neste trabalho nos aproximamos da metodologia de uma pesquisa participante, na qual privilegiamos os aspectos da relação pesquisador e realidade estudada, tomando como mediação os diversos níveis de participação que ocorrem neste relacionamento/convivência, que orientado pelo diálogo e observação sobre as questões analisadas, propicia um nível de interação que permite a contribuição de todos os sujeitos envolvidos na pesquisa, a qual varia de sujeito para sujeito.

Consideramos esse procedimento metodológico propício à nossa pesquisa, pelo fato dele se fazer presente quando atuávamos enquanto técnico da Codevasf,

no nosso primeiro contato com o Espaço Social de Curaçá. Dessa forma, essa mesma escolha seria um encaminhamento coerente com a proposta de investigação da realidade social, quando retornamos a esta realidade, como pesquisador, como explica Thiollent (1985, p. 8), definindo o que seja a metodologia da pesquisa alternativa (participante-participação):

*"Com o desenvolvimento de suas experiências metodológicas, as propostas de pesquisa alternativa (participante e ação) poderão vir a desempenhar um importante papel nos estudos e na aprendizagem dos pesquisadores e de todas as pessoas ou grupos implicados em situações problemáticas. Um dos principais objetivos dessas propostas consiste em dar aos pesquisadores e grupos de participantes os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas da situação em que vivem, em particular sob forma de diretrizes de ação transformadora. Trata-se de facilitar a busca de soluções aos problemas reais para os quais os procedimentos convencionais têm pouco contribuído. Devido à urgência de tais problemas (educação, informação, práticas políticas, etc.), os procedimentos a serem escolhidos devem obedecer a prioridades estabelecidas a partir de um diagnóstico da situação no qual os participantes tenham voz e vez".*

Apesar de usarmos técnicas de pesquisa tradicionais, o estudo se identifica mais com a concepção e técnicas de uma pesquisa de observação participativa (e não de uma pesquisa-ação), pelo motivo maior dessa postura metodológica partir do princípio que o processo de conhecimento e abstração da realidade

social está alicerçado numa relação que observa e participa do processo. Essa relação envolve pesquisador e os agentes sociais da pesquisa, buscando resgatar uma interação entre os dois pólos, como afirma Gohn (1985, p. 12): "Porque nós queremos aproximar a realidade como tal, desde o ponto de vista dos sujeitos que lá vivem e desde a concepção do investigador", tomando como caminho um entendimento entre pesquisador e pesquisados, através da convivência e do diálogo, tendo como base concreta a realidade social, em que os agentes sociais estão inseridos, como indica Geertz apud Cunha (1987, p. 17):

"Se a interpretação antropológica está construindo uma leitura do que acontece, então divorciá-la do que acontece, do que na ocasião ou naquele lugar, pessoas específicas dizem, o que elas fazem, o que é feito a elas, a partir do vasto negócio do mundo, é divorciá-la de suas aplicações e torná-la vazia...".

Essa mesma discussão, referente ao relacionamento que deve ocorrer entre os diversos agentes sociais inseridos no universo da pesquisa, só acontece mediante uma escolha teórico-metodológica que busque aproximar esses atores sociais em função de uma maior interação, interpretação e utilização de dados. Musumeci (1988) faz referências a Geertz, chamando a atenção para sua

famosa expressão: "O antropólogo trabalha interpretando interpretações".

Portanto, essa tônica de "interpretar interpretações" só será viável se for baseada numa convivência mediada pelo diálogo, como indica Musumeci (1988, p. 25), "logo construindo, um diálogo simultâneo com o "objeto" da pesquisa e com seus próprios referenciais analíticos, sejam os "dados", seja a sua "explicação".

A forma mais própria à construção dessa postura participativa era exatamente "fazer surgir uma relação dialógica entre os dois pólos". Através dessa comunicação encontrariamos caminhos que criassem no desenvolver da pesquisa uma relação co-participativa, envolvendo pesquisador e pesquisados, a qual possibilitaria a percepção da pesquisa por todos e também faria com que eles se percebessem na pesquisa. Sem necessitar da utilização da separação tão rígida entre o pesquisador e o que é pesquisado.

A escolha das técnicas de pesquisa estava diretamente relacionada com a problemática em questão, objeto deste estudo, e com a opção metodológica norteadora do mesmo. Pois detectamos que há uma relação de complementaridade entre a metodologia e as técnicas no processo de investigação e reflexão da realidade

social. Sob essa visão descreveremos abaixo as técnicas aplicadas aos questionamentos apontados por nós:

- registro fotográfico. Constitui uma forma de documentação da realidade estudada, resgatando os seus aspectos referentes ao passado e ao presente. A fotografia "congela" um momento/situação da realidade vivida. No tocante a pesquisa ela nos respaldou indicando as várias fases e expressões da cultura calcada no espaço. Urge ressaltar que esse instrumento representa as intenções do seu condutor. Isto merece um certo cuidado com o aspecto do direcionamento do registro, portanto, para evitá-lo, optamos por duas formas: fotos baseadas num roteiro e fotos flagrantes.
  
- Entrevistas. Baseadas num roteiro, com perguntas aberta e fechada, nos aproximavam dos agentes sociais de forma espontânea devido a relação construída entre o pesquisador e os pesquisados. Permitiu-nos interpretar como os entrevistados percebiam e se percebiam no Espaço Social de Curaçá; através do momento no qual escutávamos as



"falas deles" sobre determinada questão, isso ofereceu uma visão coletiva a respeito de alguns aspectos do seu cotidiano.

Consideramos uma técnica um tanto artificial pelo uso do gravador, que as vezes intimida, mas percebemos que antes de cada entrevista era necessário conversar informalmente, explicar o uso do gravador, mostrar a voz dele gravada. Estes cuidados deram confiança e liberdade para que ocorresse uma "comunicação entre as partes".

Realizamos um total de 22 (vinte e duas) entrevistas, como indica o quadro n. 1.

- O diário de campo apresentou-se como um recurso "revelador" da realidade social, ao possibilitar uma compreensão mais ampla pelo fato de contribuir no resgate do cotidiano do objeto de estudo, permitindo adentrar no universo do grupo estudado de forma "sutil", apesar de requerer um exercício de observação e abstração profundo por parte do pesquisador, pois a reprodução da realidade social é expressa via as suas anotações. Neste caso requer uma postura científica e

política do mesmo, em reproduzir as falas e acontecimentos com bastante fidelidade.

- Consulta de arquivo-documentação, resgatando na documentação do Perímetro Irrigado de Curaçá aspectos referentes a: a) o registro das terras antes da irrigação (alguns colonos guardavam o documento da terra); b) o acervo do setor de serviço social responsável pelo assentamento; transferência e organização dos colonos; setor de orientação técnica que cuida da política de modernização da agricultura juntamente com as agências de financiamento e da diretoria da Cooperativa Agrícola do Perímetro Irrigado de Curaçá responsável pelo gerenciamento geral do Projeto.

Pesquisamos em fontes diversas como: livro de ata, relatório de reuniões, planos de trabalho, jornal do Ministério da Irrigação e outras publicações que surgiam em níveis local, estadual e nacional que referenciassem o objeto deste estudo.

Essa metodologia ajudou a redefinir "atenciosamente" a interação entre pesquisador e

pesquisados, criando uma relação de construção da pesquisa pelos agentes envolvidos. Significou também uma situação delicada para o pesquisador "não perder a preocupação científica da pesquisa", como também "não doutrinar as práticas dos agentes segundo seus objetivos". Por fim, isto nos forneceu uma prática participativa no desvendar da pesquisa a qual ajudou o grupo a refletir e perceber sua historicidade.

Ainda queremos registrar que se não houvesse, por nossa parte, um exercício contínuo de entender, partilhar e conviver com a cotidianidade dos grupos estudados no Espaço Social de Curaçá, este trabalho não teria alcançado as informações necessárias às nossas inquietações. Portanto esta experiência nos ensinou que pesquisar representa um ritual de ouvir, participar, compartilhar e interpretar. Isto pode parecer cansativo e às vezes é, mas deixa experiências para nossas vidas que extrapolam esses relatos. Quem vivenciou é quem consegue subjetivamente compartilhar e preservar essas experiências em sua história de vida.

### 3.2 Os entrevistados

A escolha dos entrevistados baseou-se em critérios bastante diversificados, essa foi a forma que

encontramos para envolver as várias situações enfrentadas pelos colonos no Espaço Social de Curaçá e que respondessem aos objetivos deste estudo, como: aqueles que permaneciam na terra, os antigos ribeirinhos na condição de moradores, sitiante, fazendeiros e proprietários, estes ajudariam no resgate da história da terra e de suas práticas sociais antes e depois da irrigação; outra categoria de ribeirinho seriam aqueles oriundos de outras localidades cortadas pelo Rio; alguns habitantes nativos, ou melhor, antigos, aposentados que falaram sempre do passado em relação ao presente; os colonos que ocupavam cargo na administração do projeto, isto contribuiria no resgate de uma visão mais técnico-administrativa do trabalho pelos colonos; e por fim os técnicos para fazer um paralelo com a visão dos colonos sobre a política de irrigação, conforme o quadro n. 1 abaixo:

## Quadro n. 1

Número e perfil dos entrevistados Espaço Social  
de Curaçá durante a pesquisa

OS VÁRIOS TIPOS DE ENTREVISTADOS	SITUAÇÃO ANTERIOR A IRRIGAÇÃO	TOTAL
1 Colono ex-ri-beirinho de Curaçá	Morador/sitiante	08
2 Colono ex-ri-beirinho de Curaçá	Fazendeiros/proprietários	03
3 Colono ex-ri-beirinho oriundo de outras localidades	Pequenos produtores e moradores	04
4 Habitantes nativos/aposentados	-	03
5 Colonos que exercem cargos administrativos	-	04
6 Técnicos da Codevasí	-	04
TOTAL		26

Observação: foram realizadas 22 entrevistas, mas a soma do quadro não corresponde a esta situação, pelo motivo do item 5 estar contido no item 1. Na realidade são 08 colonos no item 1, dos quais 04 exercem cargos administrativos no Perímetro Irrigado de Curaçá, ate o momento da pesquisa.

Um dado relevante foi que varios desses casos foram escolhidos diretamente por nós, pelo conhecimento prévio que tínhamos da estrutura organizacional e social do Perímetro Irrigado de Curaçá, devido a nossa atuação, enquanto técnico. Mas alguns foram indicações de colonos, como os habitantes nativos/aposentados.

#### 4 A estrutura do trabalho

Além desta parte introdutória, o trabalho consiste em quatro capítulos, os quais, de forma breve, apresentamos a seguir.

No primeiro capítulo, destacamos a importância do Rio São Francisco, como fenômeno da região sertaneja recortada por ele, aliás ressaltamos que sua inserção é tão significativa que contribuiu no processo de formação da Região do Vale do Rio São Francisco, devido às práticas sociais e culturais que se desencadearam em suas margens, na secular história de sua existência.

Para aprofundarmos os aspectos mais pertinentes ao nosso estudo, relacionados ao Rio São Francisco, dividimos o capítulo nos seguintes itens: 1 "O Velho Chico", desafiando o sertão nordestino. Tratamos de contextualizar sua trajetória no cenário do sertão nordestino. 2 Ocupação do espaço: povoados, vilas e cidades. Mostramos a importância sociocultural do Rio na ocupação do espaço sertanejo, outrora desabitado. 3 Antecedentes da política de irrigação no vale Sanfranciscano. Traçamos a trajetória das políticas públicas irrigadas para a região sanfranciscana, centralizada mais na Codevasf. 4 A construção de uma identidade espacial e social. Discutimos como a cultura desencadeada às margens do Rio serviu de base e traços

socioespaciais que o definem como uma identidade sociocultural própria. 5 O "Velho Chico", delimitando seu próprio espaço e tempo. Fizemos comentários referentes ao ritmo de vida com um tempo e espaço representados pela dinâmica construída entre o Rio, a terra e a população ribeirinha.

O segundo capítulo faz um resgate das práticas dos agentes sociais que habitaram as margens do Rio e como esse orientava os seus modos de vida, ou melhor, o cotidiano desses ribeirinhos. Neste capítulo destacamos: 1 A seca e a enchente - dois modos de vida (des)iguais. Mostramos como através do movimento das águas, ora enchente e ora seca, orientava a forma dos ribeirinhos organizarem suas sobrevivências (práticas produtivas). 2 Os usos da terra pelos ribeirinhos. Traçamos um resgate da forma como a terra era organizada entre os ribeirinhos, tendo como mediação o Rio e a caatinga, e como expressão dessa organização as fazendas, propriedades, roçados, criatório, etc. 3 Os usos da água. O ritual assumido pela água no contexto das práticas dos ribeirinhos, ora secavam, ora enchiam e a população reelaborando suas práticas de acordo com este movimento: SECA-ENCHENTE.

O terceiro capítulo descreve a chegada da política de irrigação no Espaço Social de Curaçá e como esta interferia no cotidiano dos ribeirinhos,

introduzindo novas práticas e concepções de trabalho, de organização da produção e venda, e de produzir. Este capítulo está sistematizado da seguinte maneira: 1 *Os colonos, a terra e a irrigação.* Mostramos como a irrigação, com uma concepção baseada numa agricultura mecanizada e capitalista voltada sobretudo para o mercado externo, violou as culturas dos colonos e a paisagem regional, introduzindo seu projeto de modernização. 2 *Os usos da terra na irrigação.* Apontamos as formas sociais que a terra assumiu depois da irrigação, baseada em dois mundos-cultura: a dos ribeirinhos (colonos) e a dos agentes ligados à irrigação. 3 *A água e a irrigação.* Indicamos a nova racionalidade assumida pela água após inserida a irrigação que extrapola a lógica construída entre ela e os ribeirinhos.

O quarto capítulo consiste em mostrar como a cultura dos ribeirinhos não foi totalmente eliminada pela cultura irrigada, criando uma vivência entre o "velho" e o "novo", como uma saída de manutenção dos colonos (ex-ribeirinhos) e da irrigação no Espaço Social de Curaçá. Assim distribuimos este capítulo: 1 *Formas do trabalho camponês na irrigação.* Mostramos como ocorrem as práticas sociais dos trabalhos tradicionais no seio da irrigação, sobretudo o trabalho familiar. 2 *O criatório: uma volta ao passado.*



Resgatamos a volta do criatório, cultura do passado adaptada ao meio ambiente, que perdeu espaço para a agricultura irrigada, daí sua volta representar um desafio a modernização. 3 *As culturas permanentes: uma proposta de valorização da terra.* Uma atividade introduzida pela irrigação e que só depois os colonos perceberam seu valor para mantê-lo no lote e valorizar a terra. 4 *As culturas de subsistência e a manutenção do cotidiano camponês (colono).* A cultura de subsistência volta ao espaço como uma forma de resistência, já que se constituía uma atividade marginal frente a cultura irrigada.

Finalmente, elencamos as nossas considerações finais em torno do estudo. A seguir, vêm as referências bibliográficas e os anexos.

## CAPÍTULO 1

O Rio São Francisco ou Velho Chico:  
um fenômeno de inspiração de vida



**Foto n. 1.** Visão panorâmica do Velho Chico, no distrito de Itamotinga no Perímetro Irrigado de Curaçá. Juazeiro - Bahia - 1991

### 1.1 O "Velho Chico" desafiando o sertão nordestino

Tecermos comentários a respeito do Rio São Francisco, pressupõe caminhar um longo percurso na história do sertão nordestino, trajetória que se iniciou "oficialmente" no século XVI, ou melhor, como afirmam alguns estudiosos, entre eles João Ribeiro apud Cunha (1987), no dia 04 de outubro de 1501.

O Rio São Francisco extrapola os limites político-administrativos dos estados e até das regiões.

Compreende na região Nordeste, os estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe e na região Sudeste, Minas Gerais. Apresentando uma extensão de 2.600 km, é, pois, considerado o maior sistema fluvial do Brasil e o 18º rio do mundo em extensão, formando uma bacia hidrográfica com 6.400 Km<sup>2</sup>. Dessa forma sua existência traçou um recorte na paisagem do sertão nordestino e delimitou uma região específica dentro das regiões políticas, conhecida como a região do vale do São Francisco ou Sanfranciscana.



Foto n. 2. O Velho Chico e a vegetação de caatinga - 1991

A caatinga é predominante no semi-árido do Nordeste brasileiro, e apresenta uma vegetação essencialmente de árvores e arbustos espinhosos (que perdem suas folhas na estação seca), de plantas suculentas espinhosas e de plantas herbáceas que se desenvolvem com bastante vigor depois das chuvas. Para a população sertaneja, conforme Ribeiro apud Cunha (1987, p. 75) é uma "região ingrata para a qual o próprio Tupi tinha um termo sugestivo *pora-pora-eima* (lugar despovoado, estéril)". Há, portanto, duas fases distintas: a SECA e a ENCHENTE. É nessa vegetação típica sertaneja onde corre grande parte das águas do Rio São Francisco, assumindo papéis importantes na sobrevivência da população sertaneja, seja nos períodos chuvosos ou nas épocas das secas.

Estes foram e ainda se constituem elementos para estudiosos compararem o Rio São Francisco com outros Rios importantes do mundo, chamando-o de "O Nilo Brasileiro" e "O Mediterrâneo Brasileiro". Quando limitam-se ao Brasil chamam-no de "o mais brasileiro de todos os rios", "o Rio da Unidade Nacional". O Rio que "representa o grande caminho da civilização brasileira". Os habitantes locais, que cresceram com o Rio, preferiam chamá-lo de "Velho Chico", nisto revelava-se uma relação afetiva vivenciada entre ele e a população ribeirinha, que é nome dado pela cultura

local às populações que fixaram moradia nas margens do São Francisco.

Neste sentido, chamamos a atenção para essa relação afetivo-carinhosa de "Velho Chico", como se fosse "velho amigo", sentimento relacionado a uma prática cotidiana de sentir, acompanhar e crescer com ele. Enquanto que os agentes externos, que se constituíam em tecnocratas, pesquisadores e outros que circulavam na região, preferiam fazer referências a aspectos gerais, como: "unidade nacional", a idéia de nação, civilização, desenvolvimento, tomando como parâmetro rios de outros países desenvolvidos. Percebemos a existência de dois discursos com lógicas diferenciadas: um fala do Rio considerando sua própria trajetória de vida, outro tece comentários segundo lógicas externas ensaiando um paralelo com outros padrões de vida, de desenvolvimento. Em ambas as lógicas residem interesses e visões que resultam em formas específicas de intervir na dinâmica do Rio. Uma considera mais os elementos internos e outra os externos.

Uma forma encontrada para demonstrarmos que o pseudônimo de "Velho Chico", atribuído ao Rio São Francisco, já se constituiu elemento simbólico-cultural nas representações cotidianas da população ribeirinha, foi desvendando como isso ocorreu nas

expressões culturais, ligadas ao universo local e também a agentes externos. Não foi possível resgatarmos as expressões de cultura popular, que fizeram referência ao Rio São Francisco com o apelido de "Velho Chico", como: cordéis, cantadores de viola, outros ritmos, etc. Tendo em vista que essa preocupação fugia do objetivo do nosso estudo e requeria uma postura metodológica específica. Sendo assim, apresentamos uma música (1987) de Caetano Veloso, compositor baiano, que contribui com o resgate e registro da memória popular, através desta belíssima poesia inspirada no "Velho Chico".

#### O CIÚME

Dorme o sol à flor de Chico, meio dia  
Tudo esbarra embriagado de seu lume  
Dorme ponte, Pernambuco, Rio, Bahia  
Só vigia um ponto negro: o meu ciúme  
O ciúme lançou sua flecha preta  
E se viu ferido justo na garganta  
Quem nem alegre nem triste nem poeta  
Entre Petrolina e Juazeiro canta  
Velho Chico, vens de Minas,  
Onde o oculto do mistério se escondeu

---

Sei que levas todo em ti  
Não me ensinas  
E eu sou só eu só eu só eu  
Juazeiro, nem te lembras desta tarde  
Petrolina, nem chegaste a perceber  
Mas, na voz que canta tudo ainda arde  
Tudo é perda, tudo quer buscar, cadê  
Tanta gente canta, tanta gente cala  
Tantas almas esticadas no curtume  
Sobre toda estrada, sobre toda sala  
Paira, monstruosa, a sombra do ciúme.

O "Velho Chico", preferimos chamá-lo assim como forma de contribuir no registro da memória popular enraizada na região Sanfranciscana, serviu e serve de cenário para grandes momentos na colonização das áreas sertanejas do Nordeste brasileiro. Não é por acaso que afirma-se que ele representa o "grande caminho da civilização brasileira". Em diversas formas "inconscientemente" serviu de instrumento para a expansão e exploração dos colonizadores no território cortado por ele, como: conquista do interior, catequização e escravização dos índios, procura de escravos, ouro, etc. Como relatou Cunha (1987):



"...Se tornou o caminho predileto dos sertanistas visando sobretudo a escravidão e o descimento do gentio, o S. Francisco foi, nas altas cabeceiras, a sede essencial da agitação mineira, no curso inferior o teatro das missões, e na região média a terra clássica do regimen pastoril, único compatível com a situação econômica e social da colônia."... "Bateram-lhe por igual as margens o bandeirante, o jesuíta e o vaqueiro".

## 1.2 Ocupação do espaço: povoados, vilas e cidades

Falar do "Velho Chico" coloca-nos num vasto cenário, permeado por manifestações socioculturais seculares, responsáveis por uma diversidade de acontecimentos e comportamentos, tornando-o num fenômeno primordial à existência física e social da região surgida a partir dele.

O "Velho Chico", além da sua contribuição enquanto fonte de vida para as várias espécies de seres que o acompanham nas veredas sertanejas do Nordeste brasileiro, apresenta uma contribuição bem peculiar no que diz respeito a ocupação do sertão, pois em suas margens registra-se o surgimento de várias cidades e povoados que se originaram a partir do contato com o Rio, ora como refúgio, ora em função da pecuária e da vazante, etc. Em ambos os motivos, o Rio se apresenta como uma fonte natural aglutinadora

de riquezas e pessoas. Este processo trouxe o surgimento de povoados e cidades, como nos indica Pierson (1983), que descreveu as cidades, considerando a ordem de descida do Rio, como:

"Margem direita: Pirapora, São Francisco, Matias Cardoso (antigo Morrinhos), Malhada, Bom Jesus da Lapa, Piratininga (antes, Urubu e, depois Rio Branco), Ibotirama, Xique-Xique, Santo Sé, Juazeiro, Curaça, Perto da Folha, Garuru, Propriá, Neópolis e Parapitinga e na margem esquerda: São Romão, Manga do Amador, Carinhanha, Sítio do Mato, Barra, Pilão Arcado, Remanso, Petrolina, Casa Nova, Coripós (antiga Boa Vista), Cabrobó, Jatinã, Petrolândia (ex-Itaparica e, depois Jatobá), Piranhas, Pão de Açúcar, Traipu, Porto Real do Colégio, Penedo e Piassuburu".

Discutindo sobre a origem das cidades e povoados Cunha (1987, p. 75), oferece a seguinte contribuição, que vem reforçar o papel do Rio na ocupação do sertão quando afirma:

"Todos os povoados, vilas ou cidades, que lhe animam hoje o território, têm uma origem uniforme bem destacada da dos demais que demoram ao Norte e ao Sul".

Os povoados, as vilas e cidades que surgiram através dos diversos contactos ocorridos entre os homens, sejam os vaqueiros, os estadistas, os jesuítas, os habitantes nativos, etc., são marcados por representações sociais que se expressam

acompanhando todo o trajeto do Velho Chico, delimitando uma cultura regional Sanfranciscana, tendo como elemento inspirador, facilitador e mediador o próprio Rio.

Neste sentido o "Velho Chico" assumiu um papel fundamental no desenvolvimento do sertão, não apenas no sentido ocupacional, mas na conformação de uma identidade sociocultural presente nas paisagens, nas pessoas e nas práticas sociais que ocorreram na região Sanfranciscana.

Essa característica sociocultural está registrada nos traços das populações ribeirinhas e pode ser evidenciada através das diversas expressões simbólicas representadas nas práticas cotidianas dos sertanejos, seja no mundo do trabalho, seja nas práticas culturais, da organização do espaço, da vida em geral, com uma simbologia específica. Aliás, torna-se importante realçar que essa dimensão simbólica atravessa várias dimensões da vida social como parte constitutiva do real. Nesse sentido, observa o antropólogo Godelier (1981, p. 186):

*"... Esta parte simbólica do processo de trabalho constitui uma realidade social tão real como as ações materiais sobre a natureza, mas sua finalidade, suas razões de ser e sua organização interna constituem igualmente realidades ideais, cuja origem é o pensamento que interpreta a ordem escondida do mundo e*

organiza a ação sobre as potências que o controlam".

É, portanto, a partir dessa perspectiva que pretendemos incorporar as contribuições de Godelier, no intuito de captarmos a teia de significados simbólicos que o Rio evoca na vida das populações locais, considerando sua importância e peso nas tradições - nas práticas produtivas e culturais.

Todavia, é preciso considerar que essas cidades vilas e povoados que acompanhavam a trajetória de vida do "Velho Chico", portadoras de um acervo sociocultural explicitamente realçado nas historicidades dessa população, defrontavam-se, a partir dos anos 70, com uma nova política de desenvolvimento regional. Tal política foi responsável pela implantação de uma nova ordem socioeconômica, que significou uma nova relação entre essas populações e o "Velho Chico" mediada pela política de irrigação.

A política de irrigação não considerou a história de vida da população, marcada nas cidades, na cultura e no mundo do trabalho como uma "realidade social tão real" registrada na natureza e na vida. Com uma proposta de desenvolvimento agrário preocupada prioritariamente com a expansão de relações de trabalho baseadas na agricultura irrigada, através da transformação do ritmo das águas do "Velho Chico",

essa política acarretou mudanças profundas na vida da população das cidades, vilas e povoados e outros isolados nas margens do Rio.

A intensificação da política de irrigação na região Sanfranciscana acelerou-se a partir do ano de 1974<sup>1</sup> num momento de mudança da intervenção do Estado no vale do São Francisco, quando a Suvale (Superintendência do vale do São Francisco) (Serviço Público) foi substituída pela Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) (Empresa Pública de direito privado) com o objetivo de intermediar o público e o privado para desenvolver áreas prioritárias. Isso veio, no nosso entendimento, provocar mudanças na região e, até, criação de povoados e vilas agrícolas. (Ciência e Cultura da SBPC, v. 32, n. 8, ago. 1980, p. 1016).

Este período demarcou a penetração na região marcada sobretudo por uma mudança radical nos hábitos e na paisagem regional, como veremos no anexo 1. É importante verificarmos que até o ano de 1987, como indica o referido anexo, por toda região Sanfranciscana foram instituídos os projetos de

---

<sup>1</sup> 1974 é um momento de mudança da intervenção do Estado no vale do São Francisco, quando a Suvale (Serviço Público) foi substituída pela Codevasf (Empresa Pública de direito privado) com o objetivo de fazer intermédio entre o público e o privado para desenvolver áreas prioritárias. Isso veio, no nosso entendimento, provocar mudanças na região e sobretudo, criação de povoados e vilas agrícolas. Ciência e Cultura da SBPC, v. 32, n. 8, ago. 1980, p. 1016.

irrigação, somando num total de 35 perímetros irrigados. Alguns registrados com o mesmo nome das cidades, povoados e vilas.

Esses projetos de irrigação criaram uma lógica que negava a lógica tradicional dessas cidades e povoados. Isso se deu sobretudo no caso específico de Juazeiro e Petrolina intensificando o processo de favelização das mesmas, como nos indicam os dados apontados pela Comissão Pastoral da Terra - CPT - Juazeiro [190\_]:

*"Juazeiro e Petrolina cresceram a taxa de 14% ao ano. Na verdade, incham a uma velocidade espantosa. Juazeiro em, 1930 tinha 30 mil habitantes, hoje mais de 150.000. Bairros inteiros, precaríssimos, se criam como dormitórios de assalariados dos projetos de irrigação, vindos de todos os Estados do Nordeste. O Bairro João Paulo II um dos mais recentes, está com mais de 8 mil pessoas. Surge uma novidade: "favelas rurais", aglomerações humanas nas periferias dos projetos".*

O impacto da política de irrigação no universo, objeto desta pesquisa, será retratado em suas várias implicações no capítulo 3. Por ora, cabe enfatizar que em oposição à dinâmica tradicional, ocorreram mudanças significativas não somente na paisagem sociocultural integrada ao Rio, mas também na sua própria conformação físico-espacial, como: alteração do curso do Rio, em função do sistema de irrigação;

deslocamento do espaço de produção, por parte dos ribeirinhos.

Para uma compreensão do impacto que a política de irrigação teve no espaço local, é preciso localizar antes alguns antecedentes que marcaram a constituição dessa política.

### 1.3 Antecedentes da política de irrigação no vale Sanfranciscano

Neste momento, achamos pertinente traçar um panorama geral do desenvolvimento da irrigação na região. Posteriormente, no estudo específico (no Perímetro Irrigado de Curaçá), entraremos nas entrelinhas da política de irrigação, ressaltando sua relação com o Espaço Social pesquisado e a vida socioeconômica dos colonos. Dessa forma abordaremos os antecedentes da política de irrigação no vale do "Velho Chico".

Foi com a Constituição de 1946, que a região do vale do "Velho Chico" passou a ser incorporada nas políticas públicas do Governo Federal. Antes não havia nenhuma proposta oficial de desenvolvimento. A partir daí ficou definido o deslocamento de 1% da Renda Federal para a região. O pesquisador Théry (1980, p. 1015) classificou essa fase como o "ciclo das

comissões", e mostrou como aconteceu o desencadeamento histórico que antecedeu esse processo: "O curral gerou o coronel (correu sangue), o coronel gerou o político (correu verbo), o político gerou as comissões (correu a verba) e com as verbas surgiu a esperança".

Na fala do autor, percebemos que em ambos os momentos ocorreram formas distintas de intervenções de agentes externos, com propostas de desenvolver o vale do "Velho Chico" e finalmente a intervenção estatal, via política de irrigação. Surgindo como um continuismo dessas intervenções, historicamente enraizadas na região, a ação estatal veio fortalecer e legitimar essas práticas tradicionais e conservadoras como apontou Carvalho (1988, p. 364) em seus estudos:

*"Não é difícil ver que no vale do São Francisco a prevalência do interesse social está sendo anulada pela força dos grupos econômicos conservadores, com assento e influência na máquina do Estado".*

A partir da Constituição de 1946, surgiu a Lei 541/48<sup>2</sup> criando a CVSF (Comissão do vale do São Francisco), com o objetivo de planejar e executar a política de recuperação do vale, numa previsão de 20 anos. Dirigida pelo Governo Federal, a CVSF tinha a

---

<sup>2</sup> Sugerimos uma leitura sobre as Leis de Irrigação, no trabalho de Carvalho (1988, p. 361-364)



responsabilidade de traçar políticas de desenvolvimento no vale, que abrangessem as seguintes áreas: navegação, irrigação, transporte, educação, assistência médica, etc., juntamente com a CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco) e o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas).

Em 1967, foi criada a Suvale, substituindo a CVSF, que segundo estudos, nesse período previsto constitucionalmente, o seu resultado foi mínimo.<sup>3</sup> A Suvale veio, pois, para implementar o desenvolvimento no vale.

Neste sentido, a Suvale surgiu como resposta do Estado nos anos 60, que visava projetos de desenvolvimento e modernização da agricultura. Com isto buscava ampliar seus espaços de controle e ação, criando as chamadas "regiões de planejamento", com o objetivo maior de expandir as relações sociais capitalistas nos espaços agrários brasileiros/nordestinos. A região do vale do São Francisco se tornaria um "alvo" à realização dessa política de modernização agrária. Quem oferece uma reflexão a respeito dessa "região de intervenção" é Andrade (1983, p. 50) em estudos sobre agricultura no Nordeste:

---

<sup>3</sup> Estudo realizado por Théry (1980, p. 1016)

"Esse conceito surge nos anos 60 com o Estado Autoritário. Essa região é pouco eficiente para receber a população que vai ocupá-la, afinal, essa região de planejamento concretamente é um discurso ideológico que servia para encobrir os interesses das classes dominantes regionais e do capital".

Entretanto, a Suvale resultou de uma estratégia de reestruturação da ação estatal no vale Sanfranciscano, buscando o desenvolvimento sobre o seu controle e que respondesse ao momento histórico na intervenção do Estado, na estrutura agrária do Nordeste brasileiro.

A grande diferença entre CVSE e a Suvale é que a primeira visava políticas públicas gerais, enquanto que a segunda priorizava selecionar espaços estratégicos para intervir. Segundo Théry (1980, p. 1016), foram realizados estudos, buscando detectar as áreas com potenciais elevados. Já para os técnicos da Suvale esse potencial era considerado recurso principal a ser valorizado, no caso, a "água e o meio de valorizar a irrigação".

Na avaliação, com assistência técnica do Bureau of Reclamation dos Estados Unidos, vinculado ao Department of Interior, constatou-se que, nesse momento da Suvale, essas áreas estratégicas (com potencial em terras, tecnicamente provadas suas qualidades, água e infra-estrutura suficientes)

somavam-se em 10.000 Km<sup>2</sup>, um total de 11% da superfície da bacia.<sup>4</sup>

Apesar da Suvale apresentar um bom desenvolvimento, provocando impacto social e econômico na região, com a implantação de projetos irrigados no vale Sanfranciscano (anexo 1), isto resultou em índices altos para a renda pública. Então surgiu a Codevasf em 1974, substituindo a Suvale com o propósito de reformular os estatutos da política de irrigação, transformando-a numa iniciativa pública e privada. Sua principal finalidade era:

*"... o aproveitamento, para fins agrícolas, dos recursos de água e solos do Vale do São Francisco, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas, para promover o desenvolvimento integrado das áreas prioritárias"*<sup>5</sup>

Essa proposta que visava uma política de irrigação, juntando setores públicos e privados, é discutida por Carvalho (1998, p. 351), como uma forma do Estado se articular com os setores tradicionais da agricultura, impedindo mudanças nas estruturas agrárias das realidades sócioeconômica e cultural do Nordeste semi-árido, como indica a seguir:

---

<sup>4</sup> *Ciência e Cultura*. op. cit.

<sup>5</sup> *Ciência e Cultura*. v. 32. n. 8. 1980. p. 1017.

"A exploração de um mesmo projeto por colonos e empresários serve, em princípio, para acelerar a expansão da agricultura irrigada no Nordeste. Mas se presta também, como a experiência vem demonstrando, para privilegiar os grupos econômicos e políticos que dominam a máquina do Estado, na medida em que favorece a apropriação de terras tornadas férteis pelo Estado mediante realização de grandes dispêndios financeiros e obras de infra-estrutura..."

A Codevasf deu uma nova tônica à política de irrigação no vale do São Francisco, priorizando fazer alianças entre o Estado, capital financeiro nacional e setores agroindustriais, ou seja, uma combinação entre estes setores capitalizados de um lado e por outro os ribeirinhos, alguns aqueles habitantes que moravam às margens do Rio ou nas proximidades, que, depois de incorporados ao projeto de irrigação receberam o nome de colonos. Os camponeses oriundos de outras localidades, quando assentados no projeto também foram denominados colonos, não participaram no perímetro da mesma forma que os setores aliados ao Estado.

O Estado representado pela Codevasf assumiu o papel de mediadora entre os dois segmentos, que podemos resumir da seguinte forma: os capitalizados, e não-capitalizados, disputando espaço físico, tecnologia, financiamento, mercado, etc. Aliás, percebe-se uma disparidade entre os dois blocos (os agentes internos X os agentes externos) de forma explícita, apesar de que no plano das relações

condições essa disputa ocorria lentamente, colocando em evidência os setores mais hegemônicos via o fracasso dos mais desprovidos de capital, mercado, saber tecnológico, tecnologia, etc. Era uma relação baseada numa tônica "desigual e combinada" como explicou Silveira (1984, p. 52) estudando o regionalismo nordestino.

Mas, não havia a anulação absoluta do mais "fraco" em relação ao mais "poderoso". Existia, sim, um relacionamento até certo ponto necessário à manutenção das realidades diversas, apesar de desiguais. Procuravam construir pontos comuns fundamentais à sustentação da política de desenvolvimento da agricultura local, como classificou Guimarães Neto [199\_]. "É uma homogenização espacial, baseada numa heterogenização estrutural" ou seja, uma política de desenvolvimento agrário voltada para a agricultura brasileira, mas procurando se adaptar às diversas realidades regionais, não como proposta de crescimento da população local (no caso de Curaçá), e sim como um mecanismo de expandir as relações capitalistas no campo, tomando como infra-estrutura aspectos da realidade local.

Nossa análise aprofundará as contradições que a política de irrigação provocou no seio da população

ribeirinha em relação ao seu espaço social-terra. Dessa forma apresentaremos como ocorreu o avanço da política de irrigação, através do mapa elaborado pelo Ministério da Irrigação, destacando todos os projetos inseridos na região e com isso demonstraremos como essa região foi radicalmente alterada em vários aspectos, tais como: na organização do espaço, acesso a terra, nas relações de trabalho, no modo de vida da população.

O mapa nos ajuda a visualizar o desenvolvimento agrário que ocorreu de forma "acelerada e desigual", na região do Vale do São Francisco, entretanto foi bastante fiel aos propósitos do Estado, do capital financeiro e dos grupos agroindustriais, mesmo contribuindo para o empobrecimento da população ribeirinha.

## MAPA N. 2

## Projetos de Irrigação no Vale do São Francisco



3ª Diretoria Regional da CODEVASF  
 Rua Presidente Dutra, 160 - Tel. (081) 961-1089  
 PETROLINA — PERNAMBUCO  
 CEP. 56.300

#### 1.4 A construção de uma identidade espacial e social

É importante referenciar-mos com evidência a formação das cidades/povoados, como fenômeno que dinamizou a região sertaneja, sobretudo com a ocupação de áreas desabitadas, suscitando com isso o aparecimento de uma cultura regional com representações e significados socioculturais específicos àquela região cortada pelo "Velho Chico".

Dessa forma o aparecimento dessa cultura regional, contribuiu, portanto, para a formação de grupos sociais que carregavam em suas histórias de vida, peculiaridades que os caracterizavam enquanto agentes sociais portadores de uma identidade social própria, diferenciando-se de outras que não vivenciaram o trajeto do Rio, como elemento importante nesta construção da identidade social, como nos aponta Pierson (1983, p. 44), ao estudar o habitante do vale:

*"O habitante do Vale, no que tem de peculiar, na forma como vive, cultural e economicamente, reunindo elementos históricos e sociais nessa aproximação".*

Essa "aproximação", referendada por Pierson, resulta numa peculiaridade que contribuiu na constituição de elementos básicos, fundamentais à construção de grupos sociais, que em sua



cotidianidade, apresentavam práticas sociais com traços semelhantes.

Os grupos sociais estavam caracterizados por uma dinâmica de vida voltada, sobretudo ao ritmo de vida do "Velho Chico", apesar dessa cotidianidade estar permeada por ações individuais e coletivas, portanto, não homogêneas. Mas em ambas as expressões o Rio assumiu um papel de elemento sociocultural que contribuiu na construção de uma identidade social peculiar àquela região Sanfranciscana.

Compreendemos a categoria identidade social, como algo que não elimina os comportamentos singulares, peculiares de cada indivíduo, ou grupo social, sobretudo, quando estamos tomando como referencial para averiguarmos tal problemática, o panorama Sanfranciscano.

A região do vale Sanfranciscano apresentava vários espaços sociais e lugares (já definimos a diferenciação entre as duas dimensões espaciais na introdução deste estudo), criando um interlaçado de práticas sociais, de manifestações culturais e de grupos sociais, apesar de todos estarem diretamente relacionados com o Rio São Francisco. É a própria relação dialética entre individualidade e coletividade. Neste sentido preferimos enveredar por

essa questão da identidade social, tomando como referência a reflexão de Cardoso (1988, p. 71):

*"A questão da identidade social articula-se com os problemas da dicotomia indivíduo-sociedade e com seus diversos corolários entre os quais o da moderna partilha entre os saberes "psicológicos" e os saberes "sociológicos" e - sob um certo prisma - entre os reinos das "emoções" e da "razão".*

Com a presença de elementos individuais e coletivos resgatamos essa individualidade como expressão da vida cotidiana (Heller, 1989) do homem radicalizado nas margens do Velho Chico, enquanto ser singular com aptidões próprias, sonhos, desejos, sentimentos e também enquanto agente coletivo co-participante das regras sociais, códigos, símbolos sociais que o identificam social, individual e coletivamente. Como infere Cardoso (1988, p. 75):

*"A demonstração da permanência da construção plenamente social da identidade se vê obrigada a navegar sobre a trilha do pensamento de uma 'individualidade'".*

A dinâmica que resulta da convivência entre as práticas sociais individuais e coletivas não ocorre voluntariamente. Direta ou indiretamente ela responde as regras sociais explícitas ou não no espaço cotidiano dos homens, enquanto ser individual e

coletivo e nas duas "faces da mesma moeda" individual/coletivo. Elas são regularizadas pelos códigos, regras criadas e recriadas pelos homens em função das suas convivências. Estudando as práticas sociais tanto individuais como coletivas, Caldeira (1984, p. 123) apresenta uma reflexão na qual elas são enfatizadas como elemento mediador/regularizador do cotidiano, como veremos a seguir:

*"As regras sociais... seguem esses padrões pelos quais se vai passando através da vida, não costumam ser ditas ou explicadas; simplesmente explicitam-se na maneira de cada um ir levando o seu dia-dia. Quando se muda de papel, muda-se o cotidiano; a nova situação revela-se pela nova rotina diária".*

Tomando como ponto de partida esse conceito de identidade social com a presença de elementos individuais e coletivos, analisamos que na região do Rio São Francisco existem diversos espaços sociais.

São resultantes das diferenciadas práticas vivenciadas entre a população de cada espaço social e o "Velho Chico", e ainda frutos das inúmeras expressões sociais localizadas e individuais que aparecem nos "lugares sociais".

Por outro lado Berger (1990, p. 230) aprofunda a relação entre indivíduo e sociedade, como uma vivência diversificada, ao expor que:

"A identidade é um fenômeno que deriva da relação dialética entre um indivíduo e a sociedade. Os tipos de identidade, por outro lado, são produtos sociais, elementos relativamente estáveis da realidade social".

Percebemos que a compreensão de Berger indica as distintas formas que ocorrem no desenrolar das relações sociais, no tocante às multiplicidades de expressões que a região Sanfranciscana oferece à população ribeirinha. Também a identidade do homem resulta da relação dele com a natureza que o cerca, como continua afirmando Berger (op. cit., p. 241):

"Na dialética entre a natureza e o mundo socialmente construído, o organismo humano se transforma. Nesta mesma dialética o homem produz a realidade e com isso se produz a si mesmo".

Desta forma o "Velho Chico" apresentava-se com várias "performances numa única coreografia", através dos seus movimentos, das suas geografias, culturas, etc. Todas essas expressividades, ligadas às formas de vida da população ribeirinha, contribuíram na organização das práticas cotidianas dos grupos sociais: mundo do trabalho, das crenças, das festas, no movimento água-terra-chuva-sol.

O "Velho Chico" tornou-se uma fonte de vida e inspiração para a região, sendo percebido por muitos

como "uma dádiva de Deus", como afirma Caldeira (1984, p. 115) em seu depoimento quando faz a junção entre espaço social e vida:

*"... Este espaço tem para elas uma grande significação: é aí onde está assentada a sociabilidade, baseada nas redes de parentesco, vizinhança e coleguismo; é aí onde transcorre a 'vida'".*

### 1.5 O "Velho Chico" delimitando seu próprio espaço e tempo

Mediante essa convivência que ocorreu entre a dinâmica do "Velho Chico", a população ribeirinha e o meio ambiente, resultando num conjunto de manifestações socioculturais, elencamos um aspecto significativo nessa interação que veio responder às preocupações a serem analisadas neste estudo.

Entendemos que as épocas de secas e enchentes eram elementos de peso sociocultural na região Sanfranciscana, que interferiam no processo de elaboração e reelaboração das práticas cotidianas da população. Cada uma dessas épocas criava uma dinâmica específica, própria, orientadora com significações predominantes para a vida dos habitantes inseridos. Em ambas, esses se orientavam num movimento de adaptação

com o meio ambiente na luta por sua sobrevivência material e existencial, como nos mostra Ricouer (1975, p. 25), analisando as culturas e o tempo: "O tempo não é só interpretado, mas significado pelo rito".

Essas duas épocas apresentavam-se como momentos primordiais no processo de construção e adaptação das relações dos homens com o meio ambiente, capacitações favoráveis à criação de ritmos e movimentos próprios, dando condições materiais e simbólicas às formas de intervenção da população ribeirinha sobre a natureza. Nessa direção aponta Cunha (1978, p. 2), em seu estudo, sobre o espaço e ritmo do tempo dos pescadores artesanais: "No âmbito dessa relação pescador-natureza, que se gera um modo específico de apropriação e representação do espaço marítimo".

Godelier apud Cunha (1978, p. 2) exemplifica como ocorre a vinculação, de um espaço em relação a forma como ele é utilizado:

"A forma de utilização de um espaço vincula-se ao sistema de representações que os indivíduos e grupos membros de uma determinada sociedade, formulam sobre o seu meio, pois é a partir dessas representações que os indivíduos atuam sobre seu meio (...)"

A dinâmica de vida da população ribeirinha estava naturalmente marcada por este movimento: SECA-ENCHENTE, delimitando e organizando modos de vida que

se adaptavam a cada realidade introduzida pela natureza, criando uma combinação entre a natureza-terra e para cada momento o espaço social-terra correspondia com uma configuração espacial específica, apontando alternativas distintas de sobrevivência para a população. Portanto, ocorria uma reorganização dos elementos espaciais que compunham a região, adaptando-se a cada época. No caso da seca, a população construía uma lógica de interação com essa nova realidade, buscando novas condições de vida conveniente àquele novo cenário. O mesmo acontecia com os momentos das enchentes.

Estudo semelhante a este (realizado em Curaçá) sobre a vida dos camponeses nas margens e ilhas do Rio São Francisco, que tiveram seus espaços de morada e trabalho inundados pela barragem de Sobradinho-BA, mostra que o espaço social desses camponeses estava orientado pela lógica do Rio São Francisco através dos movimentos das águas. Costa (19\_\_, p. 63) indica dados significativos no processo de análise e compreensão da realidade social, objeto deste estudo, como:

*"O Espaço estava organizado segundo um conjunto de oposições homólogas, onde o alto e o seco se opunham ao baixo e ao molhado, como a caatinga se opunha à vazante. Dentro dessa lógica, os camponeses sempre retiravam do baixo para o alto, do molhado para o seco, do lugar das casas (o povoado) para o lugar de retiro: partiam rumo à caatinga, buscando os locais*

nunca antes inundados (supostamente não inundáveis), onde pudessem permanecer em segurança até que as águas baixassem. Era também na caatinga, às vezes nos próprios locais de retiro, que construíam seus cemitérios. A representação da caatinga como a área que o rio não cobria nunca estava fundada na memória social dos camponeses: há pelo menos quatro gerações, registravam o alcance das maiores cheias do rio".

Faz-se necessário ressaltar que essa dinâmica temporal e espacial ocorria anualmente, tornando-se uma rotina na vida da população sertaneja ribeirinha. Mas o "Velho Chico" colocava-se como um fenômeno de mediação entre essas duas realidades com problemáticas socioculturais e econômicas distintas, apresentando-se como uma fonte de vida para a região Sanfranciscana, aspectos que serão discutidos no desenrolar do próximo capítulo, onde trataremos detalhadamente das práticas sociais referentes a SECA e a ENCHENTE.

Cunha (1987, p. 81) resume de forma especial as características do homem sertanejo: "Apesar de todo sofrimento, o sertanejo é homem forte". Analisamos que a história de vida, o tornou forte, misterioso, sofrido e solidário, tudo isso culmina em traços marcantes no seu cotidiano, na longa e cansativa luta pela sobrevivência, como se fosse deixando registrado em todo o seu trajeto de vida que: "viver vale a pena", apesar de toda batalha.



## CAPÍTULO 2

### Práticas sociais dos ribeirinhos antes da irrigação

## 2.1 A seca e a enchente - dois modos de vida (des)iguais

O Rio São Francisco demarcava o ritmo de vida da população ribeirinha no Espaço Social de Curaçá, apontando duas épocas distintas, que se apresentavam como elementos mediadores das práticas sociais da população. De um lado vivenciava-se a seca e de outro a enchente. Em ambas as fases propostas pela natureza, a população ribeirinha de Curaçá reorganizava suas práticas e costumes, constantemente, para adaptar-se aos movimentos das águas do Rio São Francisco.

Ocorriam diversidades entre as práticas sociais dos ribeirinhos, que variavam de grupo para grupo e das formas de se relacionarem com o Espaço Social. Neste sentido, haviam diferenças entre os trabalhadores rurais que cultivavam suas culturas nas margens do Rio em relação aos vaqueiros que cuidavam do gado e entre estes e os proprietários/fazendeiros que em determinados casos não habitavam na área. E cada diferença definia uma maneira especial de trabalho, vida e relação com o meio ambiente. Mas de forma geral, o Rio estava presente no cotidiano de

a atenção, o otimismo como eles abordavam esse processo de instabilidade/estabilidade social, parecendo algo normal, inserido nas suas vidas.

Para a população ribeirinha, esse movimento temporal e espacial apresentou-se como um elemento natural impregnado em seu universo social e não como uma dinâmica estranha aos seus projetos de vida. Exatamente pelo fato da relação homem-terra e rio não se constituir em elementos fragmentados e sim na própria natureza correlacionadamente.

As práticas cotidianas da população ribeirinha resultavam do intercâmbio sociocultural estabelecido entre ela, a terra e o Rio, tomando como referência o ciclo da natureza. A população ribeirinha não se apropriava de instrumentos de trabalho nem de práticas produtivas que poderiam provocar interferências na dinâmica da natureza. Ela adaptava-se a própria natureza.

Neste sentido, parecia ocorrer uma lógica organizacional espontânea entre as práticas da população ribeirinha e a natureza enquanto espaço de produção e de vida, definindo, portanto, o tipo de intervenção do homem na terra, movida segundo as mudanças ecológicas da natureza. No caso do Espaço Social de Curaçá havia esses dois tempos climáticos distintos.

Essa problemática dos tempos ecológicos foi objeto de estudo de Evans-Pritchard (1978, p. 109), quando procurou analisar a relação da natureza com os povos NUER, chegando as seguintes explicações:

*"Os aspectos pelos quais as estações são definidas com maior clareza são aqueles que controlam os movimentos das pessoas: águas, vegetação, movimentos dos peixes, etc sendo as necessidades do gado e as variações no suprimento de alimentos que traduzem principalmente o ritmo ecológico para o ritmo social do ano, e o contraste entre o modo de vida no auge das chuvas e no auge da seca que fornece os pólos conceituais na contagem do tempo".*

Quaini (1979, p. 67) retorna a Marx, para explicar esse tipo de relação natureza-homem num contexto onde inexistem relações de dominação do homem sobre a natureza, mas um movimento combinado entre as práticas sociais dos homens e as demandas que a natureza oferecia à sua sobrevivência. Neste tipo de prática social, segundo Marx "prevalece o elemento social produzido historicamente".

Lineamenti apud Quaini (1979, p. 67) esclarece essa afirmativa de Marx:

*"De fato em todas estas formas em que a propriedade fundiária e a agricultura representam a base da organização econômica: portanto, a finalidade econômica é, a produção de valores de uso, a reprodução do indivíduo*

nas relações determinadas com a sua comunidade, nas quais ele representa a base da própria comunidade - nós temos: 1) a apropriação, devida não ao trabalho mas pressuposta pelo próprio trabalho, da terra, quer como instrumento original do trabalho, quer como laboratório, quer como reserva de matérias-primas. O indivíduo está simplesmente em relação com as condições objetivas do trabalho como condições suas, está em relação com elas enquanto natureza inorgânica da sua subjetividade qual esta realiza a si mesma; a principal condição objetiva do trabalho não se apresenta ela mesma como produto do trabalho, mas já existe como natureza; de um lado o indivíduo vivo, do outro a terra como condição objetiva da sua reprodução; 2) mas esta relação com a terra, com o território, como propriedade do indivíduo que trabalha [...] é logo mediada pela existência natural, historicamente mais ou menos desenvolvida e modificada, do indivíduo como membro da comunidade".

A vida cotidiana que se desencadeou nas margens do Rio São Francisco e pela caatinga, especialmente em Curaçá, encontrava-se em conexão com a dinâmica da natureza. Isto resultava na construção de práticas sociais vivenciadas pela população ribeirinha, mediadas pela lógica da natureza com traços peculiares a cada época.

Nesse movimento dinâmico criado entre homem, terra e água, mediados pela dicotomia SECA-ENCHENTE, o Rio São Francisco ocupava uma posição importante, sobretudo no que se refere a trajetória de vida dessa população radicalizada em suas margens, quando delimita, classifica e distribui o Espaço Social em

dois momentos específicos: a área de sequeiro (SECA-CAATINGA) e a área de vazante (ENCHENTE - TERRA MOLHADA - MARGEM DO RIO). A sequeira era aproveitada para as práticas sociais voltadas ao criatório, enquanto a de vazante destinava-se prioritariamente às atividades agrícolas, ou melhor, a agricultura de subsistência.

O Rio São Francisco era, pois, o veículo que apontava as regras sociais da população ribeirinha, sobretudo as mais direcionadas às atividades produtivas, assumindo um ritmo padronizado influenciando em suas vidas como uma espécie de "calendário" como descreveu um ribeirinho: "de janeiro a março/abril" período das chuvas deixando até agosto a terra das margens molhadas "não precisava mais de chuva"; depois do mês de agosto, época da seca, as preocupações direcionavam-se para o criatório.

As práticas sociais mais afetadas pela rotina ecológica são aquelas voltadas às atividades econômicas, ou melhor, a existência física da população. Embora em contextos bastante diferenciados, essa mesma observação foi referendada por Evans-Pritchard (1978, p. 115):

*"São as próprias atividades, notadamente as de tipo econômico, que se constituem as bases do*

sistema e fornecem a maioria de suas unidades e notações, e a passagem do tempo é percebida na relação que uma atividade mantém com as outras."

As práticas econômicas constituem relações diretas com as transformações temporais - espaciais. Não é por acaso que na memória da população ribeirinha os tempos (SECA X ENCHENTE) eram tomados como referenciais para suas atividades produtivas. O criatório e a agricultura assumiam um papel relevante em seu cotidiano, bem como em seu universo simbólico.

Essa temporariedade-espacial caracterizada por cada época pressupõe modos de vidas distintos, os quais constituíam a história de vida dos ribeirinhos do Espaço Social de Curaçá, como se cristalizassem, na sua historicidade, duas vidas numa só vida. Cunha (1987, p. 21) analisa como o fator tempo-espço interfere na vida dos pescadores:

"Pode, então, apreender como as estações do ano são socialmente apropriadas como dois modos de viver o tempo, ou como duas ordens de temporalidade, com múltiplas formas específicas, se interpunham no ritmo de vida do povoado pesqueiro. E, nessa relação, como seus próprios espaços físicos-naturais eram também vividos socialmente e, de modo peculiar, na dinâmica de sua história".

A cotidianidade da população ribeirinha se constituía simbolicamente por representações relacionadas à ordem temporal/espacial delimitada pelas enchentes e secas. Ou seja, nas épocas da terra molhada, nas margens do São Francisco, os habitantes ligados à agricultura plantavam: macaxeira, feijão de corda, algodão, melancia, abóbora, milho, etc. E o criatório ficava "trancado" nos currais e cercados, pois a caatinga ficava verde, como mostrou um ribeirinho: "Quando chovia, a caatinga ficava verde não se preocupava com o criatório era só trancar".

A seca exigia um tratamento especial para o criatório. Os grupos de habitantes mais ligados a essa atividade produtiva aproveitavam os detritos que sobravam da agricultura como ração para a manutenção dos animais que passavam a viver soltos. Eles criavam em grande extensão o gado, a cabra, a ovelha, etc.

Vivenciar o período da seca para eles significava enfrentar um ritmo de vida exaustivo, pois necessitavam transportar diariamente os animais para as proximidades do Rio São Francisco - a única saída para que eles tivessem acesso a água. A seca definia um tipo de tarefa específica na relação dos ribeirinhos com o criatório diferente da época das chuvas. Na seca, os animais ficavam soltos na caatinga e isto acarretava em cuidados especiais para manter a



sobrevivência do rebanho. Nas chuvas, o rebanho ficava preso, pelo motivo do fácil acesso a ração e a água, deixando-os com mais tempo para dedicarem-se a agricultura.

Tratando-se dos gêneros alimentícios, os dois momentos proporcionavam opções diferenciadas com práticas sociais peculiares. Na seca, eles se alimentavam mais do que produziam nas terras molhadas (vazantes) e dos frutos silvestres oriundos da vegetação de caatinga; como umbu, cajarana, juá, etc. Nesta fase, as dificuldades aumentavam também para suprir a sobrevivência dos animais. Isto levava a redução do rebanho, devido a ausência do pasto e da água e conseqüentemente ocasionava morte no rebanho, e a venda. Estes fatos traziam a diminuição do leite e da carne para o sustento da família. Mas, em contrapartida investiam na pesca (atividade mais propícia quando as águas baixavam), além de uma diversidade de animais "selvagem" de pequenos portes, típicos da caatinga como o tatu, tamanduá, preá, etc., que contribuíam no reforço alimentar da população ribeirinha durante esse período.



Foto n. 3. O tatu - um animal da caatinga, que ajudava no reforço alimentício, hoje em extinção



Foto n. 4. O jacaré - um animal aquático, do Rio São Francisco, hoje em extinção

Obs.: o processo de extinção das duas espécies aconteceu sobretudo com a mudança provocada no meio ambiente através da irrigação. Essas duas fotos foram cedidas por um camponês que conserva os animais para a memória, disse ele: "Quando os meus filhos crescerem eu mostro o que tinha na terra e a irrigação destruiu".

A dinâmica de vida traçada pelos habitantes ribeirinhos correspondente ao período das enchentes, na minoria deles, representava uma certa "fatura", sobretudo, no tocante ao desenvolvimento das suas atividades produtivas básicas (o criatório e a agricultura) para o sustento da unidade familiar. A macaxeira, transformada em farinha nas épocas das secas, ficava em parte "estocada" para os momentos das chuvas, segundo nos informou um ex-ribeirinho.

Além do criatório e da agricultura, ocorriam outras práticas que se limitavam à morada, como as criações domésticas (galinhas, patos, etc.), complemento alimentar.

Apesar das especificidades de cada época, uma não se encontrava isolada da outra. Havia sempre por parte do habitante uma precaução, buscando intercâmbios entre as duas fases como uma saída para suprir as necessidades/dificuldades de cada momento. Neste caso, ele construía alternativas onde, na medida do possível, possibilitava acumulação de determinados produtos de uma fase em função da outra. A própria

natureza, mesmo de forma escassa, e a necessidade do ribeirinho indicavam meios dele resistir e construir reservas para o período vindouro.

A iniciativa de guardar um pouco para a próxima fase, estava relacionada ao próprio conhecimento que o habitante da margem do Rio detinha a respeito da dinâmica vivida, sabendo os aspectos positivos e negativos contidos em cada momento, seja na vida em geral, na moradia, na alimentação, no trabalho, nas festas. Esta prática de reservar, implicitamente, está relacionada a um certo medo e incerteza do que poderia ocorrer com a própria natureza, que viria afetar concretamente na sua existência.

Portanto, essa idéia de reserva, ainda com significados muito distintos e próprios, não é uma preocupação restrita ao "homem moderno". Encontrava-se impregnada nas práticas sociais da população ribeirinha de Curaçá, que trabalhava como morador ou pequeno produtor como mecanismo de resistência e manutenção de suas vidas, como revela em suas falas:

*"Podia guardar, a gente plantava um litro de feijão colhia no caso do feijão de arranco colhia um saco, então a gente guardava aquele feijão prá comer, prá manter a dispensa, hoje não tem mais a dispensa, que quando planta o feijão é financiado, tem que vender pelo preço que tá quando colhe prá pagar o débito (ao banco), senão o juro transpassa o dinheiro."*

Nesta iniciativa de reservar, reside uma prática social, como uma espécie de "poupança", que representa uma preocupação com o futuro-próximo. Wolf (1976, p. 16), analisa as formas que essa reserva assume nas sociedades primitivas e nas sociedades camponesas. Na primeira ela representa um "fundo" de "troca entre eles", procurando, portanto, suprir as necessidades materiais e os seus rituais cerimoniais. Na camponesa, ela configura-se num "fundo de aluguel", "transferido para as mãos de um grupo dominante", ou seja, servia de pagamento pelo arrendamento da terra, etc. Como podemos observar na citação abaixo, de Wolf (1976, p. 24):

"Essa produção de um fundo de aluguel é o que distingue, criticamente, o camponês do cultivador primitivo. Essa produção, por um lado, é impulsionada pela existência de uma ordem social que possibilita a formação de um grupo de homens que, através do poder, exigem pagamentos de outros, resultando na transferência da riqueza de uma parcela da população para outra. O que é perda para o camponês é ganho para os detentores do poder, pois o fundo do aluguel levantado pelo camponês é parte do 'fundo de poder' através do qual os dominadores se alimentam".

Mas, a análise a respeito dessa reserva desencadeada por Wolf, aponta um certo paralelismo entre um tipo de primitivos x um tipo de camponeses. Ora, é claro que existem várias formas de trabalho no campesinato, como ele definiu: "há vários tipos de

campesinato, e não somente uma forma de vida camponesa". Neste sentido, percebemos que essa reserva entre os ribeirinhos assumia várias dimensões, como: no criatório havia os rebanhos de grandes portes pertencentes aos proprietários como também de pequenos portes, do qual obtinham um tipo de reserva, aconteciam em pequena escala entre alguns vaqueiros (devido a forma de pagamento) e de forma bastante reduzida com animais de pequenos portes entre os moradores, que simbolizava uma reserva para os momentos de grandes necessidades, seja como alimentação, seja nas festas, nas doenças, etc. Os rebanhos de grandes portes são formados pelo gado e os de menores portes são cabra, carneiro, etc.

Da mesma forma, na agricultura essa reserva ocorria entre os ribeirinhos de diversas maneiras, no caso dos moradores, ela simbolizava o pagamento do arrendamento da terra (dinheiro ou alimentos) e para alguns ela não representava reserva, ou seja, retirar a parte do proprietário, implicava na falta para ele. Já para os pequenos produtores/sitiantes não representavam nenhum vínculo de dependência com os proprietários e suas reservas, eram revertidas para responder às suas necessidades.

E ainda, não podemos negar que entre os camponeses não ocorria um relacionamento de "troca de

produtos", empréstimos e ajudas, comportamentos que presenciámos durante a pesquisa no meio dos ex-ribeirinhos, depois de transformados em colonos.

## 2.2 Os usos da terra pelos ribeirinhos

A ocupação do sertão, região onde está localizado o Espaço Social de Curaçá, foi o elemento histórico de maior peso na criação do sistema de fazendas na estrutura agrária sertaneja. Juntamente com as fazendas emergiu uma diversidade de relações sociais de trabalho, responsáveis pelos desenvolvimentos socioeconômico, cultural e político da região Sanfranciscana.

O Rio São Francisco, delimitava um movimento entre a terra e a população sobretudo os principais grupos diretamente envolvidos no processo produtivo, como exemplo, os camponeses, tomando como referencial as áreas de sequeiro (caatinga) e as vazantes (terras molhadas). As fazendas predominavam enquanto estrutura fundiária, mas no interior delas desdobravam-se subdivisões entre as diversas categorias de ribeirinhos: moradores (trabalhavam arrendados e às vezes moravam próximos às margens do Rio) e os pequenos produtores/sitiantes trabalhavam e moravam

nos seus sítios próximos ao Rio. As fazendas assumiam historicamente vínculos de herança e paralelamente conviviam também com os ritmos do Rio São Francisco, como declarou um ex-ribeirinho:

*"As fazendas eram simplesmente áreas de criação extensiva, algumas produções eram feitas por meeiros e os mais abastados, normalmente não plantava, ele apenas criava, até dava maior status dizer que o cidadão era criador do que lavrador".*

A fazenda se constituiu um elemento na estrutura fundiária, de cunho tradicionalista, visto como a principal fonte de status e riqueza na região. Nela coexiste uma diversidade de relações sociais de trabalho, voltadas àquelas atividades econômicas básicas que são a agricultura e o criatório, como: o meeiro, o diarista, o trabalhador familiar, o vaqueiro, conforme relatou um colono:

*"... o trabalho era conjunto de família, mas aqueles mais abastados, criadores, com melhores condições mantinham trabalhadores como: vaqueiro, trabalhadores braçais e diaristas, era os donos das fazendas neste tempo."*

O Espaço Social de Curaçá, antes da irrigação, foi distribuído entre aproximadamente 155 grandes e médias propriedades. Assim denominadas: Fazenda Boa



Vista com 10 propriedades; Fazenda Curaçá Pequeno (que deu origem ao nome do Projeto Irrigado de Curaçá), com 35 propriedades; Fazenda Mary, com 48 propriedades; Fazenda Serra da Madeira com 22 propriedades; Fazenda Pedra Branca, com 40 propriedades. Um dado interessante é a existência da Fazenda São José, no Perímetro Irrigado de Curaçá, e a sua não inclusão em nenhum documento pesquisado por nós. Não tivemos acesso a fontes que nos favorecessem dados precisos sobre a extensão territorial dessas grandes e médias fazendas. No entanto resgatamos um documento (anexo 2) que apresenta o total de hectares de uma fazenda, correspondendo a 496,6 ha.

Analisando a estrutura fundiária, encontramos as fazendas subdivididas em propriedades e estas em roçados, sítios. Como explicitamos no seguinte quadro.

## Quadro n. 2

As fazendas e as propriedades no Espaço  
Social de Curaçá - antes da irrigação

FAZENDAS	N. PROPRIEDADES	SÍTIOS/ROÇADOS
- Boa Vista	10	-
- Curaçá Pequeno	35	-
- Mary	48	-
- Serra da Madeira	22	-
- Pedra Branca	40	-
- São José	-	-
05 fazendas	155 propriedades	-

Obs.: não foi possível resgatarmos o n. de sítios/roçados radicalizados nas fazendas

Um dado curioso é que na estrutura das fazendas ocorreu uma subdivisão em propriedades menores. É exatamente nesta "partilha", onde configura-se a hereditariedade do pai (senhor fazendeiro) entre os familiares (proprietários), além das subdivisões entre esses dois e os seus devidos moradores.

Consultando documentos sobre a estrutura fundiária onde ergue-se o Perímetro Irrigado de Curaçá, deparamo-nos com a distribuição das terras

denominadas de fazendas e em cada uma a existência de vários proprietários, apontando para uma subdivisão no interior das mesmas.

O documento (anexo 3) nos permite interpretar que poderia ocorrer uma relação entre a divisão das fazendas e a questão hereditária na região. Sobretudo quando nos defrontamos com a relação das fazendas e em seguida uma listagem de proprietários, que em grande maioria, pertenciam a uma única família, como nos apontam os sobrenomes.

A partir da relação dos proprietários das referidas fazendas, selecionamos os sobrenomes que surgiram com mais evidências, com a finalidade de resgatarmos as origens das famílias tradicionais radicalizadas em Curaçá antes da irrigação, sintetizadas no quadro que segue.

## Quadro n. 3

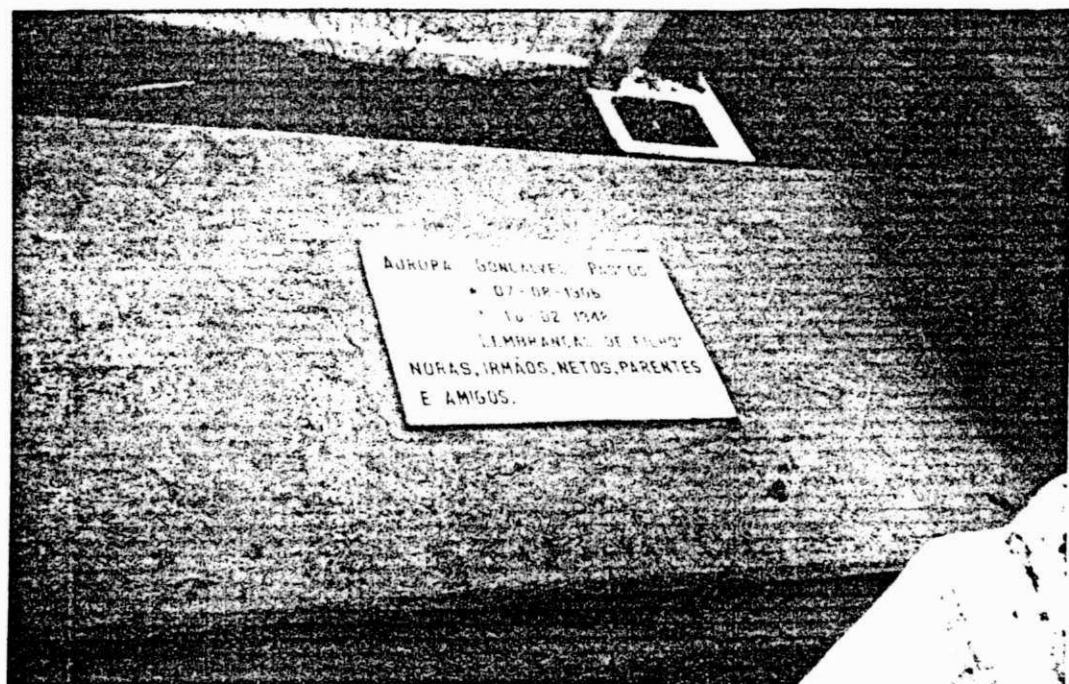
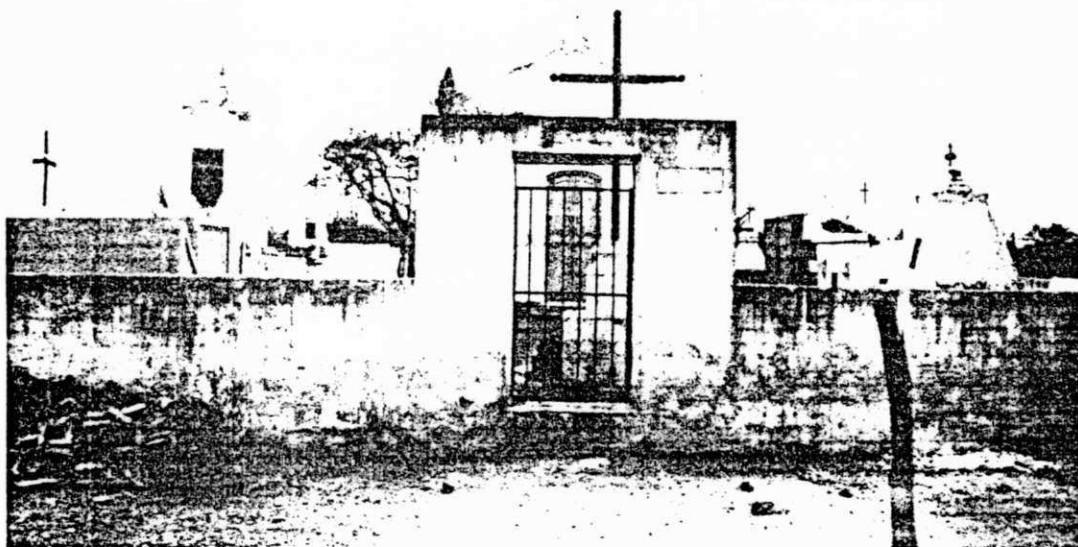
Sobrenome dos proprietários das fazendas e sua distribuição em cada uma

Sobrenome dos proprietários das fazendas.	F a z e n d a s				
	Boa Vista	Pedra Branca	Mary	Curaçá Pequeno	Serra da Madeira
Almeida Dantas	--	--	--	--	001
Dantas de Oliveira	--	001	--	001	001
Dantas do Nascimento	--	002	002	002	--
Dantas Paixão	--	--	--	--	001
Dantas Santana	--	--	--	001	--
Dantas Sobrinho	--	--	--	003	--
Gonçalves	001	001	001	003	001
Gonçalves Costa	--	002	--	--	--
Gonçalves Dantas	001	006	112	008	004
Gonçalves Dantas Passos	--	--	--	--	001
Gonçalves dos Santos	001	001	001	001	001
Gonçalves Moreira	--	--	005	--	--
Gonçalves Passos	001	002	002	008	002
Rodrigues Torres	--	--	001	--	--
Silva Torres	--	002	002	003	001
Souza Dantas	--	001	--	001	001
Tôrres	--	--	001	004	--
Tôrres Brandão	--	001	--	001	--

Obs.: dados extraídos do documento (anexo 3) intitulado: Relação Geral dos Proprietários e Respectiveis Códigos

Segundo o quadro n. 3, e observando a repetição dos sobrenomes dos diferentes proprietários das fazendas no Espaço Social de Curaçá, que se originaram fundamentalmente das práticas hereditárias. Observamos também o domínio de algumas famílias sobre propriedades em várias fazendas. Neste sentido a família Gonçalves obteve o acesso a propriedades em todas as fazendas por nós estudadas e um fator que pode ter favorecido a este processo foi a ramificação dessa família com outras, também de destaque no cenário local, como: Dantas, Moreira, Passos, Torres. Na verdade os laços familiares fizeram com que a família Gonçalves assumisse uma relação interfazendas possibilitando ampliar seu poder na área, através do acesso a terra em várias fazendas e em grande extensão.

Como exemplo da estrutura de poder estabelecido nestas famílias através dos laços familiares e do acesso a terra, analisamos os padrões de vida diferenciados em relação ao conjunto da região. Como prova dessa diferença, indicamos um exemplo que explica a postura exclusiva dessas famílias diante das outras, ao construir seu próprio cemitério, enquanto que na área não havia um cemitério coletivo. Este aspecto na região representava status e poder.



Fotos n. 5 e 6. Retratam o cemitério privado das famílias Gonçalves, Passos, Dantas, localizado na antiga Fazenda São José no Perímetro Irrigado de Curaçá - Juazeiro - Bahia

Nas escalas sociocultural e econômica hierarquicamente construídas na estrutura fundiária, a posição do fazendeiro - o chefe -, culturalmente assumia uma postura superior sobre os proprietários (familiares) e os moradores (trabalhadores). Neste sentido havia claramente dois módulos de propriedade na terra: as propriedades, segmentos das fazendas, e os sítios, roçados dos moradores.

Ocupando papéis definidos na terra, o fazendeiro, no nosso entendimento, era um agente social tradicional com práticas e posturas políticas mais identificadas com o fenômeno "coronelismo" presente na estrutura agrária nordestina. Ele definia uma estrutura de poder específica, enquanto que o proprietário exercia uma função mais voltada às atividades econômicas.

O proprietário, agente criado a partir das divisões das fazendas pelos fazendeiros, e os diversos trabalhadores estavam diretamente inseridos no processo de produção, apesar da divisão dicotômica entre proprietários e trabalhadores, baseada nos que detinham os grandes meios de produção e os que possuíam os pequenos meios de produção e ainda vendiam suas forças de trabalho aproximando-se em alguns casos da lógica patrão X empregado, expressas nas relações sociais de produção, através de diferentes formas de

trabalho, via o assalariamento rural, da meia, da terça, etc.

Ambos, estavam diretamente envolvidos no universo da propriedade, apesar das diferenças: os proprietários no gerenciamento e os trabalhadores (moradores) na produção, enquanto o fazendeiro se constituía um elemento político influenciando nas dinâmicas vivenciadas por estas realidades diversas: propriedades, sítios e roçados.

Discutindo sobre o nível de participação dos fazendeiros nas terras, Andrade (1986, p. 163) nos traz a seguinte contribuição:

*"Os fazendeiros vivem, em geral, nas cidades do interior mais próximas às suas fazendas, onde se dedicam a outras atividades econômicas, sobretudo o comércio. A fazenda é administrada pelo vaqueiro e ele lá demora-se, quando o faz, apenas na estação das chuvas que se entende... Neste período (março/abril), a temporada no campo é agradável, uma vez que a caatinga está verde, a água é abundante, as vacas são ordenhadas, permitindo que se use o leite e se faça requeijão para as refeições..."*

Nas fazendas e nas diversas propriedades incorporadas na sua base territorial, nos sítios e roçados a renda/produtos era obtida basicamente do criatório (atividade das fazendas-propriedades) e da agricultura (sítios, roçados).

A vida social que ocorria em torno dessas unidades produtivas, se constituía em dois blocos, de



um lado aqueles diretamente responsáveis pela produção envolvidos no processo de trabalho como: os ribeirinhos e os vaqueiros, e de outro os que se dedicavam às atividades de gerenciamento e administração (os fazendeiros, proprietários e em alguns casos os vaqueiros). É claro que essa divisão pautava-se nas duas formas de trabalho básicas da terra. Portanto, no conjunto das práticas sociais dos ribeirinhos ocorriam outros tipos de atuação baseadas noutras práticas econômicas, como complemento dessas duas atividades principais (agricultura e criação): os pescadores, os garimpeiros, os lameiros, as lavadeiras, os barqueiros, etc.

O vaqueiro representava uma função de destaque na região em relação aos outros trabalhadores pelo fato de ser responsável pela administração da propriedade, sobretudo das tarefas ligadas ao criatório. Isto, nas representações dos outros trabalhadores ligados à agricultura, significava status e poder, pelo papel que ocupava na estrutura fundiária regional, chegando a se constituir a 2a. pessoa depois do proprietário e com ordem para administrar. Na sua ausência o vaqueiro assumia uma posição de superioridade com atributos para subordinar os outros trabalhadores da agricultura. Um colono, ex-ribeirinho, reforça essa imagem, com a seguinte opinião:

"O vaqueiro, a figura do vaqueiro era um herói prá gente quando menino. Vaqueiro, esse sim, que lidava com o gado, mas aquele que pegava na enxada, aquele que trabalhava na roça não era valorizado como o vaqueiro, a lendária figura do vaqueiro".

Em sua fala, o colono aponta a diferenciação enfrentada pelo camponês, em relação ao vaqueiro, na memória da região. Salientamos, porém, que essa diferença o colocava numa escala de inferioridade, como observamos no depoimento de um camponês: "A palavra lavrador na época soava como, depreciava o cidadão, o cidadão inferior, aquele que trabalhava na agricultura".

Na interpretação de Andrade (op. cit. p. 164), o vaqueiro é classificado como um agente que ocupa uma esfera de destaque na propriedade, tanto na presença como na ausência do proprietário na fazenda:

*"A figura central do trabalhador na fazenda é o vaqueiro, que cuida do rebanho, administra a propriedade e, na ausência do proprietário, dá ordens aos trabalhadores e agregados".*

As práticas econômicas culturalmente desenvolvidas e radicalizadas no Espaço Social de Curaçá estavam interlaçadas na dinâmica espacial e temporal, expressas através do movimento das águas, que ora representavam secas e ora enchentes. Neste

sentido observamos uma relação entre vida social, mudança ecológica e práticas produtivas.

Na verdade, o criatório predominava em todas as fases (SECA X ENCHENTE), sendo que na enchente, elevava-se mais o seu grau de desenvolvimento, devido as condições favoráveis apontadas pela natureza e as práticas sociais dos ribeirinhos ligados ao criatório. Contudo a agricultura, uma atividade predominantemente da época das enchentes, tornava-se mais limitada em comparação ao criatório. Mas servia de base alimentar para os habitantes envolvidos com a agricultura e o criatório em ambas as fases. Para que isto ocorresse, já destacamos a prática dos habitantes ribeirinhos em reservar produtos de uma fase, pensando na outra.

Uma peculiaridade reservada ao criatório estava direcionada à relação dele com o mundo do comércio externo. Era por esta tônica comercial onde ocorria a maior diferença entre ele e a agricultura. O criatório era uma atividade em grande parte voltada à venda, enquanto que a agricultura assumia uma função de manutenção do cotidiano, ou melhor, para o sustento básico da unidade familiar.

O criatório exercia uma função importante no Espaço Social de Curaçá, como mediador entre os habitantes e o mundo externo (cidade). Essa mediação mundo interno-mundo externo, via criatório, não se

limitava apenas a lógica da venda, mas propiciava intercâmbios socioculturais entre eles e a cidade de Juazeiro-BA. Nesta relação com a cidade se estabelecia um tipo de status, representando privilégio àqueles habitantes frente aos que não detinham tal oportunidade.

O criatório representava uma atividade econômica que traçava um intercâmbio do ribeirinho com o mercado, o dinheiro e outras culturas, além de propiciar uma reserva de dinheiro para os momentos difíceis, fosse no aspecto das atividades produtivas e no da vida em geral. Essa inserção do camponês no mundo do mercado é interpretada por Musumeci (1988, p. 206), da seguinte forma: "A inserção no mercado tende a "reproduzir" formas diversas de controle da atividade produtiva".

"As formas diversas de controle da atividade produtiva" estavam relacionadas ao tipo de intercâmbio que ora se realizava com o mundo externo, em busca de mercado para vender os produtos, relação que difere do intercâmbio realizado entre os diversos grupos de ribeirinhos em relação a agricultura baseado numa lógica de troca entre produtos e ajuda (empréstimo).

O contato com o mundo externo realizava-se mediado através da relação comercial via a circulação de produtos, que assumia uma troca diferente; antes

era produto por produto, agora passava a ser produto por dinheiro que possibilitava ao ribeirinho a compra de novos produtos inexistentes no espaço onde residia.

Neste intercâmbio através da venda dos produtos, o ribeirinho estabelecia contato direto com o mundo dos negócios, ou melhor, a relação compra/venda. Também mantinha relacionamentos com o público da cidade (tanto vendedor, quanto comprador) habituado a selecionar produtos pela diversidade apresentada, isto lhe permitia uma opção de escolha.

Mediante a seletividade típica dos produtos postos à venda no mundo do comércio, o ribeirinho era colocado numa situação de competitividade e também de seletividade, desenvolvendo nele uma "preocupação tática" com o produto a ser vendido. Dizemos "tática" pelo fato desse produto passar a ser checado frente aos outros no processo de compra e venda.

Esta convivência desenvolveu no ribeirinho, ligado ao comércio do criatório, uma iniciativa em "controlar a sua atividade produtiva", pelo motivo desse produto enfrentar outra lógica - a compra/venda, diferente da lógica de troca entre produtos. Portanto, era necessário levar um "produto melhor" para competir no mercado.

Houve uma mudança no comportamento do ribeirinho que enfrentava esse contato com o mercado, no sentido

da mobilidade social, antes ele se voltava mais para o movimento local do espaço habitado, através do criatório ele criou um movimento que veio ultrapassando a rotina do espaço. Isto introduz novas concepções de padrões de negócios, de cultura, de relações humanas, de organização do dinheiro, que veio diferenciá-lo daqueles que vivenciavam os costumes da agricultura e da lógica do Rio São Francisco.

Por isso que os ex-ribeirinhos, atualmente colonos, evidenciavam o homem que trabalhava com o criatório, desprezando o que vivia apenas da agricultura. Mas não é de se estranhar, normalmente a tradição na região caracterizou esse homem como fazendeiro e suas chances na região superavam as daqueles que viviam apenas da agricultura.

Musumeci (1986, p. 206) discute esta relação do camponês com o mercado, evidenciando tais aspectos:

"... Produtos que não correspondem necessariamente às preferências subjetivas de quem os cultiva, nem a opções ditadas por tradições culturais ou por um cálculo das unidades familiares sobre o que melhor atende à sua "reprodução", em termos de consumo direto. São portanto, formas de controle da atividade produtiva que limitam muito a teórica "autonomia de que camponês desfruta na decisão do quê e quanto vender, induzindo-o muitas vezes a um grau elevado de especialização e de dependência face aos circuitos dos produtos mercantis, que ele próprio, sob certos aspectos, pode avaliar como perigoso, irracional e indesejável, mas que os vínculos

com o capital comercial-usuário levam-no a manter".

A autora traça uma análise da relação mercantil realizado via agricultura. No nosso caso essa relação se processava através do criatório; mas nos aspectos apresentados por ela as questões sobretudo de autonomia, especialização e dependência são padrões de comportamento pessoal vinculados à inserção no mundo do mercado, do capital que indica atitudes próximas ao que ocorreu em Curaçá. Mesmo sendo via criatório, sobretudo entre os proprietários, portanto, havia diferenciações no tipo dos produtos, mas o mundo do mercado os trata segundo uma lógica: a troca do produto por dinheiro; e isto acarretava em mudanças e assimilação de novos comportamentos àqueles agentes inseridos no processo. E isto representava no universo dos ribeirinhos status, ou melhor, possuir animais simbolizava mais poder do que agricultura.

### 2.3 Os usos da água

A água assumia no conjunto da vida cotidiana da população ribeirinha um papel relevante. "Um presente da natureza", como diziam os ribeirinhos, simbolizando a vida.

A dinâmica das águas, concretamente objetivada em movimentos específicos, como as secas (as águas baixavam) e as enchentes (as águas subiam), se constituíam os elementos naturais mantedores das formas de vida que as cercavam, traçando ritmos de vidas diferenciados, porém correspondentes a cada momento da água.

Nas representações dos habitantes ribeirinhos, a água através do seu dinamismo, constituía um elemento primordial nas lutas pela sobrevivência no Espaço Social de Curaçá em todas as fases: SECAS X ENCHENTES.

Embora, em cada manifestação a água resultasse em movimentos antagônicos no Espaço Social; nos períodos das secas, escassez, e nos momentos das enchentes, abundância, essa contradição ESCASSEZ X ABUNDÂNCIA apontava condições de sobrevivência da população ribeirinha relacionadas às distintas realidades sociais provocadas pelos movimentos das águas.

Nas enchentes, as águas do "Velho Chico" cobriam suas margens, refloresciam o verde da caatinga, ampliavam o espaço produtivo tanto para o criatório quanto para a agricultura. As práticas sociais dos habitantes voltavam-se com mais frequência para as áreas da caatinga que antes eram secas. Na seca as opções deles produzirem limitavam-se as margens do



Rio, o criatório aproximava-se das águas, e a vida social ficava mais reduzida às suas margens.

Mediante as duas situações traçadas pela água, observamos, na fala dos camponeses, como isto implicava em suas práticas cotidianas:

*"Os que moravam perto do Rio carregavam água com uma lata na cabeça, colocavam num pote de barro, hoje substituído pelo filtro, mas "ainda temos o pote".*

*"Os que moravam longe do Rio conseguiam a água através de um animal em ancoretas (mesmo significado de barril)".*

Em ambas as trajetórias perto X longe, o habitante (camponês) mostrava que após a caminhada na busca pela água para o uso doméstico, quando chegava na moradia ela era acumulada da seguinte forma:

*"Colocada num pote grande, fôrma, aquela água ficava bem friinha e ele colocava enxofre para matar a metade dos micróbios... Toda aquela água ssudável, hoje nós temos encanada, né? bombeada..."*

O percurso apontado pelos habitantes ribeirinhos, para ter acesso a água para o uso doméstico, estava relacionado mais a fase da seca. Pois nesta época, o Rio tornava-se a única fonte d'água, enquanto que nas enchentes a água poderia ser adquirida além do Rio, através das cacimbas típicas das áreas secas

(reservatórios d'água que se juntam nos lajedos em meio à caatinga) que abastecia as famílias até um certo período da seca, nas "biqueiras", das casas onde as águas eram "aparadas" nos momentos das chuvas e também nos pequenos poços.

Nas enchentes surgiam outras opções que facilitavam o acesso a água para o sustento da vida, no entanto, nas secas ela resumia-se ao Rio São Francisco. Mais uma vez reforçamos o que disse um camponês: "A seca é um momento cansativo, difícil e um motivo primordial dessa dificuldade é a ausência da água, a fonte da vida".

As épocas SECAS X ENCHENTES ofereciam oportunidades distintas ao acesso a água por parte da população ribeirinha, tanto para o uso doméstico como para as atividades produtivas.

O criatório para cada época carecia de uma prática específica. Na seca, ele tinha como fonte o Rio, e isto acarretava para o responsável por ele em fazer longas caminhadas cansativas pelo sertão à procura da água. Enquanto que, nas enchentes para cuidar do criatório, exerciam-se tarefas mais práticas e menos cansativa, pois encontrava-se a água com mais facilidade.

A água utilizada pela população ribeirinha, assumia um papel relevante no seu cotidiano. Tanto

aquela destinada para o uso doméstico, quanto para agricultura e o criatório que procuravam acompanhar os ritmos da própria água. Dessa forma a água através dos seus movimentos influenciava em sua cotidianidade como fenômeno básico à sobrevivência.

Todavia, para cada expressão SECA X ENCHENTE, a água assumia uma função, que delimitava a relação dos habitantes ribeirinhos com o seu Espaço Social na busca de canais adaptáveis a cada dinâmica, que procurassem sanar as suas necessidades. Era um estilo de vida vinculado ao ritmo das águas. Por isto os habitantes afirmavam sempre que a água representava a vida para eles e para as outras espécies da natureza.

## Capítulo 3

A irrigação entra em cena

### 3.1 Colonos, a terra e a irrigação

O marco da política de irrigação no Espaço Social de Curaçá iniciou-se no ano de 1976, através da Codevasf. Os trabalhos se desenvolveram obedecendo os seguintes passos: estudos e delimitação do espaço favorável a funcionalidade da política irrigada e, posteriormente, a implementação da infra-estrutura básica para operacionalizar os trabalhos e receber tecnocratas, ex-ribeirinhos e outros.

Só a partir de 1979 foram incorporados na área, de forma "acelerada e desigual", elementos espaciais que propiciaram uma nova configuração ao espaço receptor. Com essa inserção o Espaço Social foi transformado numa área com traços evidentes de um "espaço planejado", voltado para responder às necessidades da política de irrigação, que visava implementar uma agricultura capitalizada.

Dessa forma, o Espaço incorporado ao projeto irrigado passou a ter vínculos diretos com práticas agrícolas claramente capitalizadas. Estas práticas moldavam-se em formas de trabalho, principalmente baseadas no assalariado rural (temporário e permanente), categoria de trabalhador com pouca

expressividade no período que antecedeu a irrigação. Sendo assim os ribeirinhos passaram a conviver com essa nova relação de trabalho. Como também Curaçá passou a ser uma fração espacial com traços capitalistas, apontando práticas socioeconômicas diferenciadas daquelas radicalizadas antes da irrigação.

Concretamente, esta infra-estrutura resultou na construção das seguintes obras no Espaço Social de Curaçá (segundo o Boletim da Assessoria de Com. Social da Codevasf - mai./1987): três conjuntos habitacionais, três postos médicos, uma sede da associação de produtores, sede da Cooperativa Agrícola, três estabelecimentos de ensino, 11 estações de bombeamentos, 39 conjuntos de eletrobombas, 88,5 Km de linhas de transmissão em 69 e 13,8 KV, 172 Km de estradas vicinais em 142,2 Km de estradas de serviços, 140 Km de drenos coletores e subcoletores, 165 Km de canais revestidos em concreto simples, etc.

Estas obras provocaram profundas mudanças na paisagem espacial, dando origem a um novo cenário, ligado aos interesses dos agentes externos responsáveis pela política irrigada como: O Estado através da Codevasf, os agroindustriais, o capital financeiro, etc. Neste sentido o Espaço Social, objeto desta pesquisa, enfrentou uma reorganização socioespacial, assumindo, portanto, o perfil de uma área de ação e controle de grupos externos ligados ao capital e ao Estado enquadrando-se nos critérios de uma "região de planejamento". As fotos nos mostram a implementação desses novos elementos no Espaço, ligados a política de irrigação.

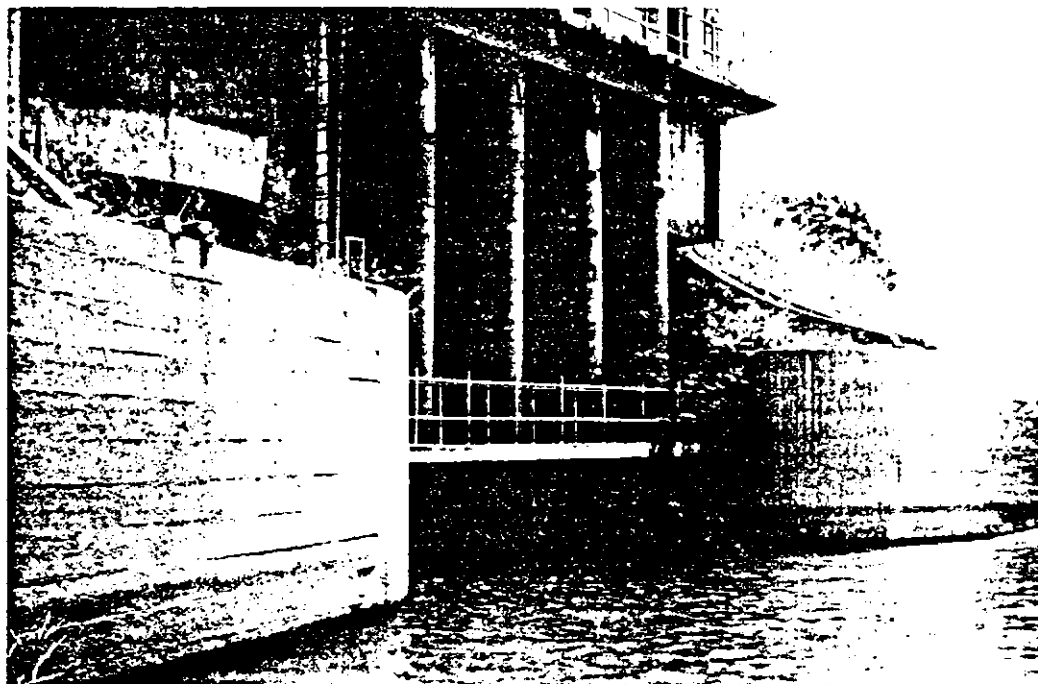


Foto n. 8. Estação de bombeamento de água, às margens do Velho Chico

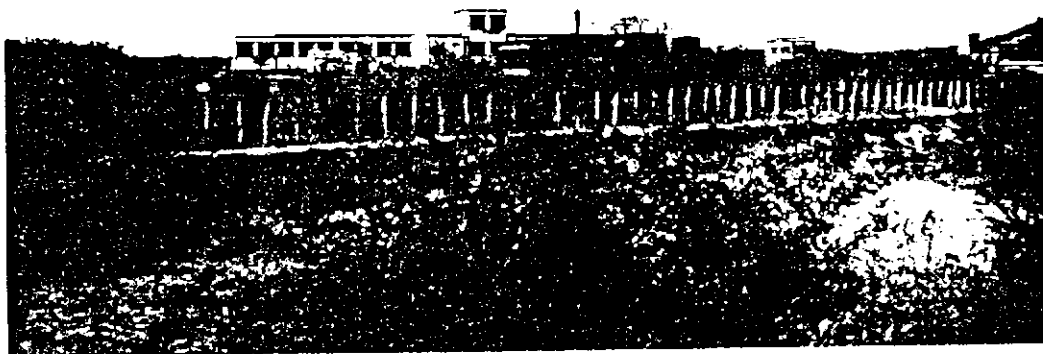


Foto n. 9. A presença da agroindústria no meio da caatinga



Foto n. 10. Canal secundário, utilizado para irrigar a terra



As mudanças ocorridas no Espaço Social de Curaçá, via sua inserção nas políticas públicas estatais de modernização da agricultura, resultaram numa redefinição da estrutura fundiária, redistribuindo as terras entre alguns dos habitantes ribeirinhos, que passaram a ser chamados de colonos e grupos agroindustriais, como demonstram os quadros a seguir n. 4 e 5.

Os agroindustriais, neste contexto, passariam a incorporar o espaço, como um sujeito externo, já que detectamos a inexistência desse agente social em Curaçá antes da irrigação. Neste sentido eles diferem por serem externos e por carregarem consigo práticas sociais e interesses diferentes dos fazendeiros, proprietários e moradores, que habitavam as margens do São Francisco.

A inserção do Espaço Social de Curaçá na política de irrigação, traçou uma nova dinâmica na estrutura fundiária. Antes o que era distribuído entre fazendeiros, proprietários e moradores passou a ser incorporado também a grupos agroindustriais.

Com a irrigação a terra sofreu uma nova divisão. O que era delimitado em 115 propriedades (ver quadro 2), a irrigação selecionou 15.077 ha. e instalou o projeto de irrigação. Então dos 15.077 ha. de terra incorporadas ao projeto irrigado de Curaçá, 4.454 são áreas irrigáveis e 10.623 ha. são áreas de sequeiro (destinadas a agricultura tradicional ou pecuária).

As terras irrigáveis estão assim distribuídas: 1.964 hectares para o uso dos colonos, divididos em 267 parcelas, numa média de seis a oito hectares cada e 2.490 ha. destinadas a 14 médias e grandes empresas implantadas no espaço.

Constatamos que dos 15.077 hectares de terras correspondente ao Projeto Curaçá, apenas 29,5% favoreciam a agricultura irrigada e 70,5% a agricultura de sequeiro, criatório, etc. E dos 4.454 hectares irrigáveis, 55,9% foram destinados a 14 grupos agroindustriais e 44,1% entre 267 "colonos". Partindo-se desses dados percebe-se a desigualdade na distribuição das terras, colocando em jogo os interesses que norteiam essa política de irrigação, como podemos perceber no estudo de Carvalho (1988, p. 364), quando descreve a distribuição das terras nos Perímetros Irrigados da Codevasf e especialmente na 3a. Diretoria, onde localiza-se o Perímetro Irrigado de Curaçá. Os dados apresentados por ele mostram como a lei da irrigação é ferida pela desproporcional divisão das terras entre colonos e agroindustriais nos Perímetros Irrigados:

*"As áreas irrigadas no Vale do São Francisco, sob a responsabilidade da Codevasf, por colonos e por empresários, apresentam uma relação completamente distinta da qual é estabelecida pelo decreto que regulamenta a Lei de Irrigação. Em lugar de no máximo 20% das terras dos perímetros de irrigação serem operados por empresas e 80% por colonos, dá-se*

praticamente o contrário. Do total das áreas irrigadas até 1983, nos projetos de irrigação administrados pela Codevasf, 43,7% estavam sendo operados por colonos e 56,3% por empresas. A situação é porém bem mais crítica no submédio São Francisco - área de jurisdição da 3a. Diretoria Regional da Codevasf -, onde estão concentrados 59,2% das áreas irrigadas em operação. Ai, apenas 30% das áreas irrigadas são operadas por colonos, destinando-se os 70% restantes aos empresários".

Analisando a distribuição das terras no Espaço Social de Curaçá, os dados vêm comprovar o que estudou Carvalho, apresentando também uma divisão de terras baseada em critérios que violaram a lei da irrigação. Como podemos constatar nos quadros n. 4 e 5 que seguem:

Quadro 4  
Terras destinadas aos colonos  
Perímetro Irrigado de Curaçá - Codevasf

ITEM	ÁREAS DOS LOTES/HA	N./AGRICULTORES
01	..... 14,15	01
02	..... 11,17	01
03	10,90 a 10,11	05
04	9,95 a 9,03	15
05	8,98 a 8,03	53
06	7,99 a 7,01	89
07	6,99 a 6,00	73
08	5,98 a 5,07	18
09	4,94 a 4,93	02
10	3,86 .....	01
	TOTAL/AGRICULTORES	258

Fonte: Levantamento da Ficha de Ocupação dos lotes de 258 colonos. Departamento de Serviço Social do Perímetro Irrigado de Curaçá - Codevasf

Obs: O Quadro n. 4, compreende o assentamento dos colonos dos anos 82 a 85, por isto o número de assentados não conferem com o das parcelas destinadas.

## Quadro n. 5

Terras destinadas às empresas  
no Perímetro Irrigado de Curaçá - Codevasf

Empresa	N. do Lote	Áreas Irrigáveis (ha)	Áreas Sequeiros (ha)	Total (ha)	Proprietários
Tupan	191	50,12	198,75	248,87	
Coop. Agrícola de Cotia	235	837,79	1.088,91	1.926,70	Grupo Japonês fixado em São Paulo.
Francisco S. Nunes	399	24,89	41,65	66,54	
Jofra	367	98,25	259,38	357,63	Dr. Francisco Dr. Roberto-PE
Curaçá Agrícola	407	175,25	146,30	321,55	Senador Marcos Maciel-PE
Codevasf	408	46,85	110,16	157,01	
Grande Rio Agrícola	409	72,00	151,44	223,44	
Frutitor	410	182,00	163,35	345,35	Ministro Antonio Carlos Magalhães
Frutibrás	411	185,75	339,67	525,42	
Massaki Yanaguchi	412	131,45	173,11	304,56	
Frutitor	413	215,85	166,69	382,54	Ministro Antonio Carlos Magalhães
Eduardo Cavalcanti	413	145,97	377,59	523,56	
Graúna Com. Exp. Ltda.	416	160,23	493,37	653,60	
Verde Vale	415	62,15	135,13	197,28	
Alfa Agrícola	417	70,40	49,60	120,00	
<b>Total</b>	15	2.458,95	3.895,10	6.354,05	

Fonte: arquivo da Cooperativa Agrícola do Perímetro Irrigado de Curaçá - Codevasf/1988

Obs.: os espaços vazios são aqueles que não conseguimos seus devidos proprietários.

A política de irrigação introduziu o termo colono. Esta terminologia colono está em oposição a colonizador. É exatamente o grupo social que precisa ser colonizado. Isto traz de imediato um fator preponderante no sentido de dividir os agentes do perímetro em dois blocos: os colonos X os colonizadores, os inferiores X os superiores, os atrasados X os modernos.

A política de irrigação aglutinou num mesmo bloco os fazendeiros, proprietários, moradores vaqueiros na mesma categoria colono, desconsiderando as especificidades de cada grupo que habitava nas margens do Rio São Francisco.

Por outro lado, o colonizador era uma categoria que se articulava com a política estatal de irrigação, setores agroindustriais, tecnocratas, tecnologias modernas e outros agentes ligados ao capital financeiro e ao Estado.

As terminologias colono e agroindustriais foram introduzidas pela política de irrigação no Espaço Social de Curaçá, porém, fugia do universo dos habitantes ribeirinhos. Sendo assim, esta nova classificação colono assumia uma característica de um trabalhador ligado diretamente a política de irrigação e a agricultura capitalizada, condições de trabalho e vida diferentes do cotidiano que antecedeu a política de irrigação.

A classificação de agroindustriais remete a um empresário rural capitalista, relacionado com as práticas produtivas capitalizadas, diferente dos fazendeiros e proprietários rurais radicalizados em Curaçá antes da irrigação.

A política de irrigação apontava uma nova categoria de trabalhadores rurais ligados diretamente a ela: o colono, apresentando aspectos diferentes do camponês ribeirinho que antecede a irrigação. Na tentativa de definir o perfil desse trabalhador nos deparamos com a explicação de Carvalho (1988, p. 350), caracterizando-o nos perímetros irrigados administrados pelo DNOCS e Codevasf da seguinte maneira:

*"Os colonos são pequenos produtores rurais que exploram lotes familiares com áreas entre 3,5 e 15 hectares. Nos perímetros do DNOCS, a área média dos lotes familiares gira em torno de cinco hectares, enquanto nos da Codevasf se situa nos limites de seis a sete hectares... Os colonos são, na maioria dos casos, ex-pequenos produtores rurais, que vivem da agricultura (sequeiro), na qualidade de trabalhadores agrícolas sem terra ou pequenos proprietários conduzidos por essas duas instituições".*

O estudo realizado por nós no Perímetro Irrigado de Curaçá aponta questões que ampliam essa conceituação sobre o colono delineada pelo autor acima. Inicialmente os lotes de terra destinados a ele comprovam esses números indicados, que variam entre seis a oito hectares, como mostra o quadro n.4. Mas

fica uma questão a ser respondida, sobretudo pelo fato do autor partir da análise considerando o que os colonos representam no momento, e não o que eles foram no passado. Neste caso, nossa proposta é que apontemos o colono como uma categoria de trabalhador criada a partir da inserção da política de irrigação no Espaço Social de Curaçá. Pois antes da irrigação eles assumiam formas diversificadas de vida e trabalho no conjunto da estrutura agrária onde viviam.

Todavia, classificá-lo apenas como "pequenos produtores rurais" deixa obscura a sua relação com a política de irrigação e com suas histórias de vida. Discutindo o conceito de colono entendemos que eles são pequenos produtores rurais com práticas sociais baseadas no trabalho familiar e no assalariamento temporário e permanente, ligados a terra, mas, controlados em parte pela política de irrigação.

Por sua vez os colonos depararam-se com uma dualidade, entre a sua iniciativa de produzir e a dependência mediante a política de irrigação. Sendo pois, um trabalhador rural dividido por sua prática respaldada pela produção para o consumo e a sua subordinação frente a agricultura de comércio-irrigada e que ainda "saudosamente" compartilha nos seus momentos diários com os amigos as diversas profissões que exerciam antes de serem "rotulados" de colonos.

Para Lorza (1991, p. 28), esse colono passa a ser um novo camponês que produz a partir de um contrato, como explicita em sua reflexão:

*"O agricultor, no perímetro irrigado, deixa de ser ou morador ou parceiro ou produtor independente e assume uma nova característica a partir de sua relação com o Estado: sua relação com a terra está mediada agora pela presença de uma instituição que pretende responder as exigências de uma agroindústria que define com antecipação um contrato de compra e venda dos produtos".*

Ressaltamos que ele é um pequeno produtor rural, onde, em alguns momentos, assume em sua prática posturas e hábitos que lhe remete a sua história de vida antes da irrigação. E em outras circunstâncias, é um pequeno produtor ou "camponês novo" que está a serviço da lógica da agricultura irrigada e mecanizada. Reside aí uma dupla identidade e não gostaríamos de delimitar até onde começa uma em função do fim da outra, por entendermos que essas duas realidades se complementam e delimitam o ritmo de vida do trabalhador rural na irrigação.

Os colonos viviam num universo social, marcado por um conjunto de manifestações e, neste contexto, a política de irrigação representava um aspecto no conjunto dessa complexidade de práticas sociais que animavam essa convivência. Ocorre uma vivência entre homem e realidade social num exercício contínuo de reconstrução. E é nesta dinâmica que os homens vão



delimitando suas práticas e construindo seus pontos comuns. Essa relação é percebida por Sader (1988, p. 45), como o fio condutor na construção de novos hábitos que culminam em bases à construção de novas identidades sociais:

*"Nas experiências baseadas nas condições reais da vida social que surgem significações culturais que as impregnam. E é na elaboração dessas experiências que se identificam interesses, constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais".*

A política de irrigação, apesar de aparentemente ser envolvida por uma carga simbólica que lhe permitia apresentar-se de forma "superior" para o universo dos colonos; as outras práticas sociais presentes no espaço, consideradas "inferiores" segundo a lógica da irrigação, estavam incutidas também no cotidiano e cultura dos colonos. A irrigação precisava tornar-se um elemento familiar a este mundo, pois não se sentiam sujeito da irrigação e nem a irrigação voltava-se para eles. Estava mais preocupada com aspectos e necessidades de agentes externos, ligados à política de irrigação. Sader (1988, p. 45) explica a importância do sujeito sentir-se parte integrante do processo:

*"Os sujeitos estão implicados nas estruturas objetivas da realidade. Se considerarmos que a chamada "realidade objetiva" não é exterior aos homens, mas está impregnada dos significados das ações sociais que a constituíram enquanto*

*realidade social, temos também de considerar os homens não como soberanos indeterminados, mas como produtos sociais".*

O colono, em suma, carregava consigo traços de um camponês ou ribeirinho que trazia em sua história de vida um estilo de trabalho, através do qual buscava sua sobrevivência, construía parte da sua vida, da sua historicidade. E a irrigação não é algo tão "poderoso" para invadir esse imaginário e diluir toda uma história de vida que se expressa na terra, na paisagem, na cultura. O que ela fez foi ocupar um espaço e procurar conviver, introduzindo o seu modelo de trabalho e de vida.

Essa nova concepção de trabalhar a agricultura não se constituiu a única forma de produzir no espaço. Verificaram-se a existência de várias práticas sociais de trabalho como demonstraremos no capítulo 4 deste estudo. Todavia, tornou-se visível no Espaço um movimento entre o novo e o velho modo de vida, como alternativa de sobrevivência do colono e da irrigação.

A política de irrigação não introduziu no Espaço Social apenas um conceito novo para classificar o habitante ribeirinho. Mas utilizou práticas diversas que legitimavam no Espaço Social o projeto de modernização coordenado pela Codevasf. Isto implicou em diversas intervenções que se expressaram desde a divisão da terra, a distribuição e o acesso ao lote, a produção, a forma de organização e mercado como demonstramos no capítulo 2.

A estratégia política usada pela Codevasf para ter acesso às terras necessárias à implantação da política de irrigação do Perímetro partiu do princípio de que elas eram devolutas. Portanto, ela ocuparia as terras da região e pagaria simplesmente o correspondente às benfeitorias, conforme declaração dos colonos a seguir:

"Ela só pagou a casa, ela não pagou o terreno a ninguém não. Ela não comprou o terreno a ninguém não, porque a gente foi desapropriado e ela não pagou o terreno não. Só pagava aquela benfeitoria que você tinha numa casa; pagava não, dava um agrado de gratificação, porque não deu pro pessoal fazer casa fora..."

"Na verdade a indenização foi baseada só na benfeitoria. O cidadão cria a benfeitoria, o Estado considerava aquelas terras deles devolutas, terra devolutas."

"O certo era pagar, mas não pagaram, não pagaram mesmo não, não pagaram não eles pagavam sim uma telha, uma casa, um cercado, um negócio assim, a terra eles diziam que era de sequeiro, era prá ser explorada não tinha direito a pagar não."

"...pagaram só as benfeitorias e assim quase nada, a cerca do tanque da roça, mas nada pagaram disseram que não tinham direito de pagar, ninguém era dono da terra."

"A Codevasf indenizou assim a benfeitoria, um cercadinho que a pessoa tinha, mesmo quem tinha terra escriturada não foi indenizada pelo valor."

"Não pagou coisa nenhuma dessa propriedade e nós tinha a escritura da terra, ela entrou sem pedir permissão nenhuma aos proprietários que somos nós."

"Não pagou. A Codevasf unicamente indenizou benfeitorias, quem tinha uma casa... recebeu um irrisória indenização, eu tenho por sinal a lista de todos os proprietários que possuíam terra dentro desse projeto... se não falha a

memória são 63 e talvez 10 foram indenizados..."

Levando em consideração essa problemática da ocupação da terra em Curaçá, pela Codevasf, entendemos como sendo um problema crucial para a população ribeirinha, que ainda permanece no espaço ocupado por esse órgão. Na memória dessa população, essa questão era algo mais do que uma cobrança: um ato de denúncia gritante, que violava seus valores, suas histórias de vida.

Refletindo sobre a ocupação do Espaço ribeirinho pela Codevasf, chegamos à conclusão que esta ação pode caracterizá-la como invasão de terras. Terras que tradicionalmente estavam demarcadas, e alguns dos seus referidos donos possuíam a documentação que referendava sua posse.

Esta "invasão" era tão comprometida com as necessidades dos agentes externos, que na redistribuição das terras em lotes entre colcos e agroindustriais, a prioridade, como vimos nos quadros 4 e 5, estava voltada principalmente para desenvolver o complexo agroindustrial na região. Dos 15.077 ha. de terra do Perímetro, apresentando 4.454 ha. irrigáveis, estas foram divididas em 1.964 ha. para os colonos e 2.490 para agroindustriais que compõem o Espaço Social de Curaçá.

Vamos abordar os nomes das fazendas absorvidas pelo projeto e observar como ficaram suas terras, depois de

incorporadas ao Projeto de Irrigação. Sabemos que as terras foram distribuídas entre agroindústrias e colonos. Lamentamos, não podermos, no momento, detectar qual o critério estabelecido pela Codevasf para definir que Fazenda A ficava para agricultores e B para agroindústrias.

O quadro a seguir mostra as fazendas, e como elas foram distribuídas entre agroindústrias e colonos:

Quadro 6

Distribuição atual das fazendas entre colonos e agroindústrias no Perímetro Irrigado de Curaçá - Codevasf

COLONOS	AGROINDÚSTRIAS	COLONOS/ AGROINDÚSTRIAS
Faz.Boa Vista	Faz. Mary	Faz. São José
Faz.Pedra Branca		Faz.Serra da Madeira
Faz. Curaçá Pequeno		Faz. de Baixo
Faz.Serra da Madeira		
Faz. São José		

Fonte: arquivo da Cooperativa Agrícola do Perímetro Irrigado de Curaçá Codevasf - 1988

O quadro faz referência a diversas fazendas radicadas no Espaço Social de Curaçá, antes e como foram distribuídas depois com a política de irrigação entre os colonos e os agroindustriais, ou melhor, a nova reorganização do Espaço baseada nos critérios dessa política.

Outro aspecto relevante na implementação do projeto foi o assentamento dos colonos em seus determinados lotes. O fato se deu pelo motivo da Codevasf defender em seus discursos que seu propósito era ajudar no crescimento e desenvolvimento dos pequenos produtores da região, usando uma política de fixação do homem na terra. Os dados nos provam que o processo de assentamento dos colonos não beneficiou, em maioria, aqueles homens fazendeiros, meeiros, moradores e outros trabalhadores envolvidos diretamente no processo de trabalho da área. Na repartição das terras realizadas pela Codevasf, a maioria se destinou à agroindústria, oriundos de outras localidades, enquanto que os habitantes ribeirinhos que obtiveram terras, foram poucos e em parcelas bem inferiores aos agroindustriais:

## Quadro 7

Assentamento dos colonos (1982-1985)  
Perímetro Irrigado de Curaçá - Codevasf

ANO	N. COLONOS
1982	089
1983	127
1984	015
1985	006
TOTAL	237

Obs: o quadro não absorveu o universo dos 267 colonos, pelo motivo da pesquisa cobrir até o ano de 1985

O assentamento dos colonos em seus devidos lotes não envolveu a maioria da população desapropriada, como demonstra o quadro acima, reconhecida no discurso como prioritária. Num levantamento através do qual tentamos resgatar a origem dos colonos, conseguimos, num universo de 30, detectar as diversas situações, dando surgimento ao seguinte quadro.

## Quadro 3

Origem dos camponeses assentados  
no Perímetro Irrigado de Curaçá

ORIGEM	N./CAMPONESES
a - Lugar onde está situado o PIC*	01
b - Outras cidades do Município de Juazeiro/BA	14
c - Outras cidades vizinhas - BA	08
d - Outros Estados	07
T O T A L	30

\*PIC - Perímetro Irrigado de Curaçá

Fonte: pesquisa empírica sobre a situação camponesa na região - aplicação de questionário - 1989

Questionamos juntos aos ex-ribeirinhos, o motivo da existência de grande quantidade de colonos originados de outras localidades no Perímetro. Eles nos apresentaram algumas razões. Foi consenso que a maioria incorporada no Perímetro não foi oriunda da região:

"Não, eles não foram assentados não. A maioria saiu fora, e a maioria do pessoal daqui é de fora. Aqui mesmo dentro do Projeto nós somos 267 se não me engano, nós temos uns trinta, só... 200 e tantos colonos de fora."

"Muita gente da região ficou assustada, diziam que era um troço assim parecido com escravidão, tinha que plantar e devolver tudo lá prá Codevasf."

"Diziam que era cativo aquela coisa e outros quiseram mesmo assim receber o lote."



"Nem todos tiveram. Ainda hoje tem várias pessoas de lá, filhos da terra que não tem lote."

"Muitos não quiseram, não acreditavam..."

Refletindo sobre os depoimentos, detectamos algumas palavras-chaves, como: *assustados, escravidão, não acreditamos*; que esclareciam como o trabalho desempenhado pela Codevasf era entendido e visto pelos colonos. Estas terminologias nos revelaram o nível da prática exercida por alguns dos responsáveis em assentar os colonos no Projeto. Criando com esta atitude, um meio de vários segmentos da população ribeirinha não aceitarem os lotes e abandonarem suas terras, cedendo espaços para camponeses de outras regiões e agroindustriais, como revelaram nos depoimentos.

Até onde alguns destes tecnocratas estavam preocupados com os interesses da população ribeirinha ou comprometidos com grupos externos? Com a Codevasf seus compromissos já eram explícitos, por serem funcionários e estarem a seu serviço, pelo menos a grande maioria não fugiu da concepção de trabalho indicada pela empresa (Codevasf). Reproduziram seu discurso no meio da população local ribeirinha.

Num levantamento realizado nos arquivos do Setor de Serviço Social do Perímetro Irrigado de Curaçá (ver quadro n. 7), detectamos que, de 237 assentados no período de 1982 a 1985, 178 se originaram do estado da

Bahia (sendo que 41 permaneceram na região onde habitavam e 137 pertenciam a outros municípios do estado); 42 vieram do estado de Pernambuco; 04 de outros estados do Nordeste e 13 não identificados. Estes dados nos fornecem subsídios para percebermos que a maioria dos assentados no Espaço Social ocupado pelo Projeto Irrigado de Curaçá não pertenciam ao próprio Espaço, foram derivados de outras localidades.

Os dados comprovam a permanência de camponeses de outras áreas que se incorporaram ao Espaço Social de Curaçá, após a irrigação, em consequência da expulsão de vários habitantes locais de suas terras. Elencamos a relação dos colonos, tomando como critério o último nome para averiguarmos a inclusão de outros camponeses e como isto veio provocar mudanças nas estruturas familiares locais.

No capítulo anterior, apresentamos as famílias mais numerosas radicalizadas na região, como a DANTAS, MOREIRA, PASSOS, GONÇALVES, isto antes da irrigação se instalar em Curaçá. Agora vamos ver como ficou a representação dessas famílias após a irrigação e que sobrenomes surgiram oriundos de diversas áreas e estados.

## Quadro 9

Representação das famílias Dantas, Gonçalves, Moreira  
e Passos  
após a irrigação

## Quadro 9.1

FAMÍLIA	GONÇALVES
Gonçalves de Araújo Barroso	01
Gonçalves Ferreira	01
Gonçalves Passos	02
Gonçalves Santos	03
Martins Gonçalves Dantas	04
T O T A L	11

## Quadro 9.2

FAMÍLIA	DANTAS
Dantas	01
Dantas da Paixão	02
Dantas da Silva	02
Dantas do Nascimento	02
Dantas Loyola	01
Dantas Santana	01
Sena Dantas	01
Vieira Dantas	01
T O T A L	11

## Quadro 9.3

FAMÍLIA	PASSOS
Ferreira Passos	02
Passos	01
Passos Santos	01
Torres Passos	01
T O T A L	05

Quadrc 9.4

FAMÍLIA	MOREIRA
Moreira de Oliveira	01
Moreira de Souza	01
Moreira Neto	01
T O T A L	03

Obs.: os dados sobre essas famílias foram pesquisados na relação dos colonos do Perímetro Irrigado de Curaçá - Juazeiro - BA. (19.7.91) - Ver em anexo (3) a relação dos colonos

Selecionamos os sobrenomes mais frequentes na relação dos colonos no anexo 4. É evidente que neste contexto não podemos mais trabalhar com a categoria família, pois os sobrenomes são originados de vários lugares e grupos sociais. Entendemos que os grupos familiares que antecederam a política de irrigação se reduziram e fragmentaram-se significativamente com a chegada dos outros camponeses que não estavam vinculados às estruturas familiares tradicionais no Espaço.

Mediante um universo de 267 colonos, apresentado na relação da cooperativa agrícola do Perímetro Irrigado de Curaçá, como nos indica o anexo 4 ressaltando o surgimento de novos colonos, apresentando sobrenomes diversificados, existe uma representação de determinados sobrenomes que superaram aqueles tradicionais, como: SILVA, SANTOS e NASCIMENTO, como podemos verificar no quadro abaixo.

## Quadro n. 10

Sobrenomes de colonos em Curaçá após a irrigação

## Quadro 10.1

SOBRENOME SILVA	
Alves da Silva	02
Barbosa da Silva	01
Conceição da Silva	01
Dantas da Silva	02
Da Silva	10
Dias da Silva	01
Ferreira da Silva	02
Florêncio da Silva	03
Gomes da Silva	04
Lopes da Silva	03
Lourenço da Silva	04
Meneses da Silva	01
Nunes da Silva	02
Pio da Silva	01
Rocha da Silva	01
Rodrigues da Silva	04
Santos da Silva	01
Silva Ferreira	01
Silva Noronha	01
Sobrinho da Silva	01
Souza e Silva	02
Vieira da Silva	01
Vivaldo da Silva	01
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>

Quadro 10.2

SOBRENOME SANTOS	
Alves dos Santos	05
Barbosa dos Santos	02
Bispo dos Santos	01
Crispiniano dos Santos	02
Dos Santos	07
Félix dos Santos	01
Lima dos Santos	01
Lopes dos Santos	01
Nicolau dos Santos	01
Nunes dos Santos	01
Oliveira dos Santos	01
Ovídio dos Santos	02
Pereira dos Santos	04
Passos Santos	01
Rodrigues dos Santos	03
Santos Barroso	01
Santos da Silva	01
Santos Filho	01
Santos Flores	01
Vieira dos Santos	01
T O T A L	38

QUADRO 10.3

SOBRENOME	NASCIMENTO
Alves do Nascimento	01
Do Nascimento	05
Flor do Nascimento	01
Matos do Nascimento	01
Nascimento de Franca	01
Nunes do Nascimento	01
Rodrigues do Nascimento	01
T O T A L	11

Como observamos, ocorreu uma mudança na organização e distribuição da terra, com a presença da irrigação, como também uma redefinição dos proprietários que também se tornaram colonos, pois as famílias predominantes na região como: DANTAS, GONÇALVES, PASSOS E TORRES, perderam suas propriedades por lotes de terra, igualmente a outros camponeses. Pois a Codevasf não pagava as terras e sim apenas as benfeitorias, já que as consideravam devolutas.

Alguns ribeirinhos foram denominados de colonos e em grande maioria substituídos por novos moradores e

nos lotes os antigos moradores, substituídos por novos.

Os grupos familiares sofreram um processo de alteração como indicam os dados. Antes o que predominava eram as famílias PASSOS, GONÇALVES, TORRES, DANTAS, não apenas no sentido da dominação local, mas no tocante à historicidade no Espaço Social. Com a irrigação essas famílias desestruturaram-se cedendo espaços para uma diversidade de camponeses oriundos de várias realidades sociais, com a pretensão de recomeçar outra história de vida noutra universo sócio/espacial, como SILVA, NASCIMENTO, e SANTOS, que representam 37,07% dos colonos registrados no Perímetro Irrigado de Curaçá.

A lógica que provocou a expulsão X substituição dos ribeirinhos não procurou perceber nas entrelinhas a complexidade sociocultural que esse movimento poderia implementar no contexto da política de irrigação e nas práticas sociais desses agentes que aparentemente estão juntos. Historicamente navegaram por mares diversos. Logo carregam nas trajetórias de vida, diferenças que encontrarão os pontos comuns a partir da nova história elaborada mediante outra cotidianidade. É uma nova construção, que a política de irrigação não considerou, até porque sua lógica extrapolava o universo local, baseando-se em interesses externos.



### 3.2 Os usos da terra na irrigação

A chegada da irrigação no Espaço Social de Curaçá implicou concretamente na reorganização do espaço e das práticas produtivas dos ribeirinhos. Foram introduzidas novas práticas que vieram, de forma direta ou indireta, interferir na relação vivenciada entre o homem e sua terra, mesmo sabendo que o "universo dos ribeirinhos" não estava totalmente substituído pelos mecanismos do "mundo externo". Todavia, perpetuaram-se na terra os dois mundos: "o mundo interno" dos ribeirinhos e o "mundo externo" dos agentes ligados à irrigação.

Neste item vamos estudar a intervenção da política de irrigação na terra, resgatando como isto veio reestruturar a relação entre a população ribeirinha e a terra, já que no capítulo intitulado "Práticas da população ribeirinha antes da irrigação", estudamos as vivências dos habitantes com sua terra, antes da política de irrigação.

A lógica da política de irrigação visava um desenvolvimento da área, baseado nos critérios de uma agricultura irrigada e capitalizada, voltada para os interesses do mercado capitalista.

Neste sentido, a irrigação incorporou nas práticas dos habitantes "elementos do mundo externo", que introduziu novos valores em suas práticas

econômicas e sociais, como nos indica o depoimento de um tecnocrata:

"Eu acho que um mundo quer engolir o outro, aí. O produtor tem uma vivência, tem toda uma vida de experiência. O que ele implanta ali foi de experiência que passou, como você diz: de geração em geração. E o capitalismo é uma coisa imediata. Que cada um cria da maneira que acha que deve ser e aí chega aqui impõe. E o produtor na sua 'humildade' ele chega a baixar a cabeça e aceitar, quando, não deveria ser assim. E poderia o mundo, o mundo de fora se juntar com o mundo nosso aqui e os dois se tornarem um 'terceiro mundo', e juntarem as duas experiências, as duas vivências. Acho que a coisa ficaria bem melhor do que atualmente. Mas, isso pode até ser uma utopia, porque jamais o capitalista vai ter a 'humildade' do camponês. Ter a humildade de chegar, se juntar a ele e tentar melhorar o nível. Eu acho que eles pensam que o nível é só deles".

No entendimento do tecnocrata, reside a preocupação em criar canais de reestruturação do trabalho no Espaço Social de Curaça, partindo do princípio que existem duas experiências que chamou de "duas vivências", como um procedimento que traria contribuições ao desenvolvimento sócioeconômico regional, não desconsiderando as contribuições de um mundo em função do outro (mundo ribeirinho - interno X mundo irrigado - externo).

No discurso do tecnocrata, a população ribeirinha e colonos são definidos como trabalhadores rurais portadores de um modo de vida que a política de irrigação tenta suprimir mediante seu projeto de desenvolvimento para a agricultura.

Mas, é preocupante, quando o mesmo tecnocrata coloca que a saída à construção dessa política de desenvolvimento envolvendo os dois mundos, pressupõe um exercício de "humildade" por parte da política de irrigação para se comparar com a "humildade" do colono.

Essa discussão não deve fundamentar-se nesta tônica do humilde frente ao não humilde (poderoso). Mas, buscar reconhecer o colono enquanto sujeito histórico detentor de um saber, de uma história de vida diferente das práticas e concepções que norteiam o ritmo da política de irrigação.

Neste sentido ambas as realidades detêm práticas e interesses específicos, apesar de inseridos numa mesma realidade social. Portanto poderão construir elementos complementares e opostos que contribuirão na elaboração de um modelo de desenvolvimento adaptado a essa realidade

Referente às práticas de trabalho baseadas na agricultura irrigada e capitalizada; concepções de modernização da agricultura de forma "desigual e combinada"; técnicas de trabalho, referente a introdução de instrumentos e práticas baseadas na mecanização e organização da terra, (lotes e empresas rurais), que emergiram através da política de irrigação, no Espaço Social de Curaçá, foram reflexos da política de modernização da agricultura, fundamentalizados numa concepção de agricultura

capitalizada e moderna, em oposição ao modo de trabalho, vida e ocupação do solo dos habitantes ribeirinhos que são rotulados de atrasado e improdutivo, segundo a política de irrigação.

É bem verdade que o habitante ribeirinho trabalhava com práticas e instrumentos de trabalho "rudimentares" e passava a conviver com um outro mundo diferente do conhecido por ele. Quer dizer eram duas realidades distintas ocupando o mesmo Espaço Social.

Frente ao universo das práticas sociais da população ribeirinha registradas nas diferentes formas, sejam: através do trabalho, da moradia, dos hábitos alimentares, da lógica econômica mediada pela relação seca/enchente, delimitavam o modo dela se relacionar com a realidade social. Resultando num conjunto de ações presentes nas suas relações com a terra, traçando a identidade socioespacial.

Esse acervo sociocultural dos ribeirinhos defrontava-se como a política de irrigação que "autoritariamente" impunha um novo modelo de vida, de dividir a terra, de moradia, de uso da água, de trabalhar com a agricultura. Estes instrumentos peculiares à política de irrigação resultavam num impacto para o ribeirinho. E o processo de aceitação e adaptação dessa nova realidade por ele, dependia muito num primeiro momento do acesso a essa lógica no aspecto de conhecer, aproximar-se, entender. Mas isso

fugia do comportamento dos responsáveis pela implementação da política de irrigação na região.



**Foto n. 11.** Sementeira no lote, para desenvolver as culturas e depois distribuir no plantio

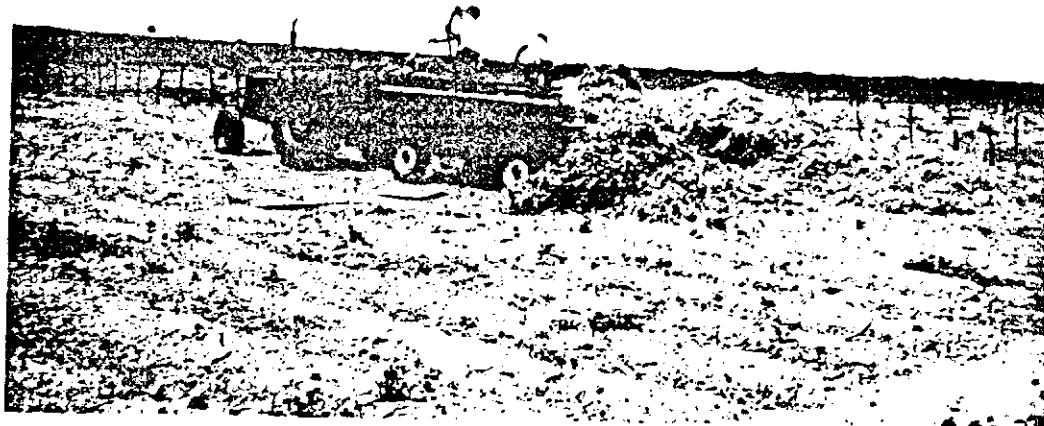


Foto n. 12. Detrito da cultura do feijão encaminhado para o criatório



Foto n. 13. As casas que formam a vila, com um padrão urbano, diferenciando-se das construções típicas adaptadas ao clima e cultura local



Foto n. 14. Casa típica da região

Portanto, a política de irrigação conseguiu de imediato envolver alguns ribeirinhos, utilizando o discurso que veio desenvolver a agricultura na área para fixá-los na terra e torná-los em micro-empresários. Este foi o discurso pautado numa prática que resultou na expulsão de vários ribeirinhos, entrando em contradição com o seu objetivo principal: fixar o homem do campo, no campo.

É um discurso permeado de malícias, interesses obscuros, e táticas que extrapolaram o universo dos ribeirinhos, é a própria estratégia do feitichismo enraizado no espírito das práticas capitalistas como mostrou Karl Marx. (1979, p. 81 a 91)

No tocante às práticas produtivas, a irrigação introduziu máquinas, ferramentas e técnicas "modernas", o moderno aqui é segundo a lógica da irrigação, pois não é objetivo nosso apresentar a oposição moderno X atrasado e sim perceber o nível de inserção das duas lógicas: interna e externa, na terra.

O homem ribeirinho que trabalhava com ferramentas rudimentares, passou a conviver com uma série de ferramentas estranhas ao seu modo de vida, como: o trator, bombas para pulverizar as plantas contra pragas, etc. Estes instrumentos específicos de uma agricultura mecanizada foram um impacto para ele que dependendo do seu nível de contato com a irrigação assimilava-os ou não.

A aceitação às novas técnicas agrícolas não era apenas produzida por problemas de adaptação cultural. Na verdade, todos que decidiram esperar a irrigação e não saíram da terra, acreditaram, mesmo que superficialmente, nela. Dizemos superficialmente pelo fato dele desconhecer o que seria uma política de irrigação. Todavia, as desistências dos lotes ocorreram ligadas a fatores mais fortes e não apenas adaptação. Um aspecto que facilitou e que possibilitou a convivência do ribeirinho com a irrigação, era de ordem econômica. O dinheiro que ele detinha para investir no lote, que mesmo sem trabalhar diretamente na terra, o fez crescer como microempresário.



A irrigação veio criar no meio dos ribeirinhos um "espírito" de desenvolvimento e de microempresário, mudando aquela prática social de "ajuda do passado", apesar de inserir no universo deles uma filosofia cooperativista. Resultando numa grande contradição, na qual duas questões antagônicas se juntaram numa mesma luta: cooperativismo X individualismo. Isto se constituía numa organização de cooperação que fugia do conhecimento dos ribeirinhos, e a Codevasf não os preparou para enfrentar esta nova forma de administrar o trabalho e a produção.

Na essência, uma agricultura irrigada difere totalmente da tradicional. A maior diferença está no preparo do solo, na forma de plantar, adubação, venda, etc. Todo este processo, do preparo do solo até a venda, está permeado por práticas mecanizadas que só serão realizadas via o capital, como afirmou um colono: "A irrigação veio é prá nos ajudar, mas pela parte da condição financeira nós temos trabalhado com a coragem".

Então a política de irrigação no Espaço Social de Curaçá incorporou agências de financiamento (Banco do Brasil S.A. e Banco do Nordeste do Brasil S.A.) para subsidiar o crédito agrícola. Neste sentido, as práticas produtoras dos colonos que tiveram acesso ao crédito ficaram submetidas ao planejamento bancário. Este por sua vez articulado com o mercado do centro-sul do país (vendendo os momentos de intersafra), junto

com a cooperativa e os tecnocratas definiam os produtos mais propícios a serem financiados, que respondiam as demandas do mercado externo.

O capital financeiro, através do crédito agrícola estabeleceu uma relação de dependência, definindo o que plantar, quanto, quando e como. Isto veio sufocar aquela vivência do homem com a terra. Esta relação passou a ser definida segundo a lógica do "agente externo", ligado ao capital financeiro.

O ex-ribeirinho/colono para acompanhar o ritmo da irrigação precisava reformular sua concepção de trabalho, suas práticas e representações sociais, como também a forma de se relacionar com o seu universo para perceber o mínimo das estratégias e exigências de uma agricultura irrigada.

Referente à plantação, havia um calendário agrícola, definido pelo órgão financiador do crédito agrícola, junto aos tecnocratas responsáveis em definirem o tipo e a época de se plantar tal cultura. O colono executava o programa, sem poder de participação, apenas no que estava diretamente ligado à terra (ou melhor, ao processo produtivo), da mesma forma a venda.

O ex-ribeirinho solicitava o crédito agrícola, mas ficava subordinado à decisão das agências financiadoras, isto não queria dizer que ele não pudesse plantar o que lhe interessasse. O que ia permitir uma decisão seria o dinheiro disponível que

tinha para plantar por conta própria, e que permitisse pagar as dívidas com água, eletricidade, mecanização, etc., mensalmente.

Neste caso, havia uma submissão do colono ao agente financiador e aos tecnocratas, expressa em vários níveis: via o crédito agrícola com o empréstimo em dinheiro, assumindo um contrato de pagamento ao Banco, como também do aluguel das máquinas (para preparar o solo para o cultivo), na compra das sementes e adubos à cooperativa. Através da orientação técnica no aspecto da preparação do solo, plantação e cultivo do produto. Por fim a dependência à cooperativa mediante a comercialização do produto. Um colono observa essa dependência como algo prejudicial para ele:

*"Se tiver certa condição, não depender do banco, se for independente não depender do banco, você planta a hora que você quiser, na época que você imagina que a colheita vai ter um bom preço. Mas, a gente aqui infelizmente, somos dependentes do banco".*

Reconquistar essa autonomia econômica e social em relação ao órgão financiador e cooperativa e até certo ponto dos tecnocratas, necessitava de capital para investir na produtividade do seu lote. Essa situação praticamente não existia no Projeto.

É visível tanto nos discursos dos colonos, como na terra, no aspecto da produção que alguns produtos são específicos da irrigação, como: uva, melão,

tomate, melancia, manga, pimentão, cebola. Outros eram cultivados na agricultura tradicional, como: feijão-de-corda, batata, milho. Alguns muito importantes foram eliminados das atividades dos colonos e em parte do uso diário, como: macaxeira (farinha é difícil encontrar), a abóbora, etc.



Foto n. 15. O consórcio uva e batata - duas culturas diferentes

A maior transformação ocorrida no sentido produtivo aconteceu na relação entre o homem ribeirinho, a terra e o criatório. A irrigação elevou o nível de produtividade da agricultura, sufocando em

parte as outras práticas produtivas da população como vimos. Alguns ribeirinhos investiam mais no criatório para a venda, e a agricultura era direcionada para o uso cotidiano. A irrigação inverteu os papéis: o criatório quando existia em alguns lotes, apresentava-se como uma prática produtiva inferior a agricultura, servindo de reforço a manutenção de algumas necessidades do cotidiano, como suplemento alimentar, perdendo sua lógica comercial. Enquanto que a agricultura irrigada ocupava uma esfera superior e comercial.

É fundamental perceber como a irrigação visava responder a interesses de grupos externos, desconsiderando os traços cotidianos da história de vida dos camponeses de Curaçá, (ver Capítulo 2 deste estudo) uma questão prioritária para o entendimento, envolvimento, e desenvolvimento do ribeirinho na política de irrigação.

No que diz respeito à estrutura fundiária, a irrigação, ao chegar em Curaçá, se deparou com unidades produtivas caracterizadas de fazendas com uma extensão de 200 a 300 hectares de terra para cada família. E no interior de cada fazenda haviam os sítios e as roças roças dos moradores, parentes, meeiros, etc. Contudo, essa divisão das terras foi alterada. O que era fazenda, roça, sítio, foi substituído por lote com seis, sete e oito hectares e empresas rurais.



Foto n. 16. A divisão da terra depois da irrigação, através dos lotes, como mostra a foto

Um proprietário de terra (antigo ribeirinho) recuperando o passado como um tempo melhor, do ponto de vista da liberdade, das condições de trabalho e da luta pela sobrevivência, apresentou em sua fala a seguinte problemática:

*Na volta ao passado: "Só que o passado, o passado... Agora eu tô dentro de 6 hectares e no passado eu tava dentro de 200, 300 ha. Quer dizer, eu ia pro mato pegava um peba, um tatu, chupava um umbú, e hoje não, pego mais isso".*

Nessas condições, tornava-se um obstáculo para o proprietário, pensar no passado como um momento possível de ser reconquistado, pois o tempo passado

não volta totalmente, se expressa em alguns aspectos do presente. O que ocorre é que ele vai deixando suas marcas que convivem com o tempo presente. Concretamente no que diz respeito à estrutura fundiária (tanto na extensão territorial, nas divisões naturais varzante X sequeiro, na produtividade do solo, nas práticas produtivas, etc.), esses aspectos, sofreram uma intervenção profunda por parte da política de irrigação, representando, assim, um novo cenário irrigado, como se fosse uma forma de apagar o passado da memória da população ribeirinha.

Mesmo que pareça uma estratégia da política de irrigação, buscar "apagar" o passado do imaginário dos ribeirinhos, esse tempo não se reduziu apenas as práticas econômicas. Constituiu-se um modo de vida com uma trajetória social específica que se expressava a cada momento no contexto social do presente, mesmo convivendo com a irrigação. É uma questão de elaboração imaginária, de "idealização", como definiu Palmeira (1976, p. 103), estudando a "idealização" do passado na memória dos moradores da plantation tradicional: "... ao referir-se ao passado, idealiza-o. Mas essa "idealização" é mais do que a simples oposição de um sinal positivo sobre o que já foi".

Esse resgate do passado, visto em oposição ao presente (passado-bom X presente-ruim), está diretamente relacionado às condições de vida do

ribeirinho inserido na política de irrigação, ou seja, uma lembrança que contempla a questão elevando as práticas produtivas, esquecendo as outras expressões sociais. Portanto, essa referência pode variar de ano para ano e de colono para colono. Vai depender do seu "sucesso" ou não na agricultura irrigada hoje. Então essa consideração ao passado em parte assume um caráter econômico, conjuntural e individual.

Essa idealização do passado ou do presente como um tempo bom ou ruim está baseada nos resultados obtidos nas práticas econômicas dos colonos. Estas práticas estão diretamente relacionadas com a autonomia ou dependência do colono, no sentido de produzir e adquirir recursos para cobrir as despesas com a produção e a sua própria manutenção e de sua família.

Ainda em relação à propriedade da terra, outra particularidade da política de irrigação era a falta de autonomia do colono com o seu lote. Ele até o momento não detinha o registro do lote, apenas recebera o direito de ocupação do mesmo e pagava mensalmente uma taxa de ocupação que segundo informações dos colonos, era de aproximadamente NCz\$ 2.000,00 (dois mil cruzados novos) por hectare (1991).

Isso constituiu-se numa instabilidade para o colono observando pela lógica comercial do pagar, receber e ser proprietário, eles estão pagando sempre,



esperando o momento que possam dizer: sou dono, o lote é meu. Pelo que observamos, a coisa ocorre ao contrário. Muitos estão se vendo obrigados a engrossarem as fileiras daqueles expulsos pela política de irrigação da sua fazenda/sítio e agora do lote, conforme declaração:

"Só que eu não me acostumo, não me acostumo porque, como eu acabei de lhe dizer, agente tinha 200, 300 ha. de terra, e hoje tem oito, e não é nosso. Que a gente paga um aluguel, paga uma taxa de 16 mil por mês, (o valor corresponde a época em que realiza-se a pesquisa em setembro de 1991), desse seis ha. de terra. Tem mês que a gente tem, tem mês que a gente não tem, e aí fica difícil pra gente."

### 3.3 A água e a irrigação

O caminho percorrido pelo ribeirinho para buscar a água tomou outra direção, forma, dimensão. O que corria livremente no Rio São Francisco, passou a ser "objeto" de planejamento da irrigação.

Antes os ribeirinhos em sua interação com o Rio mediavam o ritmo da vida no Espaço Social de Curaçá, traçavam a dinâmica social e econômica da população ribeirinha. Com a irrigação o papel inverteu-se, os agentes sociais (colono, agroindustriais, moradores...), controlavam as águas do Rio, segundo suas necessidades, que por sua vez esse controle obedecia as regras da Codevasf.

Nesta reorganização das águas, segundo a lógica da irrigação, surgiu uma nova dinâmica da população ribeirinha. Como disse um colono:

*"A água ficou parada, a Barragem de Sobradinho, segura ela lá e ela não desce para nós".*

*"Ela não sai mais para molhar as terras nossas nas margens do Rio".*

A água, na concepção dos colonos, representava vida, pelo fato dela ser o suporte principal para a vida deles, como afirmaram: *"a água manda e desmanda no Projeto"*. Isto mesmo até nas relações anteriores à política de irrigação.

Representaria um grande esforço para os ribeirinhos, transformados em colonos, reduzir o Rio São Francisco a um simples cano, com uma quantidade insignificante de água (em relação ao volume do Rio). Isto exigiu uma racionalidade profunda, que foi de encontro a sua vivência junto ao Rio.

A água no Rio, se tornava de difícil acesso (sobretudo nas épocas das secas), dificultando, ameaçando suas vidas. Mas era livre, era uma obra da natureza. Com a irrigação as facilidades surgiram. A água foi à terra, à casa, aos animais. Todavia, ficou mais difícil, paga, calculada, segundo uma lógica externa (da irrigação).

Os ex-ribeirinhos, até mesmo os que entendiam a trajetória da água encanada, recordavam o tempo em que ela era livre, de todos, como informou um colono:

"A água era usada assim, a gente pegava, quando a Codevasf entregou pra Cotia, ela botou pra gente trabalhar de meia-noite às onze da manhã. Eu pegava meia-noite e trabalhava até às onze. Se eu quisesse ir até às cinco da tarde, ou seis da tarde, eu ia, mas muita gente não fazia esse trabalho, eu mesmo trabalhei muito de meia-noite às onze e os outros de onze às seis. Mas, o pessoal pegava mais às seis. Mas, o pessoal pegava mais às seis da manhã. Eu trabalhava até às cinco da tarde. Água tinha, água tinha, tinha água aí que vivia embrejando tudo. Hoje não, hoje mudou tudo. Hoje... a gente pegava água naquele tempo a Cotia ficou aqui, no tempo da Codevasf, você quisesse, hoje você pega só duas vezes por semana, três, quatro horas de água, só... Mas, bom mesmo era no tempo que a água corria livre, para todos."

Conforme o depoimento acima, na política de irrigação a água assumia uma lógica planejada, na qual o colono necessitava de outra racionalidade para utilizá-la.

Na verdade, pode haver diferença entre o volume de água entre lotes. Isto está relacionado ao tipo de solo, plantação, etc. Mas, além dessa compreensão técnica, fazia-se necessário uma orientação ao colono, já que existia um planejamento geral para o projeto, considerando os casos específicos. E este desnível entre os lotes que varia da capacidade do solo era um motivo de desentendimento entre eles. Isto implicava em atendimentos especiais por parte dos técnicos, do uso da água, que eles viam como privilégios.

Outro aspecto de difícil entendimento era o pagamento da água. Uma taxa normal (como a taxa urbana), paga mensalmente, como informou um colono, "A gente paga... se molhar a gente paga, se não molhar a gente paga. "

Contudo, a molhação é primordial para a produtividade do lote. No caso, sem efetuar os débitos da água, com o decorrer do tempo, isto se tornará uma forma de expulsão do colono da terra, por falta de produtividade e o aumento de débitos no projeto. Também a taxa de ocupação do lote é cobrada juntamente com água mensalmente. No quadro n. 11, a seguir analisamos:

Quadro n. 11

Débito de água dos "colonos"

Tempo/Mês	N. colonos	Valor/NCz\$
Sem dívida	09	- -
01 a 05 meses	43	4.450.209,00
06 a 12 meses	75	21.658.987,00
mais de 01 ano	141	68.516.737,54
<b>Total</b>	<b>268</b>	<b>94.625.933,54</b>

Fonte: arquivo do Distrito Irrigado de Curaçá - 1991

O quadro acima revela a situação dos colonos em débito com o projeto de irrigação. Destacamos que entre eles, apenas nove colonos não devem água, enquanto

registramos que 50 colonos devem água no Perímetro há mais de dois anos, aspecto que apontamos no quadro seguinte:

Quadro n.12

Quadro dos "colonos" que devem água há mais de dois anos

Meses	Quantidade
25	07 colonos
26	03 colonos
27	05 colonps
28	11 colonos
29	24 colonos
Total	50 colonos

Fonte: arquivo do Distrito Irrigado de Curaça - 1991

Uma questão muito discutida entre os colonos era que o Distrito baixara uma circular, definindo o prazo de 30 dias para os inadimplentes de água no perímetro acertarem seus débitos, Caso contrário, teriam suas águas cortadas, motivo este que já tinha provocado a saída de vários colonos do Projeto.

No período em que realizávamos a pesquisa de campo, presenciemos experiências relacionadas com a dívida da água, como: colonos abandonando o lote por não terem como pagar a água; outros oferecendo o lote

à venda para liquidar a dívida da água; outros envergonhados por nunca terem devido a ninguém e aqueles revoltados dizendo que não pagavam e também não abandonavam o lote, conforme registramos no diário de campo:

*"Ouvimos uma conversa de um colono com o atual gerente da cooperativa, o qual estava com um ano e meio de água atrasada, estava pagando de fevereiro até dezembro, ele encontrava na relação dos 18 que teriam cortada a água,... A proposta do gerente é ele assinar um documento para pagar toda a água em abril, o senhor não pode pagar logo janeiro e fevereiro para ajudar a gente, depois paga janeiro e fevereiro e o restante paga depois,... Colono: só ganho dinheiro no 1o. semestre, e no 2o. só perda - o segundo devo semestre, devo saber qual é a cultura que devo plantar para não ter prejuízo. O senhor vem prá semana pagar janeiro? Colono: queria pagar janeiro e fevereiro e o restante pagar de uma só vez...*

Diante dessa diversidade de situações, os tecnocratas com práticas burocráticas e até certo ponto autoritárias, não se propuseram a estudar caso por caso. Assumiram uma decisão totalitária com conseqüências trágicas para os colonos, principalmente.

A dívida da água na concepção do colono não ocorria. A grande maioria percebia as vantagens de ter "água de fácil acesso", mas não compreendia o preço tão exorbitante. É lógico, que tal entendimento exigia por parte do colono uma racionalidade que extrapolava o universo dele. Ou melhor, é diferente dos cálculos que ele elaborava para controlar a água que mantinha

suas práticas cotidianas, sobretudo também pela relação que a água assumia no seu universo antes da irrigação.

Embora fácil e próxima, a água se tornaria reduzida e distante, mediante a trajetória assumida após a irrigação, diferente daquela construída pelos ribeirinhos. A magia das bombas, dos canos, dos canais, etc., também contribuiu para redefinir as práticas sociais dos ribeirinhos que aconteciam nas margens do Rio. A utilização da água na irrigação sofreu uma modificação profunda até mais racional do que a terra, pelo fato dela se constituir o elemento primordial à política de irrigação. Continuava, porém, com a mesma representação de antes, quando os ribeirinhos diziam que ela era "a vida", continuava representando a mesma simbologia até na irrigação.

Este processo de mecanização da água que percorria um caminho diferenciado daquele criado pelos ribeirinhos, como apontamos no capítulo 2 deste estudo, foi resgatado através de fotografias, com o intuito de documentar essa trajetória, tomando como base o processo inicial que ocorre na margem do Rio ao terminal que acontece no lote do colono, como veremos nas fotos a seguir.



Foto n. 17. A margem do Rio, a presença da estação de bombeamento da água

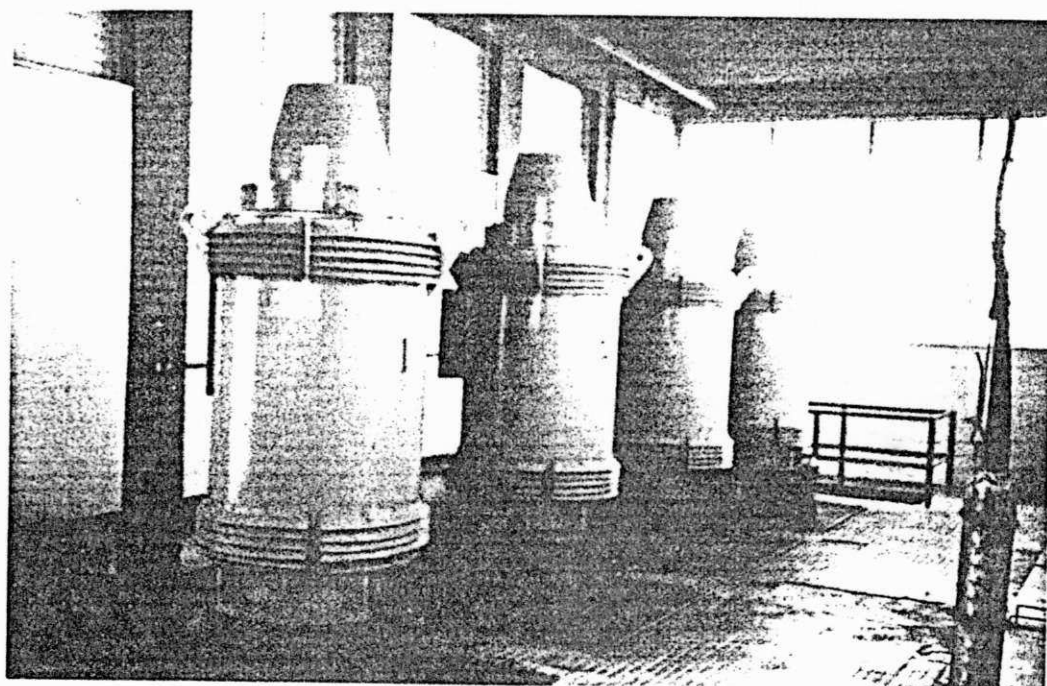


Foto n. 18. A estação de bombeamento, no plano interno



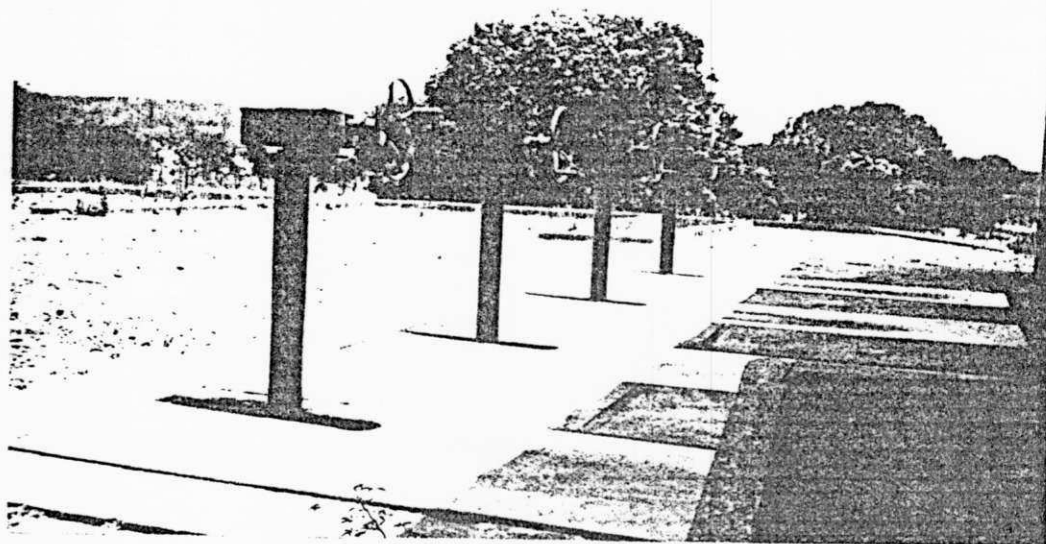


Foto n. 19. Terminais que liberam a passagem da água para as outras estações distribuídas no perímetro



Foto n. 20. Cano principal cortando a paisagem, levando água para as outras estações de bombeamento e canais



Foto n. 21. Canal principal, levando água para os canais secundários

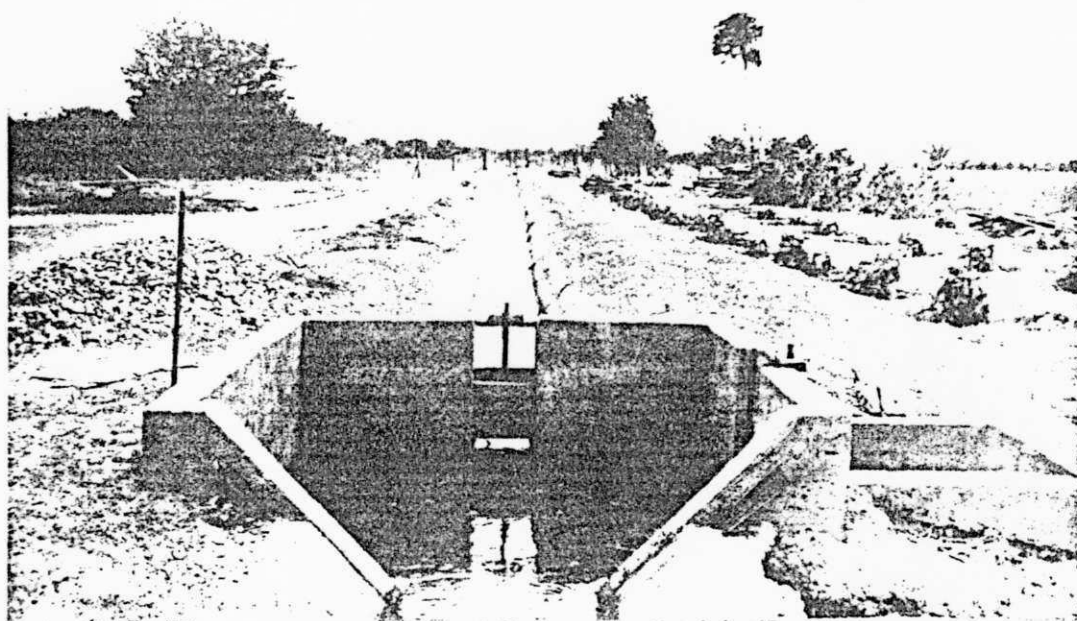


Foto n. 22. Canal secundário, no lote, destacando a comporta que controla a entrada e saída d'água

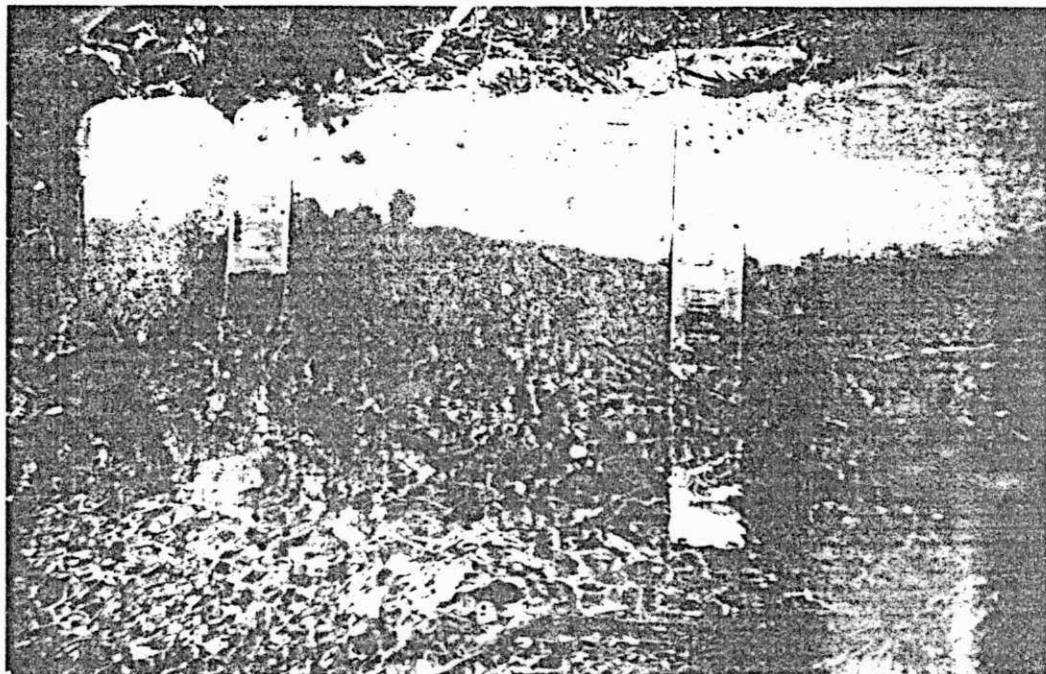


Foto n. 23. Em cada comporta há uma calha, para medir o volume de água usado

## CAPÍTULO 4

O novo e o velho em relação: uma alternativa de  
sobrevivência

#### 4.1 Formas do trabalho camponês na irrigação

Como visto, a política de irrigação foi responsável pela introdução de "elementos estranhos", relacionados ao "mundo externo", no Espaço Social de Curaçá, propiciando mudanças na dinâmica de vida dos ribeirinhos, sobretudo em relação a terra e a água.

"Elementos estranhos" constituíam todos os mecanismos incorporados no espaço, fossem aqueles relacionados com os aspectos infra estruturais como máquinas, divisão de terra em lotes, habitações, canais, etc; ou aqueles ligados diretamente a organização como a cooperativa, o sistema de crédito, a organização dos camponeses e também aqueles subjetivos que se expressavam nos discursos, nas ações dos responsáveis pela política de irrigação. Tais elementos trouxeram configurações ligadas a outras tônicas para o espaço e a vida da população ribeirinha.

A Política de Irrigação, por sua vez, carregava em seu cerne concepções e práticas diferentes das vivenciadas pelos ribeirinhos. Ocorriam aí duas vivências entre dois mundos, onde surgiam junções e contradições, perdas e ganhos - ambivalências.

Esses "elementos estranhos" a cotidianidade dos ribeirinhos representavam valores portadores de uma lógica externa mais voltada para os interesses de "agentes ocultos" aos seus modos de vida, que às vezes

não se constituíam visíveis no discurso, apesar de serem diferentes na prática. Mas, a realidade é que na "essência e aparência" diferiam do cotidiano dos habitantes ribeirinhos.

A existência desse "elementos estranhos" no Espaço Social de Curaçá significava a chegada de uma nova lógica de trabalho e relacionamento com o meio ambiente. A partir daí constatavam-se duas lógicas, uma ligada ao "mundo externo" voltado a política de irrigação e outra representando as práticas do "mundo interno" dos ribeirinhos. Percebemos então dois mundos num mesmo Espaço Social, aos quais preferimos classificar de dois tempos: mundo externo - NOVO e mundo interno - VELHO.

No que diz respeito ao mundo interno - velho, em relação às práticas de trabalho e/ou atividades produtivas, estas aconteciam através da relação direta com a terra, tomando como parâmetro o ritmo das águas. Dessa forma essas práticas de trabalho ocorriam principalmente na agricultura de vazante (via trabalho familiar) e no criatório soltos na caatinga, nas secas ou presos nos currais no período das enchentes (como demonstramos no capítulo 1).

Já o mundo externo - novo representava a política de irrigação, baseado em formas de se trabalhar a terra diferentes do mundo interno, que apresentava uma agricultura de mercado, financiada em parte pelo crédito agrícola, com necessidades de cuidados

especiais como: orientação técnica, adubos, aguação e um calendário agrícola que extrapolava os costumes daqueles habitantes ribeirinhos.

De um lado, encontravam-se os ribeirinhos com suas práticas sociais relacionadas à dinâmica do Rio São Francisco (como já destacamos anteriormente) e de outro a presença de elementos políticos econômicos e sociais referentes a política de irrigação, como: a agroindústria, a cooperativa agrícola, o capital financeiro (Banco do Brasil S.A. e Banco do Nordeste do Brasil), tecnocratas, camponeses oriundos de outras áreas com outras experiências de vida, etc.

Todos esses agentes externos se constituíam em forças que de uma forma ou de outra significavam ameaças ao estilo de vida dos antigos habitantes de Curaçá, sejam no tocante a terra, ao poder local, as práticas cotidianas, as relações com o mundo dos negócios, etc.



Foto n. 24. Placa indicando a presença da empresa Frutivale (Grupo Bradesco)



Foto n. 25. Seta apontando a existência da empresa Palmeiron



A chegada da irrigação marcou com as novas práticas que se fixaram no contexto socioespacial de Curaçá. No aspecto das práticas produtivas ocorreram mudanças no tipo do produto, na técnica de produzir, nos agentes produtores, nas práticas comerciais. Esses aspectos baseavam-se nos critérios de uma política irrigada, os quais pautavam-se em práticas diferentes das vivenciadas pela população ribeirinha. Como por exemplo: os agentes produtores eram colonos, agroindustriais, trabalhadores assalariados temporários e permanentes, todos inseridos no espaço a partir da irrigação.

A política de irrigação apresentava mecanismos que diferiam do processo de produção vivenciado na região que chamamos de velhas práticas. Mas, no que toca as práticas sociais de trabalho, percebemos a manutenção de relações de trabalho tradicionais cristalizadas na terra antes da irrigação como: o trabalho familiar e as várias formas de parcerias. Encontramos com frequência nos lotes a presença do morador.

Morador é uma categoria de trabalhador rural baseada sobretudo na mão-de-obra familiar, vinculada ao lote, sem direito de posse, com autorização de produzir na terra, assumindo o compromisso de pagamento através da meia (metade do produzido no lote) ou da terça (a terceira parte fica com o morador e as outras duas com o arrendatário-colono).

Estudos realizados na 3ª Diretoria da Codevasf na Região do Rio São Francisco, revelam a presença da parceria na política de irrigação, expressando de várias formas, como: "parceiro - sócio - menor", "parceiro administrador" e "parceiro empregado". oscilando entre o pequeno produtor e o trabalho assalariado, como apontou Graziano da Silva (1988, p. 83), "enquanto forma de transição, a parceria aparece como forma intermediária entre o trabalho relativamente autônomo do produtor mercantil independente e o trabalho cativo do assalariado". Portanto define a parceria como:

*"A parceria pode ser vista, assim, como forma de transição ao estabelecimento do trabalho assalariado em escala geral e como uma forma flexível de remuneração do trabalho, adaptável a circunstâncias específicas de organização da produção, permitindo combinar simultaneamente atividades típicas de empregado e de empregador".*

A parceria no Espaço Social de Curaçá, revelou especificidades típicas de um processo e condição de trabalho inserido numa política de irrigação, como também detectou o autor ora citado, realizando pesquisa no Perímetro Irrigado de Curaçá. As formas de parceria encontradas por nós, foram: aquelas que os moradores fixaram moradias e administravam os lotes, dividindo o lucro da produção com os colonos, como também dividiam as despesas; outros continuavam morando nas proximidades dos lotes (vilas, distritos,

idades...) e passavam os dias trabalhando nos lotes com os colonos, em determinada cultura, e neste caso os colonos assumiam as despesas com financiamentos, juros da cooperativa e o restante era dividido; outros que arrendavam partes das terras dos colonos e cultivavam suas culturas (subsistência) e pagavam com a meia ou terça; ocorria também casos extremos de colonos deixarem os lotes totalmente improdutivos, cheios de dívidas e colocarem os moradores para vigiarem e produzirem o que bem quizessem.

A irrigação introduziu no seio das relações de trabalho existentes a forma de assalariamento permanente e temporário como um movimento instável cheio de "altos e baixos" dependendo da época, ou melhor, da necessidade de tal cultura e do dinheiro do colono para contratar trabalhadores assalariados. Estas relações de trabalho, com a chegada da "irrigação" passaram a ser envolvidas direta ou indiretamente nas relações de produção específicas da região.

Esses trabalhadores assalariados permanentes, representam uma "elite minoritária", inserida nestes projetos irrigados (Curaçá), são os técnicos especializados que são funcionários públicos (colonos-lotes), privados (empresários-agroindústrias). Os temporários, são pequenos produtores, moradores, parceiros, que vendem suas forças de trabalho aos colonos/empresários nos momentos das safras. Duqué

(1991, p. 192-193), classificou esses assalariados temporários da seguinte forma:

*"Nas pequenas propriedades, o assalariamento temporário tem a feição de uma forma de ajuda mútua. O proprietário que usa eventualmente força de trabalho assalariada pretende apenas completar a mão de obra familiar, insuficiente em certas épocas; ele pode apelar por um vizinho ou parente, e ulteriormente alugar seu próprio braço ao mesmo vizinho ou parente, em circunstâncias semelhantes. Já nos casos de grandes ou médias propriedades, ou mesmo daquelas pequenas propriedades cujos donos são grandes proprietários, ou cujos donos se dedicam a culturas comerciais, o assalariamento, mesmo temporário, se assemelha mais à relação tipicamente capitalista".*

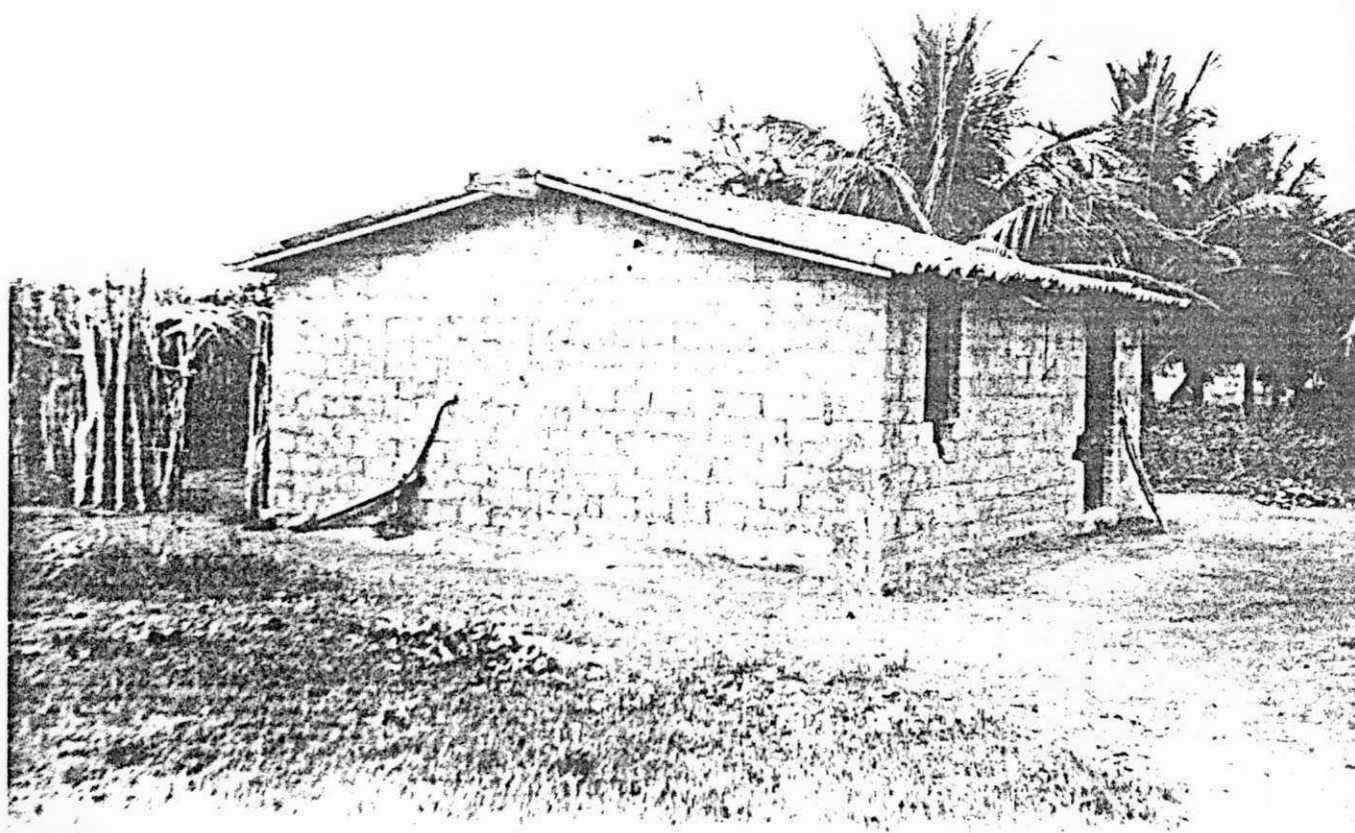


Foto n. 26. Residência localizada no lote, que serve de apoio ao colono ou de moradia para o morador



Foto n. 27. Pai e filho cultivando a videira, uma cultura permanente

Com o intuito de apontarmos, que existem correlações entre a política de irrigação e as práticas sociais de trabalho existentes culturalmente em Curaçá pela população ribeirinha, realizamos um levantamento em 204 lotes. Este levantamento tinha a finalidade de detectarmos essas práticas de trabalho tradicionais no seio das práticas irrigadas-modernas. Chegamos ao seguinte diagnóstico:

## Quadro 13

## As relações sociais de trabalho na irrigação

N. de lotes	Familiar	Moradia	Meeiro	Diarista	Arrendatário	Outros
204	130	077	063	062	003	-

O quadro acima aponta a diversidade das relações sociais de trabalho tradicionais, como: moradia, trabalho familiar, meia, diarista, arrendatário. Porém, presentes no processo de produção específico à política de irrigação.

Chamamos a atenção para a predominância do trabalho familiar, pelos seguintes motivos: o destaque que essa relação social de trabalho ocupou no diagnóstico apontado no quadro acima, indicando 130 casos num universo de 204 lotes e também pelo fato dessa categoria social de trabalho ser um critério exigido pelos representantes da política de irrigação, como pré-requisito essencial para o ribeirinho/camponês ter acesso ao lote de terra no Projeto Irrigado de Curaçá.

Constatada a existência da unidade produtiva familiar no Perímetro Irrigado de Curaçá, com relações sociais de trabalho específicas do grupo familiar, uma forma de produzir tradicional tanto nas dimensões sociais, culturais e econômicas, convivendo com o universo da política de irrigação.

Essa produção familiar, apresentava-se de forma específica com uma lógica própria, diferenciando-se de uma produção capitalizada. Soares (1981, p. 208-209) procura definir a especificidade dessa unidade de produção familiar, como sendo uma prática produtiva ligada ao grupo social-camponês, da seguinte forma:

"Quanto ao caráter da produção camponesa há consenso entre estudiosos. Trata-se do traço distintivo fundamental. As relações vividas no processo de trabalho são marcadas pela predefinição ideológica ou simbólica, isto é, pela estrutura de parentesco, pelos ditames da hierarquia, do respeito, da obediência pela regulação de direitos e deveres, pela disciplina do afeto. Além disso, a unidade produtiva é simultaneamente unidade de consumo e o cálculo econômico camponês não desagrega ganhos e despesas individuais. Os produtos consumidos e dos ganhos obtidos não são distribuídos proporcionalmente ao investimento diferencial da força de trabalho, ao menos se nos restringirmos à perspectiva sincrônica. Todo resultado da produção atende às necessidades coletivas do grupo doméstico..."

Mesmo reconhecendo este aspecto específico, do processo de trabalho familiar, Soares (id., p. 211) coloca que ela não está isolada do desenvolvimento do modo de produção capitalista, quando afirma:

"Não há como negar a convivência de formas não-capitalistas de produção com o processo de desenvolvimento capitalista. Essa convivência é fruto de convergência de ações e interesses entre agentes não-capitalistas - no que diz respeito à organização da produção familiar imediata - e formas diversas do capital. Não necessariamente, repetimos, as tradicionalmente taxadas de reacionárias por excelência."

Como apontou o autor, a unidade de produção familiar é um modo de produção que envolve relações sociais mais amplas, não apenas aquelas ditas produtivas, e sim o próprio modo de viver dos camponeses, quando afirma que: "são marcadas pela predefinição ideológica ou simbólica... estrutura do parentesco... afeto...".

Estas características da unidade de produção familiar culminam num estilo de vida e não apenas numa forma de produzir dentro das exigências de uma economia mercantil. Moura (1986, P. 69) trabalhou o conceito de camponês buscando resgatá-lo como um modo de vida que vem extrapolar a lógica do trabalho.

"(...) o conceito de camponês tem um peso que transcende a materialidade econômica da troca de mercadorias e sugere imediatamente características de sua organização social, tais como o trabalho familiar, os costumes de herança, a tradição religiosa e as formas de comportamento político. Se por um lado essas características são recortadas dialeticamente por outras provindas da classe dominante cu, mais difusivamente, do conjunto da sociedade, essa conceituação permite penetrar abertamente no espaço das superestruturas, da cultura, do modo de vida."

Pelo que podemos perceber na definição da unidade de produção familiar e o modo de vida camponês, estamos diante de uma questão política e metodológica: resgatar essa prática de trabalho e vida no contexto da política de irrigação, convivendo com uma atividade produtiva baseada nos moldes de uma economia



capitalista de produção. Neste contexto visualizamos o modo de vida dos colonos, tomando como parâmetro que muitos antes de serem colonos, foram camponeses, aprenderam a compartilhar um universo social mediante um entrelaçado de práticas sociais e o trabalho que representava um aspecto neste universo.

A unidade de produção familiar, mediante esta discussão ocupava um papel importante na formação social dos ribeirinhos/colonos percebendo-os como agentes portadores de um modo de vida específico, mesmo relacionando-se com outros padrões culturais, como no caso específico de Curaçá. Lá detectamos uma convivência entre o modo de vida dos colonos (ex-ribeirinhos e camponeses) e o projeto de irrigação, com traços evidentes de produção capitalizada.

Dessa forma a unidade familiar de produção inserida no universo de uma política de irrigação assumia dinâmicas distintas, com papéis definidos. Ora é uma mão-de-obra familiar envolvida na agricultura irrigada, correspondendo as exigências e ansiedades dos agentes externos ligados à irrigação; ora é uma agricultura de subsistência-camponesa dimensionada para o sustento socioeconômico e cultural da família camponesa.

Essa realidade enfrentada pela produção familiar e produção irrigada apresentava diversidades nas práticas sociais dos colonos, que passaram a vivenciar situações distintas como as práticas sociais

tradicionais e as modernizadoras incorporadas nos seus universos sociais.

Estudando aspectos da modernização agrícola nas relações sociais no sisal, Costa (1991, P. 88) apresenta uma análise que nos ajuda a entender a relação entre os trabalhadores novos (irrigados) e os trabalhadores velhos (camponeses) que emergem com a modernização no campo:

*"A heterogeneidade ideológica entre trabalhadores "velhos" e "novos" - nela há uma heterogeneidade temporal e social, são constituídas oposições e contradições com outros agentes sociais, mas só o movimento coletivo pode captar o que é comum a todas as propostas e o que é partilhado em todas as formas de luta e resistência."*

Com a chegada da irrigação, registrou-se um novo movimento no processo sócioeconômico e cultural na vida dos ex-ribeirinhos e nas suas relações com a terra, como colocou o autor citado acima. Surgindo mecanismos dividindo os camponeses em "velhos" e "novos trabalhadores. Isto se constituiu em formas diferenciadas, que ora legitimavam as velhas relações como necessárias e ora desarticulavam considerando-as antiquadas. Além de interferir no mundo do trabalho, trouxe implicações profundas na história de vida dos colonos, como nos aponta Costa (1991, p. 83).

*"Identities diversas estão sendo destruídas e construídas, em um percurso cheio de contradições. Transformações técnicas,*

econômicas e sociais levaram à segmentação da categoria, tornando-se complexa interna e nas relações de classe."

Surtem, portanto, diversas práticas de trabalho na dinâmica produtiva da produção familiar, inseridas no Espaço Social de Curaçá. O que nos chamou a atenção foi a relação de dois mundos com lógicas distintas e concepções próprias de produzir e se reproduzir na terra, convivendo nas práticas cotidianas dos colonos. Mas entendemos que essas lógicas diferenciadas e articuladas não caminham no sentido da eliminação absoluta de uma em função da outra (familiar X irrigada) e sim num movimento inserido a lógica cotidiana dos colonos que incorporavam uma análise de fatores referentes a esses dois tempos (NOVO X VELHO).

Tomamos como exemplo a dinâmica que Lorza (1991, p. 36) estudou ao observar a relação entre o trabalho familiar e a política de irrigação:

"... A produção familiar no Perímetro Irrigado de Sumé PB, assume, por um lado, uma forma especial de produção de mercadorias; Por outro lado a família garante ou deve garantir suas próprias condições de subsistência. Como elemento importante, indicamos que de fato esta unidade produtiva mantém as características tradicionais da divisão do trabalho da família camponesa, com condições de maior exploração, como iremos encontrar no desenvolvimento do trabalho".

A produção familiar apresentava-se de forma limitada no contexto da política de irrigação.

Conseqüentemente percebíamos a manutenção daquelas relações sociais de trabalho tradicionais, convivendo com as novas relações consideradas modernas. Portanto, direcionamos nossa análise no trabalho familiar, com a preocupação de evidenciar que no contexto da agricultura irrigada reside uma lógica de coparticipação entre o "velho" e o "novo". Esta convivência entre estes dois cotidianos diferenciados faz parte da própria estratégia de manutenção da política de irrigação, como nos mostra Graziano et al. (1988, p. 79):

*"A irrigação por si só não é capaz de impor um sistema de agricultura mecanizada com base no trabalho assalariado... Em outros termos, a irrigação não é sinônimo de mecanização".*

Na dinâmica da política de irrigação ocorrem relações de trabalho com praticas "tradicionais" e "modernas" de formas articuladas. Portanto, a terminologia "novo" e "velho" apresentada antagonicamente não responde ao diagnóstico resgatado por nós no Espaço Social de Curaçá.

A partir do momento que ambas as condições de trabalho (novas e velhas) se entrelaçam no conjunto das práticas sociais dos colonos, o produto do trabalho é o resultado de conhecimentos e práticas dos colonos que convivem com as duas dinâmicas sociais, nas quais eles estabelecem uma relação com o Espaço

Social - terra em busca da sobrevivência, seja antes ou depois da irrigação.

#### 4.2 O Criatório: uma volta ao passado



Foto n. 28. O criatório solto na caatinga ou área de sequeiro

A estruturação do projeto de irrigação incorporado ao Espaço Social de Curaçá, introduziu instrumentos modernos específicos ao desenvolvimento da agricultura irrigada, voltada para abastecer as necessidades econômicas do mercado regional, e interregional internacional e, em segundo plano, o mercado local, proporcionando um desenvolvimento da

agricultura irrigada e praticamente a eliminação do criatório.

O criatório passou a existir em escala reduzida, em alguns lotes, sem a expressão econômica que detinha no passado. Sua finalidade limitava-se a complementação da renda e da alimentação da unidade familiar. Sendo assim, vista como um tipo de reserva econômica, suprimindo os momentos de maiores dificuldades na vida do colono e na sua terra.

Antes da política de irrigação, o criatório ocupava como atividade econômica um espaço predominante na região Sanfranciscana. E em Curaçá sobretudo pelo fato dela representar uma atividade produtiva mais adaptada a dinâmica da natureza, de clima semi-árido, com expressiva vegetação de caatinga. Se bem que pertencia sobretudo aos fazendeiros enquanto os outros moradores das margens viviam mais do trabalho com a agricultura.

O desenvolvimento do criatório também estava relacionado a fatores históricos oriundos da ocupação do sertão, que muito influenciou através da formação das fazendas e como consequência toda a vida sociocultural que desencadeou em função destas. Andrade (1986, p. 162) aborda a vida econômica do sertão, chamando a atenção para a pecuária:

"... O sertão mais "ilhado", mais afastado dos progressos que se faziam na região mais desenvolvida, também as áreas úmidas mais

*favoráveis à atividade agrícola constituem uma pequena parte da superfície total, contrário ao Agreste Agro-pecuário. A pecuária é hoje, como foi no passado, a grande riqueza do sertão, apresentando-se ora como atividade econômica quase exclusiva... nas margens dos principais rios como o São Francisco".*

A reflexão apresentada pelo autor vem contribuir no sentido de mostrar a importância histórica dessa cultura (pecuária) na região sertaneja que se constituiu numa atividade com características socioeconômicas marcando a história de vida dos sertanejos envolvidos e deixando marcas fortes registradas na configuração do espaço regional. Todavia a política de irrigação não considerou essa vocação enraizada na cultura e nas práticas produtivas daqueles ribeirinhos de Curaçá.

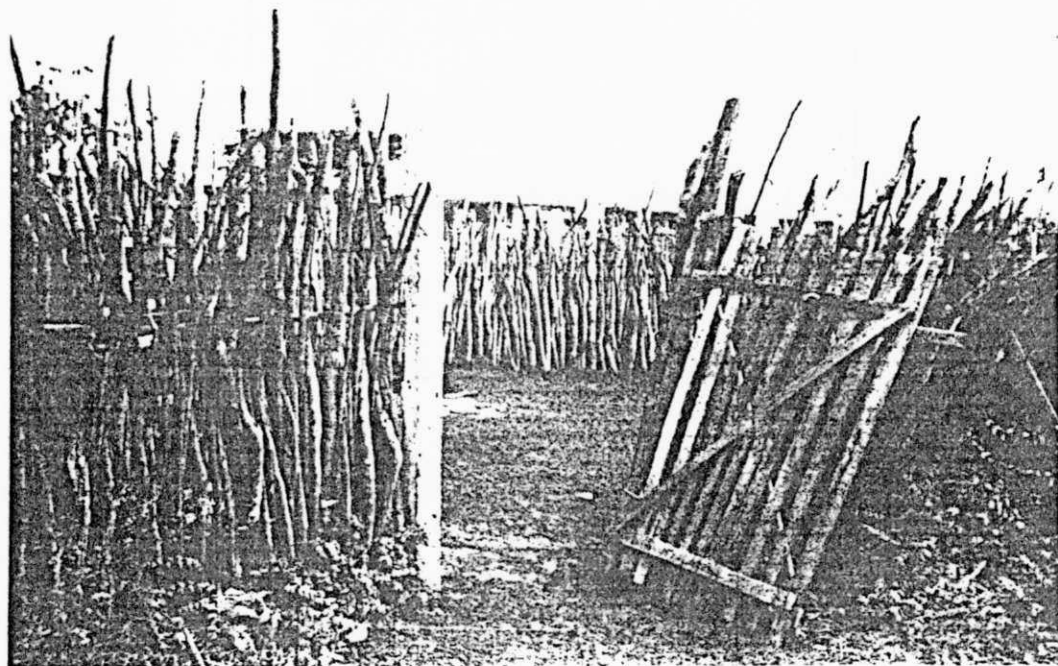


Foto n. 29. O curral uma representação social do trabalho ligado ao criatório, presente no espaço

Nos últimos anos o quadro está se revertendo, apesar dos grandes investimentos direcionados à agricultura irrigada, assistimos uma certa redução desta nos lotes dos colonos, enquanto que os agroindustriais se desenvolvem e o ressurgimento do criatório de forma expansiva, como se fosse uma "volta ao passado". O criatório em alguns lotes surge como uma alternativa de sobrevivência dos colonos, no sentido de responder as necessidades da reprodução física e social da família e também a permanência na terra como podemos ver na fala de um colono:

" ... A maioria desses que tã indo embora, eles queriam viver só do que produziam. Eu mesmo não tô vivendo mais da irrigação do lote. Eu fui obrigado a criar umas galinhas, criar uns porcos, criar umas ovelhas, criar uma vaca prá mim poder sobreviver por aqui. Não sei, sei é porque eu sou filho daqui, gosto daqui, não tenho prá onde ir. Então fui obrigado a mudar. No meu lote não tenho nada plantado, só tenho umas fruteiras. E tudo seca lá, tudo morrendo de sede, como você passou lá e viu, uma coisa assim como quem tá abandonado".

Na fala acima e nos contactos que tivemos oportunidade de vivenciar com esse colono e sua família, que reflete a situação de tantos outros, até pelo fato dele ter nos hospedado durante a pesquisa, motivo que nos possibilitou detectar que ele era um excelente produtor, inclusive conseguiu entender, em parte, a lógica da agricultura irrigada, chegando a ocupar cargo de direção na Cooperativa do Perímetro,



etc. Mas, como deu para averiguarmos, para ele recuperar o criatório significava conseguir manter o sustento de sua família e permanecer na terra e voltar a estabelecer relações comerciais, coisa que a agricultura não estava proporcionando mais, neste caso a agricultura irrigada foi praticamente abandonada pelo colono. Outros depoimentos nos ajudaram a entender melhor esse processo:

*"Estou cercando o lote e criando ovelhas, vendi 80 e tenho 40, ela reproduz duas, três vezes ao ano e às vezes até de três filhotes".*

*"Tô com umas galinhas na roça. Agora cabra não, pretendo criar pelo menos ovelha porque aqui não dá pra gente sobreviver só da roça".*

Investir no criatório foi possível para alguns colonos, como uma saída de sobrevivência socioeconômica e cultural. Social quando essa prática econômica se constituiu um elemento que respondia as necessidades da família e como resultado disso a manutenção do grupo social-familiar; econômico no sentido dessa atividade significar um veículo que atendia as necessidades do grupo e também a relação dessa com o mercado local (Juazeiro-BA).

Nas representações dos colonos isto tinha um significado, criando um elo entre seu mundo com o mundo dos negócios. E pela ótica cultural recuperava uma prática cotidiana hereditária que representava seu saber, que foi em parte suprimido pela política de

irrigação. Seria a busca de uma identidade quase esquecida, Costa (id. p. 82) detectou que voltar ao passado, constitui-se um passo para reconquistar sua identidade de forma articulada:

*"A referência que os trabalhadores fazem ao passado é, antes de mais nada, uma forma de pensar e questionar o presente. O elo entre esses dois tempos é constituído sobre certos interesses específicos, forjados em experiências e costumes comuns e em confrontos e conflitos com outros interesses. O passado é um meio de expressar o presente - a referência ao passado articula uma identidade, que passa a ser partilhada".*

Para os colonos a volta ao passado representava objetivamente um reencontro com sua história de vida individual/grupal e regional e também a busca de sua autonomia, podendo trabalhar segundo seus conhecimentos e dinâmicas, que diferenciam da lógica formal legitimada pela agricultura irrigada. Sigaud (1979, p. 123) analisa esse passado na ideologia dos camponeses da seguinte forma:

*"... importante reter de toda essa idealização do passado por parte do trabalhador quando o seu discurso está referido à privação do presente é o fato de que ela evoca um tempo em que, na representação do trabalhador, o campo de alternativas era maior. Por outro lado, remete também a uma representação do presente que indica que o trabalhador vive suas condições atuais como um cativo, como se estivesse mais preso ao proprietário do que antes dos direitos".*

Para os colonos de Curaçá, voltar ao passado significava se livrar das exigências da agricultura

irrigada que os colocavam na condição de "subjugados", "devedores", "desinformados", "burros", etc., frente a um corpo de instituições e técnicos detentores do saber-poder que escapava ao seu controle de vida.

A lógica norteadora de cultivo de uma cultura irrigada era elaborada mediante parecer técnico e repassado de forma "vertical" ao colono. Esta proposta de cultivar tal cultura requeria um encaminhamento diferente das executadas pelos colonos em suas atividades antes da irrigação.

Produzir, segundo a orientação da política de irrigação, representava subordina-se as normas e técnicas que estão desde o contrato para adquirir o crédito agrícola, passando pela preparação do solo, plantação, águação, cultivo, armazenamento, contratos comerciais e venda. Procedimentos que extrapolam o cotidiano dos colonos (em relação ao processo produtivo).

No passado, o colono detinha conhecimento do processo de trabalho que realizava. Ou melhor, ele planejava, executava e definia os rumos dos produtos. Na irrigação, ele perde o controle dos produtos, desde o tipo de produto até a venda. Esta decisão compete aos tecnocratas ligados a política de irrigação, revelando-se nesta ação a hegemonia do saber técnico frente ao saber dos colonos.

Mediante a simbologia que incorpora o saber dos ex-ribeirinhos, representando a sua história de vida, seu passado, sua relação com a terra se configurou em seu Espaço Social. Com a irrigação tudo isso passou a ser "rotulado" de velho, perdendo um pouco sua configuração no Espaço Social e nas práticas cotidianas dos mesmos, em função de outro saber, considerando novo e científico: o saber técnico.

Verificamos aí um impasse, um confronto entre duas lógicas, uma da população ribeirinha embasada numa sabedoria histórica e popular e outra da política de irrigação moldada aos padrões de um pensamento modernizador, sem historicidade no espaço, mas respondendo a interesses de agentes externos ligados a política de irrigação.

Em relação aos dois saberes (camponês X técnico), Grzybowski (1937) discute essa idéia mostrando que o saber camponês é a "parte da sua cultura e instrumento na elaboração de sua identidade social" e aborda que a introdução de práticas modernizadoras no campo, ocorre via a dominação do saber-técnico, buscando "diferenciar, subordinar e expropriar" os camponeses dos seus valores.

Procurando construir uma concepção de trabalho que resgate a importância desses dois saberes no processo de desenvolvimento da agricultura, tomando como referência as práticas dos camponeses e os novos métodos de trabalho dos técnicos, Grzybowski aponta a

seguinte reflexão, na qual indica uma saída via a criação de uma tecnologia alternativa.<sup>6</sup>

*"Um processo de busca de tecnologia alternativa para camponeses a diferença dos saberes que se confrontam - do técnico e dos camponeses - em termos de lógica, de constituição e de estruturação, de práticas que comportam, deve ser levada em conta para se definir a metodologia possível e necessária. Sem dúvida, os dois tipos de conhecimentos são importantes e deveriam ser considerados conjuntamente."*

A forma como o autor aponta como saída para se criar um desenvolvimento agrário, considerando os saberes (camponês X técnico) como algo indispensável na execução e desenvolvimento do trabalho, representa um saldo qualitativo no sentido de introduzir relações socializantes no campo, onde os camponeses não serão considerados incapazes de entender a lógica da modernidade.

A divisão do saber técnico e o saber dos colonos, reproduz uma discussão pautada na separação entre o saber intelectual-abstrato (técnico) e o saber popular-concreto (manual). Em Curaçá esta distinção acarretou problema de entendimento por parte dos tecnocratas e dos colonos, como: o uso correto do

---

<sup>6</sup> A respeito dessa questão tecnológica, sugerimos a leitura da dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia Rural, Campina Grande-Pb, 1992, por MORAES, Maria Dione Carvalho de, intitulada Organizações Não-governamentais e campesinato: Novas alianças políticas no campo tecnológico. Na qual, traça um estudo que define a "Tecnologia Moderna - Tecnologia Tradicional - Tecnologia Alternativa." E aponta esta última como uma estratégia de "subversão e resistência" dos camponeses. (p. 15-76).

adubo da planta, a utilização exata da água, a participação nas reuniões, a consciência dos jurros no caso do contrato de venda pela cooperativa, a importância de evitar o atravessador... Esta falta de diálogo impossibilitou um melhor desempenho do trabalho.

A ausência desse relacionamento entre o conhecimento técnico com o conhecimento camponês acarretou os problemas detectados por Rodrigues (1986, p. 55):

*"A introdução da tecnologia moderna impôs mudanças na divisão do trabalho, misturando critérios naturais de divisão, como a capacidade e o treinamento. Isto quer dizer, também, divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. A intermediação da tecnologia, quebrando a unidade entre o trabalhador e as condições materiais de seu trabalho, quebrou a unidade, o trabalho e o conhecimento; e separou o conhecimento que é produzido pela unidade familiar, enquanto unidade produtiva e unidade social.*

A prática incorporada no Espaço Social de Curaçá pela política de irrigação veio legitimar os interesses e valores da modernização, refletindo numa divisão entre dois mundos, com dinâmicas e práticas antagônicas, o saber camponês de um lado "marginalmente" taxado de arcaico e improdutivo e por outro o conhecimento técnico instituído como moderno, eficiente, produtivo, etc.

A partir deste cenário cheio de diversidades e contradições, as práticas tradicionais tendiam a ser eliminadas em função de novas práticas consideradas modernas que visavam a expansão e fixação de novas formas de produção no campo (capitalistas).

A dinâmica social mostrava-nos diferenciações e impactos culminando numa disputa permanente entre essas duas lógicas antagônicas, por natureza e socioeconômica e politicamente com projetos diferenciados (uma representando os interesses dos colonos e outra dos agentes envolvidos na irrigação).

Sendo assim, existiam propostas por parte dos colonos, buscando apresentar alternativas de manutenção e produção na terra, enquanto trabalhador e enquanto grupo social-familiar.

Era sob essa tônica que o velho se fortalecia sobretudo através do criatório e da agricultura de subsistência, como um projeto desafiador à política de irrigação. Pois isso abria espaço para se avaliar a lógica desta, que através de uma prática moderna-verticalista não criava mecanismos de fixar o homem-ribeirinho na terra. E o grande entrave disso tinha origem na ausência de uma proposta de trabalho por parte da política de irrigação e técnicos que se preocupassem com a mediação entre os dois mundos com práticas diferenciadas e complementares.

Em contrapartida as agroindústrias não enfrentavam esse problema, se desenvolvendo de forma

acelerada e adaptada no ritmo e exigência da política de irrigação. Isto nos levou a pensar que a política de irrigação deveria repensar o slogan que dizia: fixar o homem no campo, que homem? ribeirinho (camponês) ou agroindustrial?

Rebuscar de forma atuante as práticas do passado se constituiu para alguns colonos de Curaçá uma saída de substituir a agricultura comercial irrigada pelo criatório, (como revelaram as falas dos colonos).

O criatório enfrentava vários processos, que levavam a expansão dessa prática tradicional de trabalho no Perímetro Irrigado de Curaçá como em alguns lotes é uma cultura substituindo a outra paulatinamente; em outros já se cristalizava a predominação do criatório em relação a agricultura irrigada e em outros a agricultura irrigada continuava predominando (salientando que essa situação representa a minoria sucedida que não se identificava com os outros colonos, eram os líderes que assumiam o discurso da política de irrigação e ocupam cargo nas instituições organizativas e financeiras, são remunerados para isso).

Nos casos, onde o criatório eliminou quase totalmente a agricultura irrigada, as marcas da política de irrigação se constituiu em elementos visíveis, presentes, sobretudo quando nos referimos a reorganização espacial erguida por esta no Espaço Social de Curaçá, culminando numa nova configuração



espacial em várias dimensões, no aspecto da divisão das terras, no acesso à água, nas práticas econômicas, na cultura.

Isto levava os colonos a executarem atividades econômicas voltadas para o criatório, usufruindo da estrutura instalada especificamente para o desenvolvimento da política de irrigação. Presenciamos em Curaçá uma realidade diferente, onde o criatório não assumia mais os traços de uma cultura "livre" solta na caatinga como era do passado. E sim delimitada aos limites dos lotes e ao ritmo da água controlada pela lógica funcional da política de irrigação. Será um criatório irrigado?



Foto n. 30. Criatório solto no lote

Neste processo exposto, buscamos resgatar os traços da realidade estudada. Detectamos as práticas relacionadas ao passado dos colonos - "velhas" e as práticas modernas voltadas à política de irrigação - "novas". Percebemos que as "velhas" e "novas" práticas sociais constituíam realidades que em determinadas situações se juntavam na luta pela manutenção dos colonos na terra. Aliás foi o caminho estratégico encontrado por eles, como forma de resistência e reprodução na terra enquanto categoria de trabalhador e grupo social. Mas isto se configurava num problema para a política de irrigação.

Certamente, se os colonos não aplicassem seus canais de organização, como reunião por área para discutir problemas e se prepararem para as assembleias, eleições, discutir o crédito, etc. eles poderiam sofrer medidas bruscas tomadas pelos agentes sociais envolvidos no gerenciamento da política de irrigação no Espaço Social de Curaçá, como forma de ampliar o controle sobre a administração do Perímetro e dos colonos.

Um reflexo dessa disputa de poder entre os colonos e empresários emergiu, oficialmente, em 1991, com a criação do Distrito Irrigado de Curaçá, que veio reduzir o espaço de participação dos colonos no gerenciamento da Cooperativa.

A Cooperativa Agrícola do Perímetro Irrigado de Curaçá (Campic) era um órgão administrado pelos

colonos, que lhes possibilitava assumirem um papel administrativo e político nas decisões do Perímetro, representado fundamentalmente por colonos e tecnocratas (anexo 5).

Com a criação do Distrito, a Cooperativa assumiu questões ligadas à produção e comercialização dos produtos e ele ocupou os lugares administrativo e político. Como podemos vislumbrar, na composição do Conselho Administrativo do Distrito Irrigado de Curaçá uma grande representação dos empresários (anexo 6).

Neste sentido, os empresários do Perímetro Irrigado de Curaçá assumiram o controle do Perímetro. Isto representou mais um passo para o enfraquecimento dos colonos mediante o fortalecimento dos empresários. Diante desta perda por parte dos colonos, questionamos: quais os canais que eles apontam que os sustentam na terra, já que estão perdendo, o controle administrativo do Perímetro? Uma saída encontrada foi investir na produtividade do lote, via o criatório, culturas permanentes, culturas de subsistência, etc.

#### 4.3 Culturas permanentes: uma proposta de valorização da terra

A cultura permanente de modo concreto significava a plantação de fruteiras, que oferecia uma série de vantagens para a terra e o colono, como: arborização

da área, propiciar recurso alimentar a longo prazo, contribuir na valorização da terra, etc.

Neste sentido percebemos que as culturas permanentes se apresentavam como uma atividade produtiva de longa vida, que possibilitavam um complemento alimentar para o colono e uma valorização do lote em termos de produtividade e nos casos de venda.

Depoimentos de diversos colonos afirmam que os próprios técnicos da Codevasf, distribuíram mudas de várias fruteiras para eles plantarem nos lotes. Mas, a maioria dos colonos não investiu nas culturas permanentes, logo, na implementação do projeto de irrigação.

A cultura permanente, na verdade, era uma atividade realmente nova para os colonos de Curaçá. Antes da irrigação eles não conviviam com essa atividade de trabalho, apresentando uma dinâmica produtiva específica e com conhecimentos e práticas sociais peculiares.

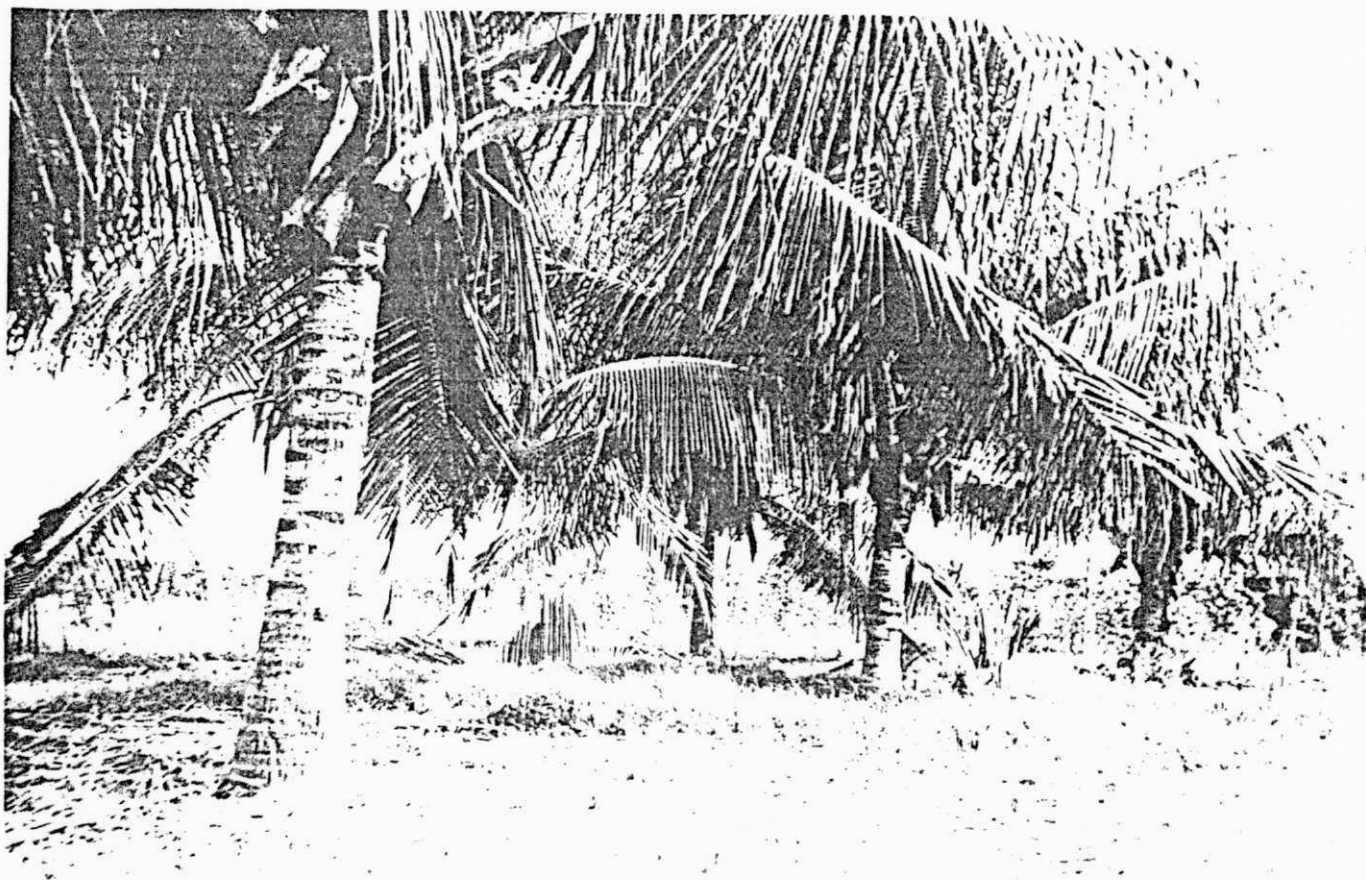


Foto n. 31. Plantação de coqueiros, uma cultura permanente

Um motivo que contribuiu à falta de motivação e aceitação por parte dos colonos pela cultura permanente, relacionava-se a um elemento produtivo novo que fugia da sua lógica de trabalho e de vida. Mas, outro aspecto que merecia destaque seria a lógica do "imediatismo" que essa cultura extrapolava, pois são culturas que possibilitavam lucros a longo prazo e para os colonos teria mais vantagens dedicarem-se àquelas culturas que ofertassem uma renda imediata, no caso as culturas irrigadas.

Outro aspecto está relacionado ao poder aquisitivo dos colonos. Pelo motivo das culturas permanentes necessitarem de um capital inicial para o

seu cultivo e desenvolvimento, mesmo com o incentivo da Codevasf ofertando as mudas. Elas representavam uma reserva para o futuro e não uma cultura que resolvesse as necessidades do presente.

Buscando desvendar os elementos que não possibilitaram o desempenho em grande escala dessa cultura no Espaço Social de Curaçá, além dos motivos elencados acima, chamamos a atenção para o aspecto da diferenciação que essa cultura criou no meio dos colonos, pelo fato dela estar mais voltada para uma lógica produtiva que necessitava de um investimento especial e os resultados dessa cultura podiam variar entre anos. Quer dizer: os colonos que detinham uma reserva em dinheiro, faziam esse investimento, pois isto contribuía na valorização do lote, alimentação da família. E os despossuídos de dinheiro não podiam se envolver com essa cultura em grande escala.

No Espaço Social de Curaçá, nos últimos anos (90), grande parte dos colonos despertaram também para o desenvolvimento da cultura permanente, como uma estratégia de valorização e manutenção da família no lote.

Mas, outra explicação que levava a procura dos colonos pela cultura permanente, passava pelo descrédito, por parte dos colonos, que vinham sofrendo as culturas irrigadas no projeto, contribuindo com a saída deles da terra e também a desvalorização do lote.

As mudas ainda hoje são oferecidas pela Codevasf, e a orientação técnica para viabilizar essa atividade está sob a responsabilidade da Campic, que criou a U.O.D. (Unidade Operacional Demonstrativo), um lote destinado ao cultivo dessas mudas de culturas permanentes que eram cedidas aos colonos, como também serviam de espaço de orientação técnica e prática. As principais espécies: mangueiras, goiabeiras, videiras, coqueiros, limoeiros, e outras, como podemos observar nas fotos abaixo:



Foto n. 32. Visão de parte externa da U.O.D - onde se fazem os experimentos de videiras



Foto n. 33. Plantação de goiabeiras - cultura permanente

No que se refere as práticas sociais de trabalho, a cultura permanente envolvia mais os trabalhadores assalariados (que vendiam suas forças de trabalho nos momentos das safras) e a mão-de-obra familiar que cuidava do desenvolvimento da cultura.

Salientamos que o desenvolvimento dessa cultura em grande escala provocava paralelamente um aumento de mão-de-obra desempregada na região. Eram aqueles camponeses sem terra que habitavam nas cidades, povoados ou nos lotes como moradores e trabalhavam nas culturas irrigadas. Então, com o processo de redução da cultura irrigada e o aumento da cultura permanente ocorria uma diminuição na oferta de trabalho e como



conseqüência o aumento de desempregados na região (como vimos no primeiro capítulo).

As culturas permanentes mais procuradas em Curaçá pelos colonos eram as mangueiras, coqueiros, goiabeiras, videiras. Fruteiras novas no contexto regional que podiam propiciar um bom rendimento para eles. O que observamos foi a inexistência de uma política de orientação no sentido de capacitá-los para entender a lógica produtiva dessa cultura e sua dimensão comercial. Já que a orientação ocorria mais no sentido técnico voltado para o cultivo. Em muitos casos eles realizavam as transações comerciais via a figura do atravessador que obtinha lucros, fazendo a mediação entre o produto e o mercado.

Para o atravessador, a venda oferecia uma renda que significava em muitos casos um lucro mais representativo do que para o colono, pelo fato desse agente social atuar profissionalmente articulado com as práticas financeiras do mundo do comércio.

Segundo depoimento de um colono, reproduzido por nós, outra vantagem dessa cultura permanente se constituiu na redução dos incrementos agrícolas e do crédito rural, tornando-a mais acessível que as culturas irrigáveis para os colonos. Portanto, para ele essa cultura representava uma alternativa de sobrevivência e de questionamento do papel assumido pela política de irrigação na região:

"Hoje nós planta quase nada. Nós tamos plantando um feijão, assim do mês de abril até o mês de junho. E hoje o Perímetro de Curaçá é a única coisa que a gente pode usar que dá, é plantar fruteiras, mas outras, melão, melancia, é plantar prá perder".

"A gente gasta muito com veneno, com adubo, com essas coisas, com mão-de-obra não temos mais condições. Tem que plantar mesmo é fruteira, se quiser sobreviver".

Tomando como parâmetro a relação entre os conhecimentos novos e velhos, analisamos que a cultura permanente representava uma atividade econômica essencialmente nova no Espaço Social de Curaçá, sobretudo pelo motivo dela representar uma prática socioeconômica introduzida após a irrigação.

A existência da cultura permanente no Espaço Social de Curaçá está restritamente relacionada com a política de irrigação. Então no marco temporal e espacial elas se configurariam em elementos novos, ou seja, do novo tempo. No entanto sua aceitação se constituía um fenômeno recente na prática dos colonos de Curaçá, aflorando nos últimos anos como prática econômica, substituindo a cultura irrigada, sendo, pois, uma saída de reprodução da família e da terra.

#### 4.4 Culturas de subsistência e a manutenção do cotidiano camponês.



Foto n. 34. Plantação de milho, uma cultura de subsistência

As formas de trabalho instituídas no Espaço Social de Curaçá, que caracterizamos de culturas de subsistência, objetivamente são práticas sociais relacionadas ao passado, e que ainda estão ligadas à população ribeirinha e aos camponeses e que funcionavam paralelamente à margem da cultura irrigada. Como se organizasse uma dinâmica econômica à margem da produção irrigada. Apesar de ocuparem o mesmo Espaço Social, apresentavam aspectos diferenciados, tanto no tipo de cultura, na forma de trabalhar, no cultivo, no uso do produto, etc.

Um aspecto que unia essas culturas estava relacionado à infra-estrutura criada pela política de irrigação que servia de base à funcionalidade de ambas as culturas, seja irrigada ou a de subsistência.

Contudo, essa agricultura de subsistência estava voltada diretamente para o sustento familiar, ou melhor, para o dia-a-dia da família, enquanto que a irrigada era dimensionada para o mercado, comércio.

Constatadas essas duas formas sociais de produção, onde uma respondia a lógica interna da unidade familiar de produção e a outra a lógica externa das relações comerciais, essa segunda extrapolava o universo das relações dos colonos, buscando corresponder às exigências do mercado externo. Neste sentido registramos duas formas de cultivar a agricultura, uma direcionada para as relações comerciais e outra para o consumo familiar.

Com base nesta diferenciação entre as duas práticas produtivas (agricultura de comércio X agricultura de consumo), destacamos que mesmo havendo distinções entre duas atividades de trabalho, sobretudo pelo fato da agricultura de comércio estar diretamente envolvida numa política agrícola, com incentivos financeiros, ocupando maiores parcelas produtivas, assumindo com isso um papel preponderante no Espaço Social. Enquanto a agricultura de consumo, ocupava um espaço mesmo que reduzido no contexto

produtivo do Perímetro, sem os investimentos devidos para uma boa produtividade.

Percebemos que ocorreram relações entre as duas, mesmo que implicitamente, mas com uma importância para ambas, no aspecto da agricultura irrigada ela assumia um papel que permitia a introdução de outros valores na vida dos colonos, como as articulações com o mundo externo através de agentes financeiros, cooperativa agrícola, mercado, etc. Enquanto a agricultura de consumo estava diretamente voltada à base alimentar familiar do colono.

A agricultura de subsistência assumia no contexto da lógica externa, uma escala marginal, mas no aspecto interno ela era a principal responsável pela reprodução do colono, até pelo fato de representar uma atividade cultural, que estava impregnada nos costumes, nos hábitos alimentares, por fim na cultura dos mesmos.

Analisando o significado dessas culturas de subsistência no universo camponês, Garcia Jr. (1983, p. 128) reflete a relação entre essas duas atividades culturais de produção:

"A explicação da predominância das "lavouras de subsistência" no roçado está na própria dificuldade de se obter o necessário ao consumo familiar, segundo os padrões socialmente estabelecidos. Em outras palavras, a razão está na reprodução ameaçada do grupo doméstico enquanto pequeno produtor independente. Com "lavouras de subsistências", ele pode garantir diretamente uma faixa fundamental do consumo

familiar. Com as "lavouras comerciais", ele teria que realizar o valor de sua produção vendendo-a e, com o dinheiro assim obtido, adquirir os produtos necessários ao consumo familiar".

Torna-se pertinente atentarmos à seguinte questão: o resultado do trabalho realizado na agricultura de comércio, fugia do controle dos colonos, ele dependia da lógica comercial externa, apontando uma dinâmica baseada num outro ritmo, que fugia dos seus conhecimentos. Isto traduz-se em inseguranças e incertezas que poderão implicar em ganhos ou perdas para os mesmos. Já a agricultura de consumo se constituiu algo concreto sob o controle direto dos colonos, também não estava fora do risco de ganhar ou perder. Mas simbolicamente não dependeu de decisões ligadas a agentes externos. O colono, controlava a agricultura de consumo mesmo arcando com os prejuízos ou as vantagens. Isto na sua concepção representava autonomia e liberdade em poder "tocar seu rumo" e não ficar subjugado à política de irrigação, mercado externo e agentes financiadores.

Neste sentido a agricultura de consumo representava a continuidade das práticas de segmento da população ribeirinha radicalizada no Espaço Social de Curaça. No aspecto do trabalho, ela era uma atividade que envolvia a mão-de-obra familiar; enquanto a agricultura de comércio necessitava sobretudo de mão-de-obra assalariada.

No aspecto das práticas culturais, a agricultura de consumo reforçava as práticas culturais tradicionais herdadas na região e se tornava um veículo de manutenção da identidade do Espaço Social, como também se constituía um complemento básico ao desenvolvimento da agricultura de comércio. Pelo fato óbvio dela manter o cotidiano do colono, ou seja, ela se traduzia na energia física e mental do colono para ele manter-se produzindo e reproduzindo, enquanto trabalhador e grupo social.

Quando os colonos buscavam investir nestas culturas de subsistências (consumo), eles estavam recuperando os aspectos culturais registrados em suas histórias de vida, em parte sufocados e subordinados à política de irrigação. Logo ela procurava sanar os problemas do imediatismo, do dia-a-dia, coisa que a política da irrigação não se preocupava, pelo fato de cultivar culturas de médio prazo e voltadas prioritariamente à dinâmica do mercado externo.

Dessa forma, quando os colonos lutavam para superar as necessidades do cotidiano, eles implementavam no Espaço Social de Curaçá, lado às culturas irrigadas, as práticas sociais de trabalho relacionadas às culturas do passado, como: o feijão, a batata, a macaxeira, etc, básicas à sua dieta alimentar.

Desta forma a pesquisa nos mostrou que o passado não se encontrava ausente do contexto atual, como se

houvesse um corte separando - passado de um lado, e presente do outro. Na realidade o passado acontecia paralelamente no universo das práticas sociais dos colonos, mesmo ligados a irrigação. O passado estava contido no presente, agindo e reagindo.



Foto n. 35. Cultura do "Feijão de Corda", uma cultura de subsistência

Vejamos a fala de um tecnocrata do Perímetro Irrigado de Curaçá a respeito dessas culturas de subsistência:

"Aos pouquinhos, o colono já faz a sua hortazinha, nos pedaços de lotes lá, já planta cenoura, beterraba, coentro, isso mais prá comida, né? Então já vem se implantando aí essas culturas, que já deveriam ter vindo desde o início. Agora eles não fazem o comércio,



porque o consumidor é muito longe, aí pode chegar deteriorada é mesmo uma questão de concorrer muito. Tem que apresentar um bom produto pra poder concorrer com o produtor que vem arraigado no ramo há muito tempo".

O depoimento acima aborda um elemento novo existente neste tipo de cultura para o consumo, direcionada ao sustento familiar. Pelo fato dela, segundo o diagnóstico técnico, representar em qualidade e quantidade características que não permitem ofertá-la ao mercado externo para ser comercializada. Vale salientar que essa orientação apontada pelo técnico não era presente no início dos trabalhos de irrigação, hoje, ela aflora, como uma saída aos descasos que a política de irrigação criou na vida dos colonos e na terra, e que não conseguem concorrer ao mesmo nível com a agricultura de comércio.

Ainda, referente ao depoimento do técnico, algo muito peculiar nesses profissionais era a preocupação com a lógica comercial e a não percepção da importância que a agricultura de consumo ocupava na manutenção do colono na terra, que também vinha contribuir com o desenvolvimento da agricultura de comércio.

Essas práticas produtivas voltadas às subsistências dos colonos, no nosso entender, abriram espaço para expandir outras práticas produtivas no Espaço Social de Curaçá, já que estão direcionadas às

suas necessidades cotidianas. Servindo, portanto, de suporte para o desenvolvimento do criatório, das culturas permanentes, culturas irrigadas, etc. E num sentido mais abrangente a reprodução dos colonos na terra, no sentido econômico, social e cultural.

Quando afirmamos que essa cultura de subsistência, direcionada sobretudo ao sustento do cotidiano do colono e da sua família, serve, também, de suporte ao desenvolvimento da agricultura de comércio-irrigada, é pelo fato dela representar um elemento fundamental à manutenção de um agente vital no processo de trabalho. Voltada, pois, à agricultura de comércio, no caso o colono e sua família, grupo social diretamente ligado às atividades produtivas no lote, enquanto os técnicos dedicavam-se às orientações técnico-administrativas e comerciais.

E a agricultura de comércio-irrigada preocupava-se sobretudo com as necessidades do mercado externo, acarretando uma série de obrigações para o colono, tipo: o crédito agrícola, o mercado para a venda, os juros da cooperativa, os incrementos agrícolas entre outros, provocando no seio deles uma certa incerteza das prováveis vantagens mediante as dívidas assumidas (às vezes inconscientemente) e a falta de conhecimento/clareza do processo de comercialização e venda.

Neste sentido, nem sempre a cultura de comércio-irrigada podia traduzir-se em lucros, pois a

experiência de Curaçá apontava que uma alternativa para os colonos permanecerem na terra, era a implementação paulatina de novas atividades produtivas que viriam suprir as incertezas e até prejuízos provocados pela cultura de comércio-irrigada, como: o criatório, culturas permanentes e culturas de subsistência.

Estudando a pequena produção familiar semi-árido paraibano Duqué & Cohen (19\_\_, p. 5) buscam resgatar os meios de sobrevivência desse agente produtor, vislumbrando as estratégias criadas pelos pequenos produtores no sentido de utilização mais eficiente dos recursos no meio ambiente e busca de segurança.

Percebemos que, o que chamamos de alternativas criadas pelos colonos para sobreviverem no espaço após inseridas a política de irrigação (criatório, cultura permanente e de subsistência), as autoras classificam de estratégias. Entre outras elas destacam a "cooperação e ajuda", partindo da união do produtor e sua família, isto implica numa forma de manutenção da reprodução do grupo familiar. Quer dizer, a lógica de "cooperação e ajuda" desencadeada no universo dos colonos e seus familiares, se constituía numa forma de resistência política, cultural e econômica frente à irrigação.

Outra estratégia típica do pequeno produtor, que os colonos de Curaçá nos últimos anos estavam investindo mais, em função do fracasso da agricultura

irrigada em alguns lotes, era a da "diversificação", como um mecanismo de ampliar o leque de atividades produtivas para suprir as necessidades. Isto em Curaçá no início da irrigação não ocorria com tanta expressividade, devido a empolgação e as promessas oferecidas pela política de desenvolvimento no Espaço, só depois com o insucesso de alguns colonos em alguns lotes, repercutindo também num insucesso da própria irrigação, é que eles partiram para diversificar suas práticas como: pecuária e policultura. Isto redefine a própria relação com o espaço social-terra que para as autoras implica também numa nova estratégia econômica, como:

*"Estratégia econômica: utilização minuciosa de todos os recursos, valorização da diversidade dos ecossistemas, cada nível topográfico, cada parcela de terra, cada recurso vegetal sendo utilizado de modo específico; os produtores conhecem intimamente o meio ambiente e o exploram com habilidade, nos limites das suas possibilidades evidentemente".*

Partindo dessa estratégia econômica mais ampla por estar relacionada diretamente com o meio ambiente, dinamizava-se toda a diversidade natural oferecida. Isto no aspecto da irrigação ficou um tanto limitado, principalmente pela estrutura dos lotes, que dependia sobretudo da água irrigada, que antes estava mais ligada às margens do Rio. Na caatinga criava-se mais o "criatório solto".

A irrigação levou o ribeirinho para a caatinga, pois, os lotes ficavam em grande maioria distantes das margens do Rio São Francisco, aí ele dependia da água, portanto, assumiu os compromissos com a água irrigada, como abordamos no capítulo 3, além das outras obrigações, limitando a iniciativa do colono ter acesso a água. Mas, mesmo assim, estava criando saídas e parte delas era reativar suas práticas sociais do passado como: criatório, agricultura para o consumo (subsistência) e também as culturas permanentes (novas), que contribuíam no sustento da família no lote e em sua valorização econômica, apresentando-se como estratégias/alternativas de sobrevivência.

## Considerações Finais

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma grande revelação deste estudo diz respeito a contribuição histórica do Rio São Francisco no processo de ocupação e desenvolvimento do semi-árido nordestino. Esse reconhecimento culminou na configuração de um recorte regional específico: a Região do Vale do São Francisco, com seus respectivos espaços sociais, não apenas no sentido geográfico, mas, sobretudo, nas dimensões sócioeconômicas e culturais registradas na longa trajetória do Velho Chico.

O Rio São Francisco representa para a região sertaneja um fenômeno vital; dessa forma, as várias expressões de vida que animam e animaram suas margens elaboraram um estilo de viver diferenciado daqueles habitantes que não compartilharam essa experiência com o Rio, mesmo que também sejam sertanejos. Neste sentido percebemos a importância do Rio na construção de uma cultura regional, na qual são realçados traços socioespaciais e temporais específicos. Surge um modo de vida orientado pelas águas do Rio e formando parte da dinâmica regional, através da moradia e cultivo da

agricultura de subsistência em suas margens, dos cuidados com o criatório, da organização as práticas sociais e de trabalho baseando-se nos ritmos de suas águas, etc. Essa relação social entre os homens e o Rio criou uma identidade própria que os classificaram de ribeirinhos, e nesta relação destacamos a convivência destes com a natureza, como vimos no 1º capítulo.

A relação entre os ribeirinhos e a natureza, colocou-nos diante de uma constatação: nesta interação ocorria um intercâmbio entre ambas as partes, e esta convivência foi a principal responsável à formação de um estilo de vida articulado com a dinâmica da natureza. Não queremos afirmar que o homem não transformava a natureza pra suprir suas necessidades, ressaltamos que esta intervenção não causava danos a natureza. Portanto, percebemos que este intercâmbio pautava-se num entendimento da importância da natureza na manutenção do meio ambiente e de suas vidas. Sendo assim ela era tratada como interlocutora, pelo fato do homem procurar adaptar-se aos seus ritmos ecológicos. Habermas (1986, p. 62) desenvolve uma discussão, destacando a importância de percebermos a natureza enquanto agente do processo:

*"Em lugar de tratar a la naturaleza como objeto de una disposición posible, se la podría*



*considerar como el interlocutor en una posible interacción. En vez de a la naturaleza explotada cabe buscar a la naturaleza fraternal. A nivel de una intersubjetividad todavía imperfecta podemos suponer subjetividad a los animales, a las plantas e incluso a las piedras, y comunicar con la naturaleza, en lugar de limitarnos a trabajarla cortando la comunicación".*

A reflexão do autor supra citado indica uma nova concepção nas visões de técnica, trabalho e natureza, como uma alternativa a ser incorporada por uma política tecnológica, que apresente um elo de comunicação entre homem, técnica e natureza, mudando a visão tradicional que trata o homem e a natureza como "objeto" e não enquanto "interlocutores".

No caso específico de Curaçá, destacamos que a concepção de modernização introduzida na área, incorporou um aparelho tecnológico com práticas e visões de produzir a agricultura, que violaram em parte a natureza e a cultura dos ribeirinhos. Se não ocorreu um diálogo entre homem (ribeirinho) e homem (tecnocrata), seria impossível acontecer uma relação de interação entre o meio ambiente como um todo. O Espaço Social para os tecnocratas era algo neutro, sem vida própria; só passaria a ter importância mediante suas intervenções.

Ao contrário dos tecnocratas, os ribeirinhos exerciam antes da irrigação uma relação com a natureza considerando-a numa relação de parceria, sobretudo no

tocante aos ritmos das águas do Velho Chico e da caatinga. Este modo de viver articulado com a natureza sofreu alterações profundas após a chegada da política de irrigação, responsável pela introdução de uma nova lógica de trabalho com propostas, concepções e dinâmicas diferentes daquela vivenciada pelos ribeirinhos. Neste momento configuraram-se no Espaço duas lógicas de trabalho diferenciadas: uma ligada ao mundo externo-irrigado-moderno e outra ao interno-não-irrigado-tradicional, como denominamos de dois espaços-tempos: um novo-presente, outro velho-passado.

As riquezas naturais oriundas a região Sanfranciscana, radicada em pleno semi-árido, apontavam uma grande contradição: de um lado as riquezas ofertadas pelo Rio e de outro uma região cortada por ele com sérios problemas socioeconômicos provocados pela sua baixa produtividade e ocupação de solo.

É a seca a principal responsável pela problemática da ocupação do solo nesta Região, levando os homens e os outros seres vivos, a concentrarem-se mais nas proximidades do Rio São Francisco, com o intuito de organizarem suas sobrevivências. Neste sentido percebemos que a faixa de terra banhada pelo Rio era bastante disputada pela capacidade produtiva que destoava do restante do semi-árido. No entanto, a

ocupação das margens do Rio ocorreu de forma desigual na qual uns ocuparam grandes extensões, outros pequenas e houve também aqueles que não conseguiram terra. Isto foi fundamental à configuração de uma estrutura fundiária com vários problemas sócioeconômicos e políticos. Onde uns precisavam trabalhar em condições de moradores, sujeitando-se às exigências dos proprietários de terra. Enquanto a caatinga-seca continua ainda em grande parte desabitada.

Um dos objetivos da política de irrigação procurava atingir essa contradição. Mas a análise no Espaço Social de Curaçá mostrou que essa política veio propiciar o desenvolvimento da área articulada a interesses de grupos externos, desconsiderando os diversos grupos sociais que ocupavam a área (como mostramos no cap. 3 deste estudo). Uma tática dessa política consistia na ampliação dos espaços de controle do capital. Conforme Silva (1989, p. 5), estudando a intervenção do Estado nos espaços agrários nordestinos:

*"O sistema capitalista, para se reproduzir necessita se expandir e acumular capitais. No Brasil, nas últimas décadas, vem ocorrendo um desenvolvimento do capitalismo no campo de forma 'acelerada e desigual', este movimento de expansão das relações capitalistas de produção na zona rural vai gerando uma política de (re)organização dos espaços agrários*

nordestinos, surgindo com isto regiões de intervenções do capital, dando um novo perfil às estruturas agrárias do Nordeste brasileiro".

Os ribeirinhos, formados por diversos grupos sociais como: fazendeiros, moradores, vaqueiros, barqueiros, lameiros..., com grandes diferenças tanto no acesso à terra e ao Rio, como nas formas, divisão do trabalho e distribuição dos produtos, etc., apresentavam em suas histórias de vida algo em comum que os classificavam como ribeirinhos. A política de irrigação não considerou essa historicidade representada por uma identidade sociocultural, introduzindo, além das mudanças tecnológicas e do trabalho, novas denominações para os ribeirinhos, como: irrigantes, colonos, microempresários.

Para o colono ser um microempresário necessitava de autonomia política e econômica para administrar seu lote, nos moldes de uma empresa capitalizada, seja no tocante ao processo e relações sociais de trabalho, seja na produtividade e comercialização dos produtos, na política de financiamento, etc. Para isto precisava de capital, tecnologias modernas, mão-de-obra especializada, concorrer por mercados e produtos. Além disso tudo implicar num impacto sociocultural, ele deparava-se com a falta de recursos financeiros e

orientações técnicas para incorporar esse novo padrão de vida e trabalho.

No entanto, a política de irrigação incorporou no projeto, representantes dessas diferentes categorias sociais, que são estimuladas a se envolverem no processo, com a finalidade de se tornarem microempresários. Sendo assim eram motivados a corresponderem a nova estrutura, como os lotes, o processos de produção e venda, o uso da água e tecnologias, participar da cooperativa, etc.

Essa nova forma de tratar os ribeirinhos, negando a relação deles com o Espaço Social, representava mais uma arbitrariedade impregnada pela irrigação, que veio marginalizar a cultura local e criar no universo dos ribeirinhos (que se tornaram colonos) a esperança que um dia seriam microempresários. Resultado, eles não se tornaram microempresários e um exemplo mais típico dessa situação foi em parte a perda do contato que tinham com o Rio e a terra, pois se tornaram colonos, limitados a um lote de terra, que por sua vez estava distante das margens do Rio, portanto, dependendo da água irrigada paga mensalmente.

Como podemos vislumbrar, a política de irrigação além de negar a trajetória de vida dos ribeirinhos desenhada no Espaço Social, institui uma nova lógica de vida e de trabalho pautadas em regras sociais que

diferenciavam do cotidiano deles, como: a forma de produzir e comercializar, o horário de esperar a água para irrigar, o preparo do solo, etc.

Essa política de irrigação introduziu no universo dos ribeirinhos questões polêmicas, como: a facilidade de obter as coisas mediante as dificuldades de alcançá-las. Esta contradição fácil/difícil desenvolveu uma ansiedade nos colonos (ex-ribeirinhos), comportamento que eles não desenvolviam quando estavam ligados à lógica da natureza, sobretudo pela maneira como se relacionavam entre eles e a própria natureza, adquirindo os meios de sobreviverem. Enquanto com a irrigação eles passavam a conviver com a fartura e no entanto ocorria escassez. Isto está bem explicitado na água, nas culturas comerciais, nos lucros e nas dívidas, nos lotes e nas áreas de empresas.

Esta contradição fartura x escassez detectada em Curaçá é um reflexo da estrutura e dinâmica da própria agricultura irrigada, a qual facilitava a produtividade nos lotes, via: orientação técnica, fertilizantes, financiamento, acesso a água, mercado e em contrapartida o resultado (fartura) representava um retorno mínimo para o colono, devido aos gastos que assumiu no processo de produção do produto. Neste sentido o lucro em vários casos era para cobrir o

valor com as despesas e aconteciam aqueles que apesar de todo investimento não obtinham lucros, ficavam em débito com o banco, cooperativa e Codevasf. Sendo assim, conviviam com faturas, e ao mesmo tempo tinham uma vida cheia de escassez.

Shalins (1978, p. 10), estudando sobre sociedades de caça e coleta, faz um paralelo com a sociedade moderna, destacando a dicotomia abundância/escassez como uma características típicas da sociedade moderna, que traz elementos bastante pertinentes para percebermos essa questão, quando foram introduzidos os novos valores em Curaçá. Apesar de analisarmos os ribeirinhos, grupo social com práticas diferentes dos caçadores e coletores, mas tratando-se da problemática escassez/abundância, observamos que esta mesma contradição foi incutida no Espaço com a chegada da irrigação a partir das facilidades/dificuldades que apontam para abundância e escassez, como indicou Shalins:

*"O sistema de mercado industrial institui a escassez de modo jamais visto em qualquer outra parte. Onde a produção e distribuição são organizadas através do comportamento dos preços, e todos os meios de vida dependem de ganhar e gastar, a insuficiência de meios materiais torna-se o ponto de partida explicito e calculável de toda atividade econômica. O empresário é colocado frente a investimentos alternativos de um capital finito; o trabalhador (esperançosamente frente a escolhas alternativas de emprego remunerado, e o*

consumidor... O consumo é dupla tragédia: o que se inicia com insuficiência terminará em privação. Ao mesmo tempo que produz uma divisão internacional do trabalho, o mercado torna acessível um batalhão ofuscante de produtos: todas essas 'coisas divinas' acessíveis ao homem - mas nunca todas ao seu alcance. A desgraça é que, nesse jogo de livre escolha do consumidor, toda aquisição é simultaneamente uma privação, pois toda compra de alguma coisa é a falta de alguma outra, em geral marginalmente menos desejável e em alguns detalhes mais desejável".

Portanto, tendo a irrigação uma política específica de modernização da área, dentro dos moldes de uma economia de competitividade e consumismo, ela desenvolveu propositalmente este espírito de concorrência no meio dos ribeirinhos, ao mesmo lado desencadeou uma lógica do acesso aos bens necessários a melhorias de suas práticas agrárias e vida, através do dinheiro para adquiri-los. É neste sentido que afirmamos que ela desenvolveu no comportamento dos colonos uma ansiedade de competição, coisa diferente das formas que ele usava para conseguir seus bens, antes da irrigação.

Os colonos, no início do projeto, dedicavam-se sobretudo ao cultivo das culturas irrigadas, isto representava essa vontade de conseguir mudar de vida. No entanto, assumiram as propostas de organização e produção do trabalho indicadas pela política de irrigação. Deixaram porém para segundo plano as outras formas de trabalho, como: o criatório, as culturas de



subsistências e as culturas temporárias. Mas, com o decorrer do tempo, percebendo os descréditos que a política de irrigação trouxe para suas vidas e Espaço Social, foi que retomaram essas culturas em parte esquecidas, como alternativas de sobrevivência deles e de seus familiares. Isto reflete uma certa resistência e questionamento aos resultados que a irrigação apontou para suas vidas e seus lotes (como mostramos no 4º capítulo deste estudo).

É neste contexto, que o passado vai redefinindo-se no presente. Percebemos que não ocorreu uma ruptura entre esses dois momentos (espaço-tempo). Aconteceu sim a expansão de uma determinada época (presente), mas lado a essa fase de sucesso, o passado também se fazia representar, mesmo que subjetivamente. Na verdade ocorria um movimento entre eles e para os colonos (ex-ribeirinhos e camponeses) a idéia de perceber um passado/presente como um tempo bom ou ruim estava relacionada a vários fatores e para tal avaliação baseavam-se sobretudo na lógica da produtividade do seu lote.

Todavia, a percepção do passado/presente ocorria no universo dos colonos relacionada a situações individuais e imediatistas, pelo fato deles limitarem-se sobretudo aos aspectos da produtividade dos lotes. Se todos obtiveram bons resultados no presente,

passavam a ver o passado como um tempo esquecido-ruim (apesar de presente). Neste caso, essa avaliação varia de colono para colono e de lote para lote, ou seja, às vezes lotes vizinhos plantavam a mesma cultura e devido a vários fatores (aguação, situação do solo, drenagem do solo, uso do agrotóxico corretamente...), uns conseguiam lucros e outros não. No entanto é uma atitude individual, conjuntural e voltada para a produção, esquecendo em parte os outros aspectos do cotidiano, como a cultura.

Salientamos ainda, que a política de irrigação, procurou também manter alguns aspectos desse passado especialmente o que diz respeito às práticas sociais de trabalho, dando maior ênfase ao trabalho familiar, aliás essa forma de trabalhos tornou-se um critério fundamental no processo de seleção dos colônos para os lotes.

De um lado o reconhecimento do trabalho familiar no desenvolvimento da política de irrigação em Curaçá, elevava a própria importância sócioeconômica e cultural dessa forma de trabalho, como uma relação de trabalho viável e necessária à manutenção dos colonos e da própria irrigação, por outra parte, entendemos que a utilização dessa forma de trabalho pela irrigação se dá mais no sentido de obter mão-de-obra para o processo produtivo e não como uma organização

produtiva específica que pudesse contribuir juntamente com os técnicos no processo de discussão e planejamento da agricultura irrigada. Mas, a estratégia dessa política irrigada é aproveitar do potencial do camponês e de sua família, articulando a mão-de-obra familiar no processo de trabalho capitalista.

Portanto, a inserção do trabalho familiar representou uma tática da irrigação em ampliar o número de produtores no processo de trabalho, ou seja, a família se tornaria trabalhadores da irrigação, como apontou Graziano da Silva (1988, p. 4), estudando a parceria na irrigação.

*"A organização do trabalho na agricultura capitalista se assenta necessariamente em diferentes combinações de apenas duas formas básicas: o trabalho familiar (ou camponês) e o trabalho assalariado. O trabalho assalariado tem um conteúdo distinto do trabalho familiar do pequeno produtor camponês. O trabalho assalariado é um trabalho coletivo, parcelado, especializado mas desqualificado (indiferenciado, padronizado, parcelado, remunerado, pela jornada de trabalho...). O trabalho camponês é individual, qualificado e não especializado, no sentido de que é um trabalho integral, artesanal. O assalariado e o camponês são ambos trabalhadores, essa é a forma. Mas o conteúdo dos seus trabalhos é distinto, sendo uma imprecisão conceitual reduzir o trabalho de um pequeno produtor familiar a um assalariado disfarçado".*

Entendemos que a incorporação dessa relação de trabalho no projeto de irrigação foi uma estratégia de

usufruir do potencial dessa mão-de-obra familiar, procurando evitar a presença de outras formas de parceria como morador, foreiro, que na verdade não evitou, como também dos assalariados rurais. Quer dizer a intenção não procurava resgatar a importância sociocultural e econômica dessa forma de trabalho, pelo motivo dessa mesma política de irrigação negar a história de vida dos ribeirinhos e camponeses que em grande maioria foram pequenos produtores. Neste sentido esta forma de trabalho foi utilizada como elemento básico para o desenvolvimento desta política.

Mas, a realidade apontou novos rumos, quando a irrigação pensava que esses trabalhadores familiares eram apenas meros produtores, como sempre os projetos de modernização percebem os camponeses, negando suas raízes socioculturais, concepção bastante limitada. Os colonos utilizaram suas práticas do passado como forma de resistir aos descasos (perda da terra, do espaço de produção próximo às margens do Rio...) que a irrigação provocou no Espaço Social e em suas vidas, como a agricultura de subsistência e o criatório. Práticas produtivas que fugiam aos propósitos dessa política. Estas alternativas produtivas revelaram que apesar de todo aparato institucional a irrigação ainda foi frágil frente a trajetória sociocultural dos colonos, pois não conseguiu eliminá-los totalmente.

Esta fragilidade reflete a falta de um conhecimento aprofundado por parte da política de irrigação que envolva todos os aspectos da realidade social; sejam os econômicos, sejam os sociais, culturais e políticos. Com o intuito de resgatar a historicidade do espaço. Criando com isto um intercâmbio entre a proposta de modernização e as verdadeiras necessidades dos agentes sociais inseridos no Espaço, e não estruturar o trabalho em estudos técnico-econômicos e a grupos externos ligados ao Estado e capital, desconsiderando a vocação econômica e cultural da população e do meio ambiente.

A ausência deste intercâmbio entre o projeto de modernização da área e os ribeirinhos vem colocar em xeque a grande meta da política de irrigação, coordenada pela Codevasf em Curuçá: fixar o homem do campo no campo, torná-lo um microempresário... Ora, já deu para observarmos que um ponto de partida para atender a meta acima seria penetrar no cotidiano dessa Espaço Social com o intuito de detectar a trajetória sociocultural do espaço e do homem e a partir daí traçar um plano de trabalho, no qual o ribeirinho seria sujeito ativo do processo. Mas o que essa análise indicou foi a desvalorização da história ao ponto de considerar as terras como devolutas, negando as várias formas de vida que cresceram às margens do

Velho Chico, como mostramos nos 1º e 2º capítulos deste trabalho.

A política de modernização procurou substituir a cultura local pela cultura da irrigação. Isto implicou, no nosso entendimento, numa crise de identidade, na reformulação das práticas socioculturais e econômicas dos ribeirinhos para assimilarem o outro padrão cultural, com um agravante maior de que se pretendia que esse processo ocorresse de forma bastante rápida, coisa que amedrontou, revoltou muitos ribeirinhos e a grande maioria não aceitou ser colono. Em consequência os que se tornaram colonos estão paulatinamente abandonando os lotes. Então a mesma política de irrigação propiciou a expulsão do homem do campo, logo em sua chegada e depois de ser instalada no Espaço Social de Curupa.

Na concepção dos colonos, a irrigação introduziu aspectos importantes na vida deles, como a educação, a saúde, eletricidade, meio de transportes, posto telefônico, posto policial... Mas, quando se referem à organização da terra e do trabalho, eles fazem outra avaliação, deixando transparecer uma insegurança, falta de conhecimento e entendimento da complexidade dessa política. Reside aí um confronto de concepções entre os tecnocratas e os colonos, desencadeando numa disputa entre o saber técnico e o saber dos colonos

(como vimos no 4º capítulo deste estudo). A grande questão seria encontrar um equilíbrio entre esses dois conhecimentos, coisa que a política de irrigação até o momento não se propõe.

A lógica como a política de irrigação, relacionava-se com os ribeirinhos e depois colonos era negar a trajetória de vida deles, como se fosse "apagar o passado da memória" e instalar novos valores, como torná-lo microempresário. Mas a análise mostrou que o desenvolvimento da área propiciou mais a penetração de agroindústrias (as idéias e as práticas comungavam com a irrigação), com altos padrões tecnológicos, competindo com os colonos. Ora, neste sentido, a irrigação ficava dividida entre os empresários rurais e os colonos. Tudo para os colonos era bastante novo, enquanto os empresários rurais com um potencial tecnológico, capital e técnicos especializados dominavam todos os mecanismos da política de irrigação. Este era um grande conflito, pois frente aos poderes econômico e cultural dessas empresas, estavam inseridos os colonos, que apesar de muitos esforços eram bastante limitados e lentos pela não convivência com essa nova forma de tratar a agricultura.

É neste sentido, que a política de irrigação correspondeu mais aos interesses dos empresários

rurais instalados no Espaço Social de Curaçá, com grande progresso econômico. Enquanto a maioria dos colonos que ainda permanecem nos lotes, lutam para manter a sobrevivência básica, procurando alternativas que não sejam a agricultura irrigada. Um exemplo concreto dessa disputa entre empresários rurais e colonos foi a criação do Distrito Irrigado de Curaçá, órgão de representação política criado e controlado pelos empresários rurais e assessorado pela Codevasf. Isto representava um avanço dos empresários no plano político que antes era apenas no econômico e como consequência um recuo dos colonos.

A presença dos colonos e agroindustriais no mesmo Espaço Social foi o elemento inspirador do título deste estudo, por entendermos que ocorre por parte da política de irrigação uma relação ambígua: responder aos interesses do empresariado rural ou aos dos colonos; ou que, no mínimo, procurasse tratá-los como sujeitos com histórias de vidas diferenciadas.

A idéia da "Terra Prometida" que também revela uma ambigüidade, como se essa política estivesse realizando uma profecia no meio dos antigos ribeirinhos e camponeses, na verdade está esquecendo-os pela falta de uma proposta de desenvolvimento da área. Introduzir os valores da agricultura irrigada, procurar criar um intercâmbio desses com a cultura



urbano, contribuindo com a expulsão, mesmo que lenta,  
do homem do campo.

## BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Geraldo Medeiros de. *Agriculturas no Nordeste.*

Petrópolis: Vozes, 1985. 205 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no*

*Nordeste.* 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986. 239 p.

\_\_\_\_\_. *Nordeste: alternativas da agricultura.* Campinas:

Papirus, 1988. 77 p.

\_\_\_\_\_. *Tradição e mudança.* Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

114 p.

Área da Caatinga (sequeiro). CPT do Juazeiro. Mimeo.

BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. *A construção*

*social da realidade.* 8. ed. Petrópolis: Vozes,

1973. 247 p.

BORDIEU, Pierre. *Coisas ditas.* São Paulo: Brasiliense,

1990. 234 p.

- BORDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. 191 p. Coleção Grandes Cientistas Sociais.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros*. São Paulo: Brasiliense, 1984. 300 p.
- CALEGAR, Geraldo Magela. Contribuição da irrigação para a economia regional: o caso Nordeste. *Rev. Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 19, n. 1, p. 47-74, jan./mar. 1988.
- CARDOSO, Fernando Henrique, IANNI, Octavio. *Homem e sociedade*. 12. ed. São Paulo: Nacional, 1980. 317 p.
- CARDOSO, Ruth (Org). *Aventura antropológica*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988. 156 p.
- CARVALHO, Murilo. O Velho Chico encontra o mar. *Horizonte Geográfico*, São Paulo, ano 5, n. 20, p. 12-24, fev. 1992.
- CARVALHO, Otamar de. *A economia política do Nordeste*. Rio de Janeiro: Campus, 1988. 505 p.

CARVALHO, Otamar de. Uma nova dinâmica econômica para o Nordeste. *Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande, v. 6, n. 8, p. 137-152, jan./dez. 1991.

CLAVAL, Paul. Espaço e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 248 p.

CORREIA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. São Paulo: Ática, 1986. 93 p.

COSTA, Ana Luiza B. Martins. Barragem de Sobradinho: o desencontro cultural entre camponeses e técnicos do estado.

COSTA, Ramilton Marinho. O capá verde: transformações econômicas e representações ideológicas dos trabalhadores do sisal. *Norte & Nordeste*, Rio de Janeiro, p. 67-90. 1991.

CUNHA, Euclides da. Os sertões. 33. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1987, p. 1-143.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Entre o mar e a terra. Dissertação. Mestrado em Ciências Sociais. PUC-SP. 1987. 244 P.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. O pescador artesanal na ótica urbano-industrial. *Ciências Sociais & Econômicas*, Campina Grande, v. 5, n. 7, p. 53-58, jun. 88/dez. 90.

DINIZ, José Alexandre Felizola. A área centro-ocidental do Nordeste. Recife: Sudene, 1982. p. 37-60.

DUQUÉ, Ghislaine. A experiência de Sobradinho: problemas fundiários colocados pelas grandes barragens. *Ciência & Cultura*, São Paulo, v. 35, n. 8, p. 1054-1061, ago. 1990.

\_\_\_\_\_. Estrutura fundiária e a pequena produção. *Ciências Sociais & Econômicas*, v. 3, n. 4-5, p. 168-196, jan. 84/dez. 85.

DUQUÉ, Ghislaine, COHEN, Mariane. Sistemas de produção e meio ambiente. Texto.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986. 184 p.

ESTERCI, Neide. Conflitos no Araguaia. Petrópolis: Vozes, 1987.

EVANS-PITCHARD, E. E. Os Nauer. São Paulo: Perspectiva, 1978.

EZPELETA, Justa, ROCKWELL, Elsie. Pesquisa participante. São Paulo > Cortez, 1986. 93 p.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. Terra de trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 236 p.

GEOGRAFIA DO BRASIL. Região Nordeste. Rio de Janeiro: Sergraf, 1977. v. 2, p. 92-99.

GODELIER, Maurice. Antropologia. São Paulo: Ática, 1981. 208 p. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. A pesquisa das ciências sociais. Cadernos CEDES, São Paulo, n. 12, p. 3-14. 1985.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais e educação. São Paulo: Cortez, 1992. 117 p.

GRAZIANO DA SILVA, José et al. O significado da parceria na agricultura irrigada. Relatório 3.4. Unicamp. Instituto de Economia. 1988.

GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis: Vozes, 1987. 90 p.

\_\_\_\_\_. O saber dos camponeses em face do saber dos técnicos. Mimeografado. 1989.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Nordeste: da articulação comercial à integração econômica. Tese de doutoramento. [199\_], Mimeo.

HABERMAS, Jürgen. Ciencia y tecnica como "ideologias". Madrid: Tecnos, 1986. p. 53-112.

HALL, Edward T. A dimensão oculta. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981. p. 87-103.

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 121 p.

HEREIDA, Beatriz Maria Alásia de. A morada da vida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164 p.

IANNI, Octavio. Estado e planejamento econômico no Brasil. 4. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. 316 p.

IANNI, Octavio. *Origens agrárias do Estado brasileiro.*

São Paulo: Brasiliense, 1984. 255 p.

LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço.* São Paulo:

Nobel, 1988. 209 p.

LORZA, Fanny Rubio. *O colono da irrigação entre*

*autonomia camponesa e submissão ao capital*

*industrial. Sumé-Paraíba. Relatório de Pesquisa.*

Mestrado em Sociologia Rural-UFPE. 1991.

\_\_\_\_\_. *Trabalhador para o capital ou novo camponês?*

*Formas de subordinação num perímetro irrigado.*

[199\_]. Texto.

MALDONADO, Silvio Carneiro. *Pescadores do mar.* São

Paulo: Ática, 1986. 77 p.

MARTINS, Paulo Henrique Neto. *Estado, espaço e região:*

*novos elementos teóricos.* UFPE, [199\_]. Mimeo.

MARANHÃO, Sílvio (Org). *A questão Nordeste.* Rio de

Janeiro: Paz e Terra, 1984. 137 p.

MARX, Karl. *O capital.* São Paulo: Difel, 1984. Livro

1. v. I. p. 79-93.



MAYER, Waldyr Verinaud. A geografia humana e o espaço social. In: MARCELLINO, Nelson C. (Org). Introdução às ciências sociais. 4. ed. Campinas: Papirus, 1991. p. 89-96.

Pelos caminhos do Velho Chico. Interior, ano IX, n. 50, p. 42-45, mai./jun. 1983.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 1987. 138 p.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. Organizações não-governamentais e campesinato: novas alianças políticas no campo tecnológico. Dissertação. Mestrado em Sociologia Rural-UFPA. Campina Grande: 1992. p. 1-75.

MOREIRA, Raimundo. O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 170 p.

MOURA, Margarida Maria. Camponeses. São Paulo: Ática, 1986. 78 p.

\_\_\_\_\_. Os deserdados da terra. São Paulo: HUCITEC, 1978. 250 p.

- MUSUMECI, Leonarda. *O mito da terra liberta*. São Paulo: Vértice, 1988. 419 p.
- NOVAES, José Roberto P. *Cooperativismo: acumulação e mudança social*. In: LOUREIRO, Maria Rita. *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981. p. 41-74.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 13-58.
- PALMEIRA, Moacir. *Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional*. *Contraponto*, n. 2. p. 103-125.
- PIERSON, Donald. *O Barão do Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Ministério do Interior - Savale, 1972. Tomo I.
- QUAINI, Massimo. *Marxismo e geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 155 p.
- RICOUER, Paul, LARRE, C. *As culturas e o tempo*. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 15-39.

ROCHA, Geraldo. *O Rio São Francisco*. São Paulo: Nacional, 1983.

RODRIGUES, Otávia Fernandes de Souza. *A relação entre trabalho e conhecimento camponês*. CEDES, São Paulo, n. 11, p. 5-56. 1986.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 329 p.

SAHLINS, Marshall. *A primeira sociedade da afluência*. In: CARVALHO, Edgar Assis. *Antropologia econômica*. São Paulo: Ciências Sociais Humanas Ltda., 1978. p. 7-44.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 152 p.

\_\_\_\_\_. *Por um geografia nova*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 236 p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *metodologia do trabalho científico*. 14. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 1986. 37 p.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979. 260 p.

SILIPRANDI, Emma Cademastori. *Sindicatos, associações, Estado: disputas e acumulações de forças. O caso de Remanso e Pilão Arcado*. Norte & Nordeste, Rio de Janeiro, p. 91-114.

SILVA, Severino Bezerra da. *Perímetro Irrigado de Curaçá: um Espaço para o capital*. Monografia. Especialização em História Econômica e Social do Nordeste Contemporâneo. Jun. 1989. UFFB.

\_\_\_\_\_. *Leitura social do espaço físico*. DSA-Mestrado em Sociologia. Carpina Grande: 1991. mimeo.

SILVA, Wilson Dias da. *O velho Chico*. Brasília: Ministério do Interior, Codemasf, 1985.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino*. São Paulo: Moderna, 1984. 248 p.

SOARES, Luiz Eduardo. *Campesinato: ideologia e política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 228 p.

SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. 2. ed. ampl. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 162 p.

SOUZA, Maria Adélia A. de, SANTOS, Milton (Org). A construção do espaço. São Paulo: Nobel, 1986. 149 p.

TERRA SIM, BARRAGENS NÃO. 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. 1989. p. 16-20.

THÉRY, Hervé. O vale do São Francisco, uma região subdesenvolvida e sua valorização. Ciência & Cultura, São Paulo, v. 32, n. 8, p. 1010-1027, ago. 1980.

THIOLLENT, Michel. Crítica metodológica. São Paulo: Polis, 1985.

\_\_\_\_\_. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1985. 108 p.

THUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar. São Paulo: Difel, 1983. 250 p.

VELHO, Octávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1979. 261 p.

VIANNA, Aurélio, VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. *Terra de trabalho e terra de negócio: estratégias de reprodução camponesa*. Rio de Janeiro: Cedi, 1990. p. 7-12.

WOLF, Eric. R. *Sociedades camponesas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 150 p.



Anexo n. 3

RELACAO GERAL DOS PROPRIETARIOS E RESPECTIVOS CODIGOS

COD. REG. DE VEICEL	NOME DO PROPRIETARIO	COD. REG. DE VEICEL	NOME DO PROPRIETARIO
001	JOSE MARTINS DA SILVA	007/05	MARTIM SOUZA DANTAS
002	BERNARDINO DANTAS DE OLIVEIRA	007/27	MILTON RODRIGUES PASSOS
003	BERNARDINO DANTAS DE OLIVEIRA	007/28	OSCAR NOGUEIRA COSTA
004	JOSE DANTAS BERNARDO	007/29	RAIMUNDO LEMBO ROCHA
005	40 CONDÔMINIOS DA FAZ BOA VISTA	007/30	SALOMÃO GONÇALVES DANTAS (PASSOS)
	A SEGUIR RELACIONADOS	007/31	SAMUEL TÔRRES BRANDÃO
005/01	ANA GONÇALVES DOS SANTOS	007/32	SÉRGIO GONÇALVES PASSOS
005/02	ANTÃO RODRIGUES MARTINS	007/33	SEVERINO SQUEIRA MAIA
005/03	ESPÓLIO PEDRO PEREIRA NUNES	007/34	SIMPLICIO PEREIRA DOS SANTOS
005/04	ESPÓLIO RAYMUNDO PEREIRA NUNES	007/35	TEREZINHA GONÇALVES COSTA
005/05	FELICIANO RODRIGUES DA SILVA	008	48 CONDÔMINIOS DA FAZ. MARY
005/06	HERZEIROS MARIA DAS DORES GONÇALVES		A SEGUIR RELACIONADOS
005/07	JOÃO E LUZIA GONÇALVES PASSOS	008/01	ANA GONÇALVES DOS SANTOS
005/08	MANOEL DANTAS GONÇALVES	008/02	ANTONIO BARROSO JUNIOR
005/09	PAULINO RODRIGUES DE OLIVEIRA	008/03	ANTONIO DANTAS DO NASCIMENTO
005/10	PEBRO NUNES DE CARVALHO	008/04	ANTONIO GONÇALVES MOREIRA
006	40 CONDÔMINIOS DA FAZ PEDRA BRANCA	008/05	ANTONIO PEREIRA BARROSO
	A SEGUIR RELACIONADOS	008/06	ALVA GONÇALVES MOREIRA
006/01	ANA GONÇALVES DOS SANTOS	008/07	DILSA GONÇALVES DANTAS
006/02	ANZIO PEREIRA BARROSO	008/08	DINAH GONÇALVES DANTAS
006/03	ANTONIO DANTAS DO NASCIMENTO	008/09	DIVA GONÇALVES DANTAS
006/04	ANTONIO PEREIRA BARROSO JUNIOR	008/10	DJALVA GONÇALVES MOREIRA
006/05	BERNARDINO DANTAS DE OLIVEIRA	008/11	DURVAL GONÇALVES DANTAS
006/06	DIVA GONÇALVES DANTAS	008/12	EDILSON GONÇALVES DANTAS
006/07	DURVAL GONÇALVES DANTAS	008/13	EMÍLIO GONÇALVES DANTAS
006/08	DURVALINO DA SILVA DUARTE	008/14	ESPÓLIO DASO GONÇALVES DANTAS
006/09	ESPÓLIO DASO GONÇALVES DANTAS	008/15	ESPÓLIO JOAQUIM DA SILVA TÔRRES
006/10	ESPÓLIO JUSTIANO DO NASCIMENTO	008/16	ESPÓLIO JOSÉ PEREIRA DIAS
006/11	ESPÓLIO JOSÉ RODRIGUES PASSOS	008/17	ESPÓLIO JOSÉ RODRIGUES PASSOS
006/12	EUCLIDES GONÇALVES DANTAS	008/18	ESPÓLIO JUSTIANO DO NASCIMENTO
006/13	EMÍLIO JOSÉ FERREIRA	008/19	ESPÓLIO PEDRO PEREIRA NUNES
006/14	EUSEBIO PEREIRA BARROSO	008/20	EUCLIDES GONÇALVES DANTAS
006/15	FRANCISCO DA SILVA TÔRRES	008/21	FRANCISCO DA SILVA TÔRRES
006/16	FRANCISCO DA SILVA TÔRRES E OUTROS	008/22	ILDEBRANDO GONÇALVES MOREIRA
006/17	PEREIROS MARIA DAS DORES GONÇALVES	008/23	IRENE GONÇALVES DANTAS
006/18	JOÃO ELUZIA GONÇALVES PASSOS	008/24	IZALINO GONÇALVES PASSOS
006/19	JOÃO GONÇALVES DANTAS	008/25	JAMEL GONÇALVES MOREIRA



006/27 \* ANTONIO FERREIRA BARROSO  
 006/28 \* ANTONIO NEVES DA SILVA  
 006/29 \* ANTONIO DA SILVA NETO  
 006/30 \* JOSE DE SOUZA OLIVEIRA  
 006/31 \* ANITA PASSOS MARTINS  
 006/32 \* JOSE RODRIGUES DE SOUZA E  
 \* ELIZABETH FERREIRA NETO  
 006/33 \* MANOEL CELESTINO DOS SANTOS  
 006/34 \* MANOEL GONCALVES DANTAS FILHO  
 006/35 \* MARIA CLOTILDE TÔRRES  
 006/36 \* MARIA GONCALVES DANTAS  
 006/37 \* MARIA DAS NEVES GONCALVES  
 006/38 \* MARIA DA SILVA BRANDÃO  
 006/39 \* MARIA FERREIRA BARROSO  
 006/40 \* MARIETA GUNHA ANDRADE  
 006/41 \* NELSON GONCALVES PASSOS  
 006/42 \* NILDO PEREIRA BARROSO  
 006/43 \* PEDRO JOSE FERREIRA  
 006/44 \* RAMUNDO LISÓREO ROCHA  
 006/45 \* SALOMÃO GONCALVES DANTAS (PASSOS)  
 35 CONDÔMINOS DA FAZ.  
 CURAÇA PEQUENO  
 007  
 A SEGUIR RELACIONADOS  
 007/01 \* ANA GONCALVES SANTOS  
 007/02 \* ANTONIO DANTAS DO NASCIMENTO  
 007/03 \* BERNARDINO DANTAS DE OLIVEIRA  
 007/04 \* DURVALINO DA SILVA DUARTE  
 007/05 \* EMILIO JOSÉ FERREIRA  
 007/06 \* FFAMINONDAS COELHO DE ANDRADE  
 007/07 \* ESPÓLIO JOSÉ RODRIGUES PASSOS  
 007/08 \* ESPÓLIO JOSÉ FERREIRA DIAS  
 007/09 \* ESPÓLIO JUSTINIANO DANTAS DO NASCIMENTO  
 007/10 \* FRANCISCO DA SILVA TÔRRES  
 007/11 \* IRINEU DANTAS SANTANA  
 007/12 \* JOAQUIM GONCALVES DANTAS  
 007/13 \* JOAQUIM DANTAS SOBRINHO  
 007/14 \* JOÃO GONCALVES DANTAS  
 007/15 \* JOÃO E LÚZIA GONCALVES PASSOS  
 007/16 \* JOÃO DA SILVA TÔRRES  
 007/17 \* JOSÉ BARBOSA PRIMO  
 007/18 \* JOSÉ DANTAS SOBRINHO  
 007/19 \* JOSÉ DE SOUZA DANTAS  
 007/20 \* JOSÉ MARIA TÔRRES  
 007/21 \* JOSÉ MOREIRA NETO  
 007/22 \* MANOEL GONCALVES DANTAS FILHO  
 007/23 \* MANOEL GONCALVES PASSOS  
 007/24 \* MARIA CLOTILDE TÔRRES  
 007/25 \* MARIA DAS NEVES GONCALVES

008/26 \* JOÃO E LÚZIA GONCALVES PASSOS  
 008/27 \* JOÃO DA SILVA TÔRRES  
 008/28 \* JOSE GONCALVES DANTAS  
 008/29 \* JOSE GONCALVES DANTAS  
 008/30 \* JOSE MARIA TÔRRES  
 008/31 \* JOSÉ MOREIRA NETO  
 008/32 \* JOSÉ NUNES DA SILVA  
 008/33 \* JOSÉ DE SOUZA OLIVEIRA  
 008/34 \* MANOEL DANTAS GONCALVES  
 008/35 \* MANOEL GONCALVES DANTAS FILHO  
 008/36 \* MANOEL GONCALVES FILHO  
 008/37 \* MANOEL GONCALVES PASSOS  
 008/38 \* MARIA CLOTILDE TÔRRES  
 008/39 \* MARIA GONCALVES DANTAS  
 008/40 \* MARIA GONCALVES PASSOS  
 008/41 \* MARIA DAS NEVES GONCALVES  
 008/42 \* MILTON RODRIGUES PASSOS  
 008/43 \* PEDRO NUNES DE CARVALHO  
 008/44 \* SALOMÃO GONCALVES DANTAS (PASSOS)  
 008/45 \* SAMUEL TÔRRES BRANDÃO  
 008/46 \* SERVULO GONCALVES PASSOS  
 22 CONDÔMINOS DA FAZ  
 SERRA DA MADEIRA 1.3220 Ha  
 A SEGUIR RELACIONADOS  
 009/01 \* ANA GONCALVES DOS SANTOS  
 009/02 \* ANTONIO NEVES DE JESUS  
 009/03 \* CLODOLDO ALMEIDA DANTAS - Eod  
 009/04 \* EMILIO GONCALVES DANTAS  
 009/05 \* ESPÓLIO DASÍO GONCALVES DANTAS  
 009/06 \* ESPÓLIO JOSÉ RODRIGUES PASSOS  
 009/07 \* JACOB DANTAS DA PAIXÃO  
 009/08 \* JOÃO DA SILVA TÔRRES  
 009/09 \* JOSÉ DIAS DE ANDRADE  
 009/10 \* JOSÉ LUIZ FERREIRA  
 009/11 \* JOSÉ MARTINS DE OLIVEIRA  
 009/12 \* JOSÉ MARTINS DA SILVA  
 009/13 \* JOSÉ XAVIER DO NASCIMENTO  
 009/14 \* MANOEL GONCALVES PASSOS  
 009/15 \* MARIA CLARA DE JESUS  
 009/16 \* MARIA DAS NEVES GONCALVES  
 009/17 \* MARIA DA SILVA BRANDÃO  
 009/18 \* MARIA FERREIRA BARROSO  
 009/19 \* MILTON RODRIGUES PASSOS  
 009/20 \* PARSINO DANTAS DE OLIVEIRA FILHO  
 009/21 \* SALOMÃO GONCALVES DANTAS PASSOS  
 009/22 \* SERVULO GONCALVES PASSOS

140 0101

Anexo n. 4

Relação dos colonos - Perímetro Irrigado de Curaçá  
- Juazeiro-BA - dia 19-07-91

LOTE

- 001 Augusto Gonçalves Santos Filho
- 002 José Carlos de Sena Dantas
- 003 José Rodrigues Neto
- 004 Valentim Florêncio da Silva
- 005 Alcides Alves da Silva
- 006 Nilo dos Santos Barroso
- 007 Edson de Araújo
- 008 Irineu Dantas Santana
- 009 Valmir Pereira Nunes
- 010 João Bosco Pereira Barroso
- 011 Givaldo Martins Gonçalves Dantas
- 012 Plácido Torres Passos
- 013 U.O.D. - CAMPIC
- 014 Nilza Rosália dos Reis
- 015 João Bosco de Oliveira
- 016 Gilvan Martins Gonçalves Dantas
- 017 Rosalvo Pereira dos Santos

018 José Nunes do Nascimento  
019 Oscar Rosdrigues Ferreira  
020 Nair Justina Rodrigues  
021 Alfredo Nunes de Souza  
022 Manoel Rodrigues Nunes  
023 Cirano Ferreira da Silva  
024 Elson Rodrigues Santos  
025 Gilmar Barroso de Oliveira  
026 José Gilberto Passos  
027 José Jackson Dantas Loyola  
028 José Nunes de Barros  
029 Juracy Souza e Silva  
030 José Rodrigues do Nascimento  
031 Rogério Alves Santana  
032 João Rodrigues da Silva  
033 José Vital Vivaldo da Silva  
034 João Ramos Rodrigues  
035 Alonso Alves da Silva  
036 Antônio Barbosa da Silva  
037 Pedro Raimundo Soares  
038 Adelaido Oliveira Santos  
039 João Severino da Silva  
040 José Pereira Nunes Neto  
041 Antonio Dantas da Silva  
042 José Torres da Silva

043 Arlete Gonçalves de Araújo Barroso  
044 Ananias Florêncio da Silva  
045 João Vieira dos Santos  
046 Manoel Soares de Lima  
047 Acelino Gonçalves dos Santos  
048 Feliciano Francisco dos Santos  
049 Josenira Santos da Silva  
050 José Moreira Neto  
051 Paulino Ambrósio dos Santos  
052 Guilherme Pereira Souza  
053 Daniel José Paulino  
054 Ulisses Miguel dos Anjos  
055 Manoel Dias da Silva  
056 José Menezes Caldas  
057 Antonio Menezes da Silva  
058 Firmino Alves dos Santos  
059 Sebastião Cicero Santos  
060 Antonio Pereira de Souza I  
061 Antonio Pereira de Souza II  
062 Raimundo de Sena Dantas  
063 Gilson Dantas da Paixão  
064 João Lopes dos Santos  
065 Almir Barbosa dos Santos  
066 Orozimbo Lopes Gonzaga  
067 Segundo Bernardinho de Oliveira

068 Joãozito Gonçalves Passos  
069 Pedro Ferreira Passos  
070 Absolon Gonçalves Santos  
071 João David dos Santos Flores  
072 Antonio Soares da Silva  
073 Cecílio Pereira de Souza  
074 José João da Silva  
075 José Ediu Januário  
076 Antonio Alves de Souza  
077 Pascoal Ferreira Passos  
078 Domingos Dantas da Paixão  
079 Antonio Gomes de Menezes  
080 Fabiana Maria Benevides Libório  
081 José Cecílio de Brito  
082 Margarida Nunes Mota  
083 Euclides José da Silva  
084 Domingos Rodrigues Silva  
085 Carlos José Ribeiro  
086 Francisco Rodrigues da Silva  
087 Luiz Santana  
088 Manoel da Paixão de Souza  
089 Domingos Rocha da Silva  
090 Daniel Alves da Silva  
091 Ailton Barbosa dos Santos  
092 Edmar Conceição da Silva

- 093 Manoel Crispiniano dos Santos
- 094 Agenor Lima dos Santos
- 095 João Jacinto dos Santos
- 096 José Alves Ferreira
- 097 Antonio Lopes da Silva
- 098 José Juarez A. Ferreira
- 099 Manoel Nunes de Barros
- 100 José Pereira de Souza
- 101 Maria Nunes Rosa
- 102 Ângelo Sebastião da Silva
- 103 Valdemar Nunes Barbosa
- 104 José Nunes Barbosa
- 105 Raimundo Alves de Lima
- 106 Alberto Manoel de Souza
- 107 José Vieira da Silva
- 108 Expedito Ovídio dos Santos
- 109 Elizeu Alves Cardoso
- 110 João Bosco do Nascimento
- 111 José Florêncio da Silva
- 112 Joaquim Lourenço da Silva
- 113 José Alves Cardoso Neto
- 114 Francisco Alves Bezerra
- 115 Lourenço Victor do Nascimento
- 116 João Ovídio dos Santos
- 117 Manoel Honório do Nascimento

- 118 João de Matos Nascimento
- 119 Etelvino Alves Cardoso
- 120 Afonso Paulino dos Santos
- 121 Osvaldo Pereira de Sá
- 122 Martinho Nunes Carvalho
- 123 Silvano Rodrigues Santos
- 124 Manoel Ovídio dos Santos
- 125 Manoel Rodrigues Santos
- 126 José Ronaldo Sena Barroso
- 127 José Carlos Ribeiro
- 128 José Vieira da Silva II
- 129 Raimundo Luiz de Souza
- 130 Moisés Alves dos Santos
- 131 Pedro Nunes dos Santos
- 132 Antônio Felix de Souza
- 133 Manoel Graças R. Souza
- 134 João Osvaldo da Silva
- 135 Theofilio Bernardino de Oliveira
- 136 Arnaldo Rodrigues Martins
- 137 Ernesto Neto de Araújo
- 138 Emílio Martins Ferreira
- 139 Agnaldo Gomes da Silva
- 140 Ortenso Ferreira de Sena
- 141 José Antonio Neto
- 142 Nelson Soares de Souza

- 143 Juvenal Sabino dos Santos
- 144 Antonio Buique Filho
- 145 José Antonio Passos Santos
- 146 José Nailson Moreira de Souza
- 147 Manoel Rodrigues Cardoso
- 148 Expedito Dias Romão
- 149 Euvaldo Gomes da Silva
- 150 Josevaldo Lopes da Silva
- 151 José Gregório da Silva
- 152 Evalnilton Nascimento de Franca
- 153 Alberto Vieira Dantas
- 154 Gilberto Felix dos Santos
- 155 Antonio Torres de Oliveira
- 156 Manoel Flor do Nascimento
- 157 Rosânjala F. dos Santos
- 158 Antonio Nazário da Silva
- 159 Josué Alexandre de Brito
- 160 José da Silva Lopes
- 161 Manoel dos Santos
- 162 José Honorato de Lima
- 163 Silvino Gomes Xavier
- 164 Francisco Raimundo das Neves
- 165 Vital Crispiano dos Santos
- 166 José Lourenço da Silva
- 167 Iodete Alves Machado



- 168 Cícero Lourenço da Silva
- 169 Antonio Cândido de Brito
- 170 João Roberto Benevides Libório
- 171 Celino de Souza Mauricio
- 172 João Alves dos Santos
- 173 Albino de Carvalho
- 174 Joaquim Gomes Neto
- 175 Luis Olegário da Silva
- 176 Alfredo Honório da Mota
- 177 José Crispiano Santos Filho
- 178 João Nunes Macedo
- 179 Antônio Joaquim L. Nascimento
- 180 Ademar Ferreira Soares
- 181 Emílio Marques da Cruz
- 182 Lucílio Pio da Silva
- 183 Antonio Rodrigues Nunes
- 184 Gaudêncio Dias Café
- 185 Manoel Felix da Silva
- 186 João Rodrigues da Silva
- 187 Sêrvulo Nunes da Silva
- 188 Joaquim Bezerra Menezes
- 189 José Dias Pereira
- 190 José Luis Pereira dos Santos
- 191 Área de empresa - Fazenda TUPAN
- 192 Não consta na relação

- 193 Não consta na relação
- 194 Não consta na relação
- 195 Não consta na relação
- 196 Não consta na relação
- 197 Roberto Baldo de Souza
- 198 Gerson Pereira dos Santos
- 199 Rosenildo da Silva Ferreira
- 200 Irineu Pereira de Matos
- 201 Antonio Vieira Lopes
- 202 Epifânio Nicolau dos Santos
- 203 José Bispo dos Santos
- 204 Joaquim Guimarães Rodrigues
- 205 Alípio Alves dos Santos
- 206 Raimundo de Souza Mauricio
- 207 Vicente Alves da Mota
- 208 Jonas Cardoso Loiola
- 209 José Honório da Mota
- 210 Miguel Nunes Bispo
- 211 Antônio Moreno Neto
- 212 Manoel José Alves
- 213 Francisco Ferreira Neto
- 214 Francisco Coelho de Andrade
- 215 Antonio Rodrigues Sales
- 216 Miguel Rodrigues Teixeira
- 217 Antonio Odorico de Menezes

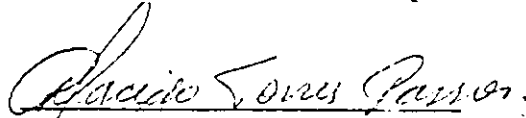
- 218 Demétrio Salustiano da Mota
- 219 Carlos Alverto Dantas
- 220 Miguel Pereira dos Santos
- 221 José Barbosa de Jesus
- 222 Lourival de Lima Franca
- 223 Felemon José do Nascimento
- 224 Augusto Ferreira Lima
- 225 Euvaldo Nunes de Oliveira
- 226 César Dias de Andrade
- 227 André Henrique
- 228 José Alírio Filho
- 229 Raimundo Nonato Barbosa
- 230 Pedro da Silva Noronha
- 231 Romão Pereira Borges
- 232 Paulo Crispiano dos Santos
- 233 Francisco José Ferreira
- 234 Pedro Joaquim da Silva
- 235 Area de empresa - Cooperativa Agricola de Cotia
- 236 Edith Franc. Souza Silva
- 237 Não consta na relação
- 238 Não consta na relação
- 230 Não consta na relação
- 231 Não consta na relação
- 241 Jorge Ferreira Grande
- 242 Florentino Alves Santos

- 243 Não consta na relação
- 244 Antônio Gomes da Silva
- 245
- a
- 366 Não consta na relação
- 367 Área de empresa - JOFRA AGRÍCOLA
- 368 Cícero Pereira dos Santos
- 369 José Luiz Rodrigues
- 370 Judith Varjão Cardoso
- 371 José Fernandes Rodrigues
- 372 Joenias Batista Amorim
- 373 Humberto Rodrigues Soares
- 374 Miguel Lourenço da Silva
- 375 Adão Rodrigues Machado
- 376 Osvaldo Dias Feitosa
- 377 José Lima Nunes
- 378 Luis Augusto Gonçalves Ferreira
- 379 Érico de Barros Cavalcanti
- 380 José Moreira de Oliveira
- 381 Artur Nijo Júnior
- 382 Newton Magalhães L. Ramos
- 383 Raimundo Nonato da Silva
- 384 Euclides Gonçalves Dantas
- 385 Irismar Barbosa Cordeiro
- 386 André Antão da Silva

- 387 Edson Gonçalves Dantas
- 388 José Nunes da Silva
- 389 José Rodrigues Pereira
- 390 Cornélio Alves do Nascimento
- 391 Sílvio Simões de Oliveira
- 392 Juracy Chaves
- 393 Jorge Nepomuceno de Souza
- 394 Antônio Pereira Melo
- 395 José Luiz de Carvalho Filho
- 396 Luiz Gonzaga de Carvalho
- 397 José Dantas do Nascimento
- 398 Theotonio Dantas da Silva
- 399 Área de empresa - Fazenda FRUTERRA
- 400 Não consta na relação
- 401 Não consta na relação
- 402 Adalgiso Dantas do Nascimento
- 403 Paulo Nepomuceno de Souza
- 404 Manoel Gonçalves Passos
- 405 José Sobrinho da Silva
- 406 Luiz Carlos Ferreira
- 407 Área de empresa - CIA. AGRÍCOLA SÃO FRANCISCO
- 408 Área de empresa - CUMARI AGRÍCOLA
- 409 Área de empresa - GRANDE RIO AGRÍCOLA
- 410 Área de empresa - FRUTINOR FRUT. NORDESTE LTDA.
- 411 Área de empresa - NOVA FRCNTEIRA I

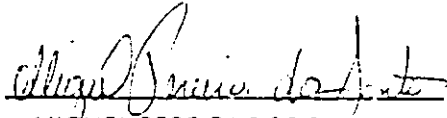
- 412 Área de empresa - MASAANKI YAMA GUCHI
- 413 Área de empresa - FRUTEB. FRUTAS EXP. BAHIA
- 414 Área de empresa - NOVA FRONTEIRA III
- 415 Área de empresa - VERDE VALE AGRÍCOLA
- 416 Área de empresa - LASTRO AGRÍCOLA
- 417 Área de empresa - NOVA FRONTEIRA II
- 418 Área de empresa - V. J. C. AGRÍCOLA

Relação da Diretoria da Campic



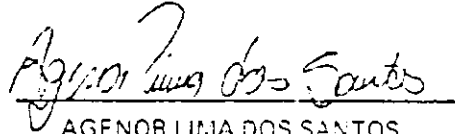
PLÁCIDO TORRES PASSOS

Presidente



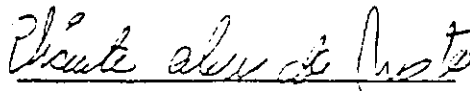
MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS

Vice-Presidente



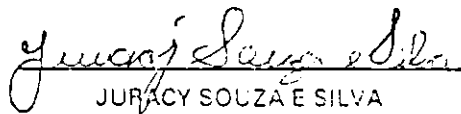
AGENOR LIMA DOS SANTOS

Secretário



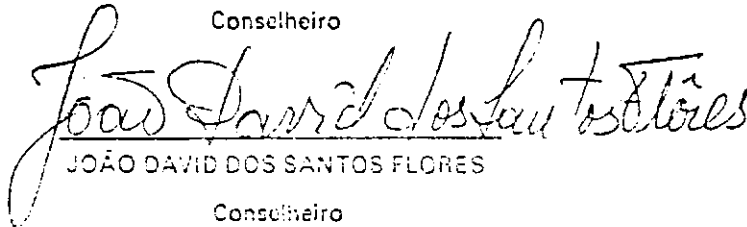
VICENTE ALVES DA MOTA

Conselheiro



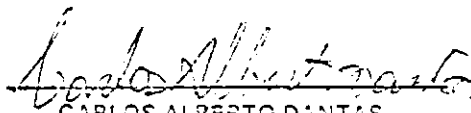
JURACY SOUZA E SILVA

Conselheiro



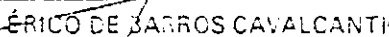
JOÃO DAVID DOS SANTOS FLORES

Conselheiro

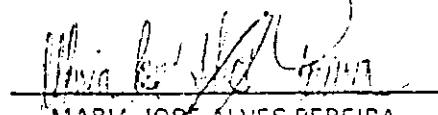


CARLOS ALBERTO DANTAS

Conselheiro

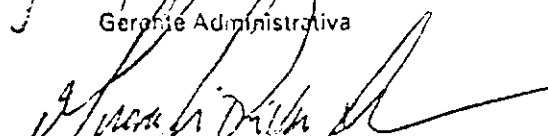


Gerente Geral



MARIA JOSÉ ALVES PEREIRA

Gerente Administrativa



JURANDIR OLIVEIRA COSTA

Contador

Anexo n. 5

Relação da Diretoria do Distrito  
Irrigado de Curaçá

1 Conselho Administrativo

- Aristeu Chaves Filho

Brasileiro

Casado

Empresário

- Nelson Mayrink Cabral da Costa

Brasileiro

Casado

Empresário

- Mário Tomohary Okubu

Brasileiro

Casado

Agricultor - Cotia

- Daniel Paulino

Brasileiro

Casado

Agricultor

- João Vieira dos Santos



## 2 Suplentes

- Manuel Machado

Brasileiro

Casado

- Manuel Pires

- Takashi Takada

Brasileiro

Casado

Agricultor - Cotia

- Manoel Rodrigues dos Santos - colono

- Ailton Barbosa dos Santos - colono

## 3 Conselho Fiscal

- Cláudio Costa

Brasileiro

Casado

Empresário

- Oscar Tamura

Brasileiro

Casado

Agricultor - Cotia

- Antonio Lopes da Silva - colono

#### 4 Suplentes

- Nelson Mayrink Cabral da Costa

Brasileiro

Casado

Empresário

- Luiz Yassamu Doy

Brasileiro

Casado

Agricultor - Cotia

- João Libório Benevides

**Fonte:** Arquivos do Distrito Irrigado de Curaçá,

Juazeiro - BA - 1991